Este número 10 da Revista *Análise Associativa*, dedicado às Associações Culturais e ao seu papel na democracia cultural, mostra bem o valor que tem o Movimento Associativo Popular na perspectiva lata de democracia cultural, enquanto lugar de fruição e de criação ao alcance de todos.

O estudo que se apresenta, resultado da parceria entre o Observatório do Associativismos Popular (OBAP) e o Observatório Português da Actividade Cultural (OPAC), retrata a situação nacional das Associações Culturais e dos seus dirigentes, lança perguntas, mostra exemplos e aponta caminhos a seguir. O estudo que agora publicamos trata de uma parte importante, a referente às Associações Culturais, do maior estudo sobre Movimento Associativo Popular realizado em Portugal, tendo atingido o número de respostas necessário para lhe conferir valor científico, garantido pela representatividade estatística do estudo.

Com lançamento simultâneo com as comemorações do centenário da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, esta edição da *Análise Associativa* marca também um ponto de viragem em continuidade, com a alteração dos órgãos sociais da CPCCRD e da mudança de direcção editorial da Revista.

Sara Dimas Fernandes

Edição patrocinada por

Fundação Montepio
Valores que nos unem

Cofinanciado por:

PO ISE Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
Portugal 2020
União Europeia
Fundo Social Europeu

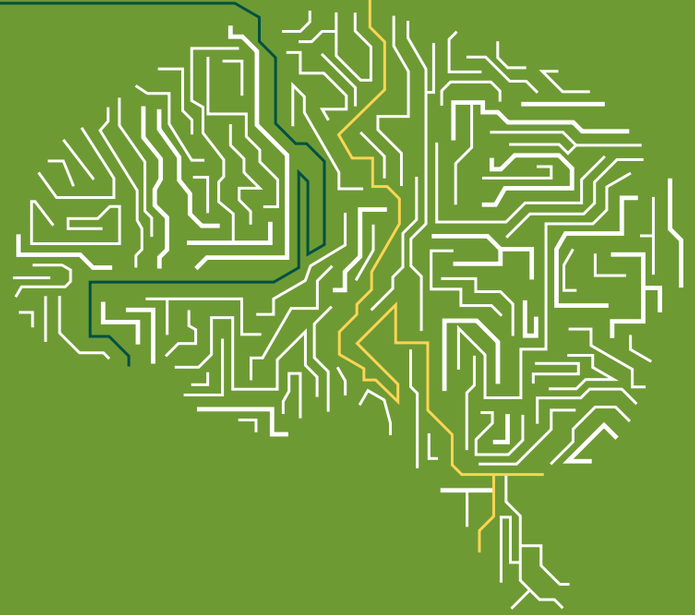
CPCCRD

TEMA EM DESTAQUE | ASSOCIATIVISMO POPULAR E DEMOCRACIA CULTURAL

ANÁLISE ASSOCIATIVA

N.º 10
MAI
2023

ANÁLISE ASSOCIATIVA



TEMA EM DESTAQUE

ASSOCIATIVISMO POPULAR E DEMOCRACIA CULTURAL

N.º 10 · MAI 2023

CPCCRD

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ANÁLISE ASSOCIATIVA

TEMA EM DESTAQUE

ASSOCIATIVISMO POPULAR E DEMOCRACIA CULTURAL

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

FICHA**TÉCNICA**

ANÁLISE ASSOCIATIVA
2023 (N.º 10)
"ASSOCIATIVISMO POPULAR E DEMOCRACIA CULTURAL"

DIRETOR:
SARA DIMAS FERNANDES

CONSELHO CIENTÍFICO:
AMÉRICO MENDES
Universidade Católica – Porto

ARTUR CRISTÓVÃO
UTAD

ARTUR MARTINS
GEMAP

CRISTINA PRATAS CRUZEIRO
Faculdade de Belas Artes/UL

JOANA PEREIRA
Investigadora

JOSÉ ORNELAS
ISPA

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS
ISCTE/IUL

JOSÉ ZALUAR BASÍLIO
Universidade Lusófona

LUÍS MORENO
Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território/UL

Edição e propriedade:
Confederação Portuguesa das Colectividades
de Cultura, Recreio e Desporto

Concepção gráfica e paginação: 4iD

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.
Tiragem: 500 exemplares

ISSN – 2183-413X – Análise Associativa

Depósito legal: 384231/14

Impressa em Maio de 2023

O acordo ortográfico usado corresponde à vontade de cada autor

ÍNDICE

4 NOTA DE ABERTURA, *João Bernardino*

8 EDITORIAL, *Sara Dimas Fernandes*

12 **TEMA EM DESTAQUE – *ASSOCIATIVISMO POPULAR E DEMOCRACIA CULTURAL***

14 DEMOCRACIA CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O papel do Associativismo Popular, *José Soares Neves, Maria João Lima, Jorge Santos, Sofia Costa Macedo, Artur Martins, Sérgio Pratas, Jéssica Pereira e Nuno Nunes*

44 MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL: Velhas vitórias, novos desafios, *Carlos Anjos*

52 ASSOCIATIVISMO POPULAR EM MEIO RURAL: O caso de um concelho no interior centro de Portugal, *Artur Cristóvão, Armando Loureiro e Alberto Baptista*

80 ASSOCIATIVISMO LOCAL NO CONCELHO DA GUARDA - Políticas culturais de ação local, *Salete dos Santos Martins Pinto*

100 **GRANDE ENTREVISTA – *JOÃO BERNARDINO***

108 **ESTUDOS**

110 O ASSOCIATIVISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS, *Susana Bilou Russo*

122 MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR - Um Poder Local imprescindível com visão e com futuro!, *Augusto Flor*

140 **BIBLIOTECA COSMOS**

142 A REVISTA SÓCIA: Princípios e fundamentos para um projeto de comunicação associativa, *Ricardo Santos*

152 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

JOÃO BERNARDINO

PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO
DA CPCCRD

NOTADE**ABERTURA**

ASSOCIATIVISMO POPULAR E DEMOCRACIA CULTURAL

O tema em destaque na presente Análise Associativa, Associativismo Popular e Democracia Cultural, dificilmente teria melhor oportunidade quer pelo momento que vivemos, quer pela crescente importância e relevo do Movimento Associativo na nossa sociedade com um papel transformador e mobilizador de vontades em prol e ao serviço do bem estar da população para a consolidação democrática e cultural, inerentes aos nossos objetivos.

Simbolicamente esta nossa publicação associa-se ao início das comemorações do centenário da Confederação que vão decorrer de Maio de 2023 a Maio 2024, com um vasto programa de iniciativas e realizações, envolvendo todas as nossas Associadas e Estruturas, culminando em Maio do ano que vem com o Congresso do Centenário.

É um honroso e orgulhoso percurso de 100 anos de atividade, ao serviço do Associativismo e do País que aqui realçamos, recordando todos os seus fundadores e percursores e reafirmando o nosso solene compromisso de dar continuidade ao seu legado de um Associativismo Popular, forte, com visão e com futuro.

Os anseios, o caminho e objetivos da nossa Confederação sempre se pautaram pela defesa dos valores do Associativismo, da democracia, do desenvolvimento e bem-estar cultural, recreativo e desportivo da nossa sociedade. Estes valores ganharam uma dimensão determinante com o 25 de Abril 1974 e a consagração na Constituição da República Portuguesa de 1976.

No momento em que comemoramos 49 anos do 25 de Abril e 47 anos da promulgação da Constituição torna-se importante relacionar estes dois acontecimentos históricos com o Movimento Associativo e Popular.

Podemos dizer que o 25 de Abril LIBERTA. A constituição da República de 1976 CONSAGRA e o MAP-Movimento Associativo e Popular foi e é parte INTEGRANTE dos valores, ações e objetivos inerentes a estas transformações da nossa sociedade.

Importa referir que logo no texto constitucional de 1976 é expresso que *"todos têm direito à educação e à cultura"* e que o Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural...

Apesar de objeto de várias revisões desde 1976 a atual Constituição da República consagra no seu Artº 78:

nº 1 - *todos têm direito à fruição cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural …*

nº 2 - *Incumbe ao estado, em colaboração com todos os agentes culturais:*

a) *Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural...*

Assim sendo e essa é a vontade e determinação do Movimento Associativo, só podemos exigir que se cumpra e se faça cumprir a Constituição da República Portuguesa.

SARA DIMAS FERNANDES

DIRETORA

EDI**TORIAL**

E se a entrada no Concerto exigisse prova de conta bancária abastada? E se, para ler um livro, fosse necessário diploma de Estudos Superiores? E se, para fazer teatro, fosse necessária carta de recomendação vinda de Hollywood? E se, para se fazer ouvir, fosse necessário passar o crivo da censura? E se a Cultura fosse um espaço reservado? E se as Associações Culturais estivessem em perigo? E se nos deixássemos de associar?
Era preciso deixarmos de ser humanos!

Este número 10 da Revista Análise Associativa (AA), dedicado às Associações Culturais e ao seu papel na democracia cultural, mostra bem o valor que tem o Movimento Associativo Popular na perspectiva lata de democracia cultural, enquanto lugar de fruição e de criação ao alcance de todos.

O estudo que se apresenta, resultado da parceria entre o Observatório do Associativismos Popular (OBAP) e o Observatório Português da Actividade Cultural (OPAC), retrata a situação nacional das Associações Culturais e dos seus dirigentes, lança perguntas, mostra exemplos e aponta caminhos a seguir. O estudo que agora publicamos trata de uma parte importante, a referente às Associações Culturais, do maior estudo

sobre o Movimento Associativo Popular (MAP) realizado em Portugal, tendo atingido o número de respostas necessário para lhe conferir valor científico, garantido pela representatividade estatística do estudo.

Com lançamento simultâneo com as comemorações do centenário da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, esta edição da AA marca também um ponto de viragem em continuidade, com a alteração dos órgãos sociais da CPCCRD e da mudança de direcção editorial da Revista. Ficamos a conhecer melhor o Presidente eleito no último Congresso da Confederação, João Bernardino, e o legado do Presidente cessante, Augusto Flor. Se o primeiro nos leva aos valores basilares do associativismo, Solidariedade, Fraternidade, Liberdade, Democracia, Independência, Autonomia, Transparência e Trabalho Voluntário e Benévolo, o segundo traz-nos o MAP como um Poder Local imprescindível e com futuro!

Se dúvidas houvesse sobre a importância da Cultura para o desenvolvimento do país, lembra-nos Carlos Anjos, a nossa Constituição e a relevância que a Cultura tem ao longo de todo o texto magno, sem deixar de alertar para os perigos da sua desvirtualização através da chamada "empresarialização do MAP".

Artur Cristóvão e colectivo oferecem-nos o retrato de um Associativismo em meio rural, riquíssimo em informação, com uma acutilante análise do bom e do mau que emergiu do estudo realizado em Tondela.
Também Salete Pinto nos oferece um olhar sobre o Associativismo local e políticas municipais, evidenciando a importância estratégica das Associações Culturais para o desenvolvimento e visibilidade do concelho da Guarda.

Sobre transformações sociopolíticas, Susana Russo oferece-nos uma análise sociológica dos movimentos associativos populares, constatando que em períodos mais marcantes de viragem política, é notório o aumento do número de associações.

A edição 2023 termina com um exemplo, trazido por Ricardo Santos, de associativismo de grande qualidade, que aparece no momento menos provável de acontecer: em pleno confinamento surge a Revista Sócia que, pela amostra aqui apresentada, vale a pena visitar.

A todos os autores o nosso agradecimento.

Para finalizar, não posso deixar de agradecer ao Conselho Científico da Revista, garante da qualidade científica e editorial da Análise Associativa, ao OBAP e ao OPAC, aos seus dirigentes e a todos os investigadores que integraram a equipa técnica do estudo sobre o MAP, ao Grupo de Trabalho que pôs este número 10 em pé: Artur Martins, Deolinda Nunes, Elvira Magusto e Carlos Galvão, e, finalmente, ao meu antecessor na direção da Análise Associativa, Sérgio Pratas, por ter levado a AA ao patamar de qualidade a que chegou, em todas as dimensões que cabem entre os movimentos populares e o conhecimento científico. Agradeço-lhe também, em nome pessoal, toda a paciência, conselhos e sabedoria que me soube transmitir, sem que eu sentisse a menor sombra de paternalismo ou condescendência pela minha falta experiência.

Aos leitores, dirigentes associativos, académicos e todos os que se interessam pela construção de um mundo mais justo e fraterno, esperamos ter dado mais um passo nesse sentido.

JOSÉ SOARES NEVES*
MARIA JOÃO LIMA*
JORGE SANTOS*
SOFIA COSTA MACEDO*
ARTUR MARTINS©
SÉRGIO PRATAS©
JÉSSICA PEREIRA©
NUNO NUNES©

* INVESTIGADORES DO OPAC – OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DAS ATIVIDADES CULTURAIS
© INVESTIGADORES DO OBAP – OBSERVATÓRIO DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

CARLOS ANJOS

DIRIGENTE ASSOCIATIVO
E TÉCNICO SUPERIOR
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

ARTUR CRISTÓVÃO

PROFESSOR CATEDRÁTICO APOSENTADO
DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA,
SOCIOLOGIA E GESTÃO DA UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

ARMANDO LOUREIRO

PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO
DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
E INVESTIGADOR DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
E INTERVENÇÕES EDUCATIVAS (CIIE)

ALBERTO BAPTISTA

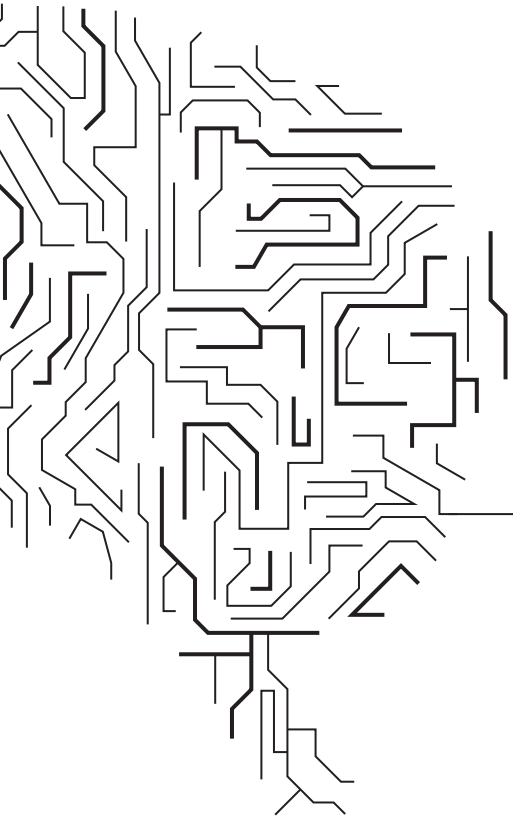
INVESTIGADOR AUXILIAR DO CENTRO
DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES
PARA O DESENVOLVIMENTO (CETRAD)
DA UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO

SALETE DOS SANTOS MARTINS PINTO

LICENCIADA EM ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL
PELO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA;
MESTRE EM ESTUDOS DE CULTURA PELA
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR;
TÉCNICA SUPERIOR DO MUNICÍPIO DA GUARDA;
COORDENADORA DO SERVIÇO EDUCATIVO
DO MUSEU DA GUARDA DESDE 2019

TEMa EM DeStaQuE

ASSOCIATIVISMO POPULAR E DEMOCRACIA CULTURAL



JOSÉ SOARES NEVES*
MARIA JOÃO LIMA*
JORGE SANTOS*
SOFIA COSTA MACEDO*
ARTUR MARTINS©
SÉRGIO PRATAS©
JÉSSICA PEREIRA©
NUNO NUNES©

* INVESTIGADORES DO OPAC – OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DAS ATIVIDADES CULTURAIS
© INVESTIGADORES DO OBAP – OBSERVATÓRIO DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

DEMOCRACIA CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

Sumário:

1 ¬ INTRODUÇÃO

2 ¬ DEMOCRACIA CULTURAL NO CONTEXTO ASSOCIATIVO PORTUGUÊS

3 ¬ METODOLOGIA

4 ¬ PRÁTICAS CULTURAIS NO ASSOCIATIVISMO POPULAR

5 ¬ ALICERCES PARA UMA POLÍTICA ASSOCIATIVA CULTURAL

6 ¬ CONCLUSÃO

¬ BIBLIOGRAFIA

1 ¬ INTRODUÇÃO

A temática da democracia cultural e a relevância do associativismo popular e das políticas públicas que a poderão consolidar, constituem desafios centrais para o aprofundamento da sociedade e democracia portuguesas. Este é um artigo introdutório que visa abrir horizontes de investigação sobre as relações entre o que está consagrado na Constituição da República Portuguesa em relação à cultura enquanto bem público, de e para todos, com os meios para a sua efetiva concretização, nomeadamente através das associações populares e de adequadas políticas públicas. Naturalmente, que os objetivos de produção cultural não se esgotam neste triângulo relacional democracia cultural-associativismo popular-políticas públicas, mas certamente que ele é incontornável para um desenvolvimento cultural mais diverso, justo, inclusivo e integral.

O artigo começa por discutir as diversas opções de geometria variável que as sociedades poderão tomar entre a democratização cultural e/ou a democracia cultural, discussão que marca as principais opções culturais contemporâneas, bem como o papel que o contexto associativo português assume atualmente. Para esta discussão, o Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, principal instrumento metodológico deste artigo, constituiu a base para uma mais apurada compreensão das práticas culturais no associativismo popular português, e para alguma reflexão sobre problemas e obstáculos que se colocam a uma política associativa cultural para o nosso país.

2 ¬ DEMOCRACIA CULTURAL NO CONTEXTO ASSOCIATIVO PORTUGUÊS

A realização do Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, em 2022, veio disponibilizar novos e relevantes dados atuais sobre as associações em geral e as de cultura e recreio em particular, que são o objeto deste artigo. O inquérito permite olhar as políticas públicas na área da cultura relativamente ao associativismo à luz daqueles que têm sido considerados como dois importantes paradigmas das políticas culturais no plano internacional, democratização da cultura e democracia cultural. De modo a enquadrar os resultados do inquérito adiante apresentados e analisados no artigo importa abordar as origens, principais orientações implicadas nos referidos paradigmas, seu eco em Portugal,

no articulado da Constituição da República Portuguesa e nas orientações e medidas políticas seguidas. Embora as políticas públicas culturais tendam a ser olhadas predominantemente do ponto de vista da administração central – para simplificar, do Ministério da Cultura – neste enquadramento importa olhar para as atribuições dos dois níveis administrativos atuais do país: o nível central (Ministério da Cultura, como referido) no continente, ou regional, nos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, e o local. Embora se reconheça que há organismos de outras áreas governativas com impacto significativo no associativismo cultural – é o caso do IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude e da Fundação INATEL – iremos situar-nos apenas nos que têm responsabilidades diretas na área da cultura.

São vários os paradigmas, ou grandes linhas orientadoras, que enformam as políticas culturais ao longo do tempo (Costa, 1997; Dupin-Meynard & Négrier, 2020). Os mais duradouros e influentes serão democratização da cultura e democracia cultural (Matarasso & Landry, 1999; Mulcahy, 2006; Romainville, 2014; Matarasso, 2019; Lopes, 2007; Neves, 2021).

A perspetiva da democratização cultural tem origem em França, na década de 1960, com a criação do Ministério dos Assuntos Culturais em 1959 cujo objetivo central ficou conhecido com «tornar acessível ao maior número possível de pessoas as obras capitais da humanidade e desde logo as da França», e que assenta na "educação do povo", na redução das desigualdades geográficas (descentralização) e sociais (classes populares) no acesso à cultura (Donnat, 1994: 366-368).

A noção de democracia cultural aponta os limites da democratização da cultura e enfatiza outras dimensões da participação, valorizando as diferenças das práticas, mais do que as desigualdades de acesso á cultura cultivada (Coulangeon, 2005: 9-11). Com origem na década de 1970, na sequência do maio de 1968 "este conceito já não visa apenas partilhar entre os diferentes grupos da população os enriquecimentos oferecidos pela cultura de uma elite alegadamente cultivada, mas favorecer a participação de todos, como atores e participantes críticos no desenvolvimento de uma cultura (Greffe & Pflieger, 2009: 130). Promove "a ideia de que cada pessoa, cada comunidade e cada minoria cultural tem requisitos culturais e deve ter certos direitos que devem ser respeitados. Inclui a promoção da diversidade cultural e a participação ativa na vida cultural, juntamente com a facilitação do acesso aos processos de tomada de decisão, e a garantia da igualdade de acesso aos recursos e serviços culturais" (Laaksonen, 2010).

São conceitos frequentemente tomados como sinónimos, mas com perspetivas diferentes, até mesmo opostas (Lopes, 2007: 79). Geraram na sociedade francesa "um debate muito violento (...) entre pessoas que, por um lado, defendiam a criação, e outras que, por outro lado, defendiam a valorização da cultura popular, sociocultural, e todas as ações conduzidas em termos de estímulo da educação popular. Assim, existiam em torno da democratização duas conceções que se confrontavam: uma mais centrada na cultura erudita e na cultura legítima (criação), e a outra, na valorização da cultura popular e nas formas diferentes de cultura" (Donnat, 2007: 9).

Pelo contrário, em Portugal o debate no campo cultural e a elaboração académica em torno destes dois conceitos é tardio, o principal exemplo sendo o de João Teixeira Lopes, designadamente com o livro Da democratização à democracia cultural (2007). À referida ausência de debate não será alheio que a orientação institucional do Governo português seja a democratização do acesso à cultura. A expressão "democracia cultural" está "explicitamente" (Ahearne, 2009) ausente dos textos programáticos e da produção legislativa dos sucessivos governos (Garcia, 2014: 20), ainda que se identifiquem referências "implícitas", nos programas dos primeiros seis Governos Constitucionais, como refere João Teixeira Lopes, expressões mais próximas do "paradigma da 'democracia cultural' (animação cultural, associativismo, cultura popular...)" (2007: 92).

A opção pela democratização da cultura ao nível central tem sustentação no texto constitucional português, em que é explicitamente mencionada. A Constituição de 1976 refere que:

> 3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais. (CRP, Capítulo III, Direitos e deveres culturais, Artigo 73.º, Educação, cultura e ciência, alínea 3).[1]

[1] CRP, Revisão de 2005, disponível em: https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx.

É explícita a democratização da cultura, mas encontram-se também neste artigo da CRP referências que, embora implicitamente, remetem para as expressões próximas do paradigma da democracia cultural, em especial as associações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio e as associações de defesa do património cultural, de que se ocupa este artigo. Note-se, entretanto, que a CRP refere também o objetivo da "realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa", mas no âmbito do articulado dedicado ao Estado de direito democrático[2]. Embora pouco assumida no país, a proximidade com o paradigma da democracia cultural na CRP é, de acordo com um estudo comparativo europeu, uma exceção nesse quadro uma vez que muito raramente é mencionado nas respetivas constituições, para além de que a CRP "também inclui um vasto espectro de diferentes direitos relacionados com a cultura, que é excecional no contexto europeu, e global" (Laaksonen, 2010: 41).

Assim, o associativismo é uma importante dimensão da democracia numa perspetiva lata (Pratas, 2022) e da democracia cultural em particular.

Quanto ao Ministério da Cultura assumiu recentemente de modo explícito em medidas políticas a democracia cultural, em paralelo com a democratização da cultura, no Plano Nacional das Artes (PNA) (ver o Plano Estratégico, Vale et al., 2019) e, de forma já mais assumida como a principal orientação, na *Carta do Porto Santo - Da democratização à democracia cultural*, um "documento de orientação para as grandes decisões dos Estados Europeus nas áreas da Cultura e Educação", apresentado pelo PNA a convite do Ministério da Cultura (ministra Graça Fonseca, XXII Governo Constitucional) e adotado por ocasião da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia de 2021[3]. Outro exemplo recente é o Programa "Saber Fazer", dirigido às artes tradicionais aprovado em 2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro).

De facto, como reconhecem vários autores, ainda que distintas, estas orientações não são mutuamente exclusivas e variam com o tempo e os contextos nacionais, sendo importante a chamada de atenção para a sua (re)configuração na prática (Costa, 1997; Lopes, 2007). Como se verá adiante neste artigo, entre as inúmeras modalidades que o associativismo popular, de cariz cultural e recreativo, acolhe e pratica, em muitos casos há dezenas, e mesmo centenas de anos,

---

[2] Idem, CRP, Revisão de 2005, artigo 2.º.

[3] Carta de Porto Santo disponível em https://www.e-cultura.pt/artigo/28164.

encontram-se tanto expressões próximas da chamada cultura cultivada e, portanto, da democratização da cultura - como a literatura, o teatro, a dança - como da chamada cultura popular e, portanto, do paradigma da democracia cultural (ou direitos culturais, como é também designado), como as bandas filarmónicas ou o folclore.

Do ponto de vista das políticas culturais isto significa também que os dois paradigmas estão ambos presentes no ordenamento administrativo, a democratização da cultura ao nível do Governo (lembremo-nos das instituições culturais por si tuteladas), a democracia cultural ao nível da administração local (ilustrativamente que promove e viabiliza inúmeros eventos locais, comunitários). Assim, se o apoio ao associativismo é uma reconhecida atribuição constitucional do Estado português, quando entendido o associativismo cultural (entre outros, como o desportivo e o jovem) na sua vertente amadora, voluntária, as políticas são essencialmente locais, das autarquias (Neves et al., 2022) e em especial dos municípios que o incluem como uma das competências nos seus regulamentos, numa lógica de proximidade.

Uma última nota. O Governo tem atribuições limitadas, mas tem de se dar apoio ao associativismo cultural, às bandas de música e filarmónicas" (Lei n.º 123/99, de 20 de agosto, regulada pelo Decreto-Lei nº. 128/2001, de 17 de abril) que são concretizadas – como é sabido - no âmbito das direções regionais de cultura e que consistem na reposição do IVA pago com despesas com aquisição de diversos bens específicos da sua atividade (instrumentos musicais, fardamentos, trajes, entre outros). Embora a ação destas direções regionais não se limite necessariamente ao cumprimento desta legislação é, em qualquer caso, de muito menor alcance do que o das autarquias locais.

3 ¬ METODOLOGIA

O Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto está integrado no projeto de investigação intitulado "O Papel do Associativismo Popular no Envelhecimento Ativo Em Portugal" e teve por objetivo mapear e caracterizar o associativismo popular português, a partir de um conjunto diverso de perguntas sobre as associações, as suas atividades, os sócios, dirigentes e seus projetos, permitindo a atualização e o aprofundamento do conhecimento sobre o tecido associativo popular em Portugal. Para esse fim, desenvolveu-se um

trabalho colaborativo entre a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, seus funcionários e dirigentes, o OBAP – Observatório do Associativismo Popular, o OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais[4], e o CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Seguiu-se uma estratégia metodológica quantitativa-extensiva, dado pretender-se estudar uma população de ampla dimensão (Creswell & Creswell, 2018). Nesse sentido e primeiramente, importou conhecer o número concreto de associações, coletividades e clubes sediadas em Portugal. Através de dados da Conta Satélite para a Economia Social (2016), produzido pela CASES em colaboração com o INE – Instituto Nacional de Estatística, foi possível alcançar o universo de Associações Com Fins Altruísticos (ACFA) (N=66.761), onde se incluem as associações pretendidas (N=33.276 ou 46,9%) (INE, 2019).

Seguidamente, iniciou-se o processo de mapeamento do universo das associações, a partir da construção de uma listagem exaustiva do conjunto a analisar, por distritos e concelhos, seguindo a distribuição numérica disponibilizada. Estabeleceu-se também o número mínimo de associações a inquirir, por NUT II, distrito e concelho, concretizado em 1034[5]. Essa opção permitiu garantir a representatividade estatística do estudo, possibilitando que, se respeitadas certas condições, as inferências sobre a amostra inquirida pudessem ser generalizadas ao universo, dentro da margem de erro escolhida (3,0%, com um nível de confiança a 95,0%).

O processo desenvolveu-se essencialmente via Internet, a partir da procura de informações e contactos disponibilizados pela CPCCRD, Governos das Regiões Autónomas, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia sobre o tecido associativo local, mas também através de entidades centrais/nacionais, como o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e de Federações desportivas, culturais, entre outras. Recorreu-se também às páginas e redes sociais das associações. Adicionalmente, procurou-se estudos prévios que disponibilizassem listas de

---

[4] O OPAC é uma estrutura constituída em dezembro de 2018 no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) que é a instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica (https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/).

[5] O cálculo da dimensão da amostra foi executado a partir da página https://www.surveysystem.com/sscalc.htm#one e teve por base os seguintes elementos: Nível de Confiança a 95,0%; Erro Máximo Admissível a 3,0%; Universo de 33.267 associações.

associações culturais, recreativas e desportivas. O resultado foi a construção de um conjunto de bases de dados que refletem a distribuição das associações, coletividades e clubes no continente português, pelos dezoito distritos e duas regiões autónomas.

O esforço desenvolvido é de extrema relevância, resultou numa demora acrescida para o avanço do inquérito nacional, dada a dificuldade em elencar o maior número possível de associações. Esse processo demorou cerca de oito meses, entre janeiro e agosto de 2021, ainda que o inquérito tenha começado a ser distribuído em abril, a partir das listagens mais avançadas.

A etapa da construção do guião e do inquérito por questionário teve também por base um esforço coletivo, resultando num instrumento de inquirição exaustivo, que permite a caracterização extensiva e fiel do associativismo popular em Portugal. Composto por mais de 140 perguntas, distribuídas por 13 secções, o inquérito às associações de cultura, recreio e desporto, inclui questões desde a caracterização da associação (ano de fundação, distrito e concelho de sede, tipo de associação, etc.), dos seus associados, passando pela caracterização do Presidente de Direção, bem como pelas relações institucionais e apoios e, naturalmente, perguntas diretamente relacionadas com a promoção de envelhecimento ativo e saudável.

Terminada a sua construção, o processo de recolha de dados (aplicação do inquérito por questionário) ocorreu entre abril e novembro de 2022, a partir do software *Qualtrics* e de uma ligação direcionada enviada por correio eletrónico a todas as associações, coletividades e clubes listadas. Foram enviadas, neste contexto, mais de 15 mil mensagens de correio eletrónico, sendo que cada uma era dirigida a diversas associações, a partir dos seus e-mails. Tendo em consideração o universo heterogéneo de associações e, especificamente, de dirigentes associativos, em termos de escolaridade, idade, literacia digital e de acesso às tecnologias, disponibilizou-se também a possibilidade de este ser preenchido por via telefónica, de forma presencial e/ou enviado em papel por correio às associações. A via postal foi requerida por uma associação, que não se enquadrava no âmbito do inquérito e, por isso, não integrou o estudo; enquanto a via telefónica foi usada por três associações.

O resultado foi a inquirição de 1132 associações[6], distribuídas pelas sete regiões da NUTS II, os distritos, regiões autónomas e concelhos. Neste âmbito, foi possível ultrapassar o número mínimo de inquéritos preenchidos em todas as

---

[6] O número efetivo de respostas obtidas foi de 1168, todavia, a diferença deve-se a questionários preenchidos repetidamente ou submetidos totalmente em branco, o que urgiu corrigir.

regiões, à exceção do Algarve[7]. Porém, por não se constituir um desfasamento significativo, verifica-se a representatividade estatística requerida. Para o presente artigo e com base na problemática em reflexão, interessou afunilar a análise para as associações com natureza cultural e/ou recreativa, mas também aquelas de natureza diversa que promovem e integram a título principal atividades de cultura e/ou recreio. Neste sentido, a amostra considerada contabiliza 945 associações, distribuídas pelo território nacional (quadro 1).

QUADRO 1 Distribuição das respostas ao inquérito nacional, por NUTS II (N=945)

NUTS II	RESPOSTAS OBTIDAS	
	FREQUÊNCIA	%
Norte	279	29,5
Centro	279	29,5
Área Metropolitana de Lisboa (AML)	198	21,0
Alentejo	113	12,0
Algarve	39	4,1
Região Autónoma dos Açores (RAA)	22	2,3
Região Autónoma da Madeira (RAM)	15	1,6
TOTAL	**945**	**100,0%**

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

4 ¬ Práticas culturais no associativismo popular

No que diz respeito ao mapeamento das associações inquiridas, encontram-se associações com atividades de cultura, recreio e de lazer em todas as regiões de Portugal. A maior percentagem situa-se nas regiões Norte e Centro, que em conjunto representam perto de 60,0% do total. As que apresentam menor peso localizam-se nas regiões insulares dos Açores e da Madeira (menos de 2,0%).

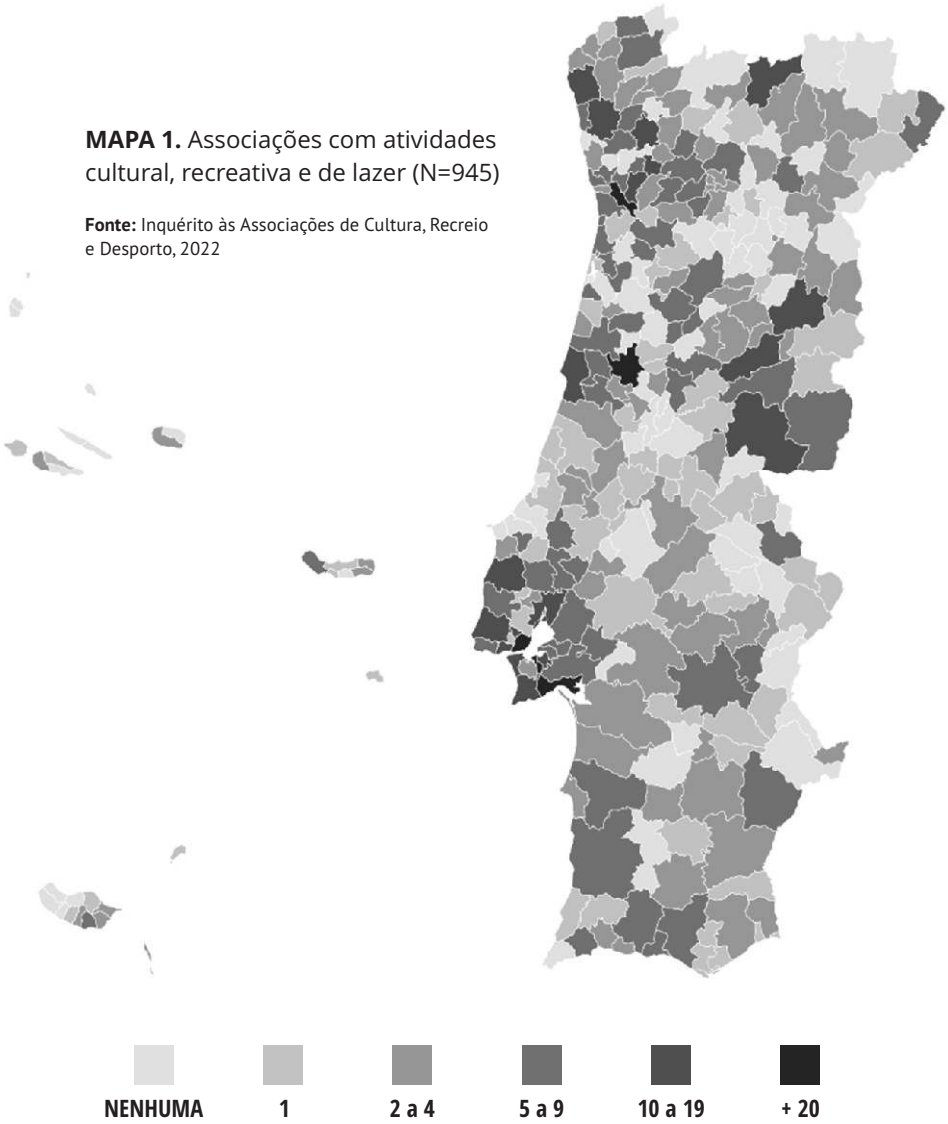
Na distribuição das associações pelo território nacional, o mapa 1 permite dar conta que três quartos dos municípios são sede de pelo menos uma associação (233, ou seja, 75,6% do total dos 308 municípios), o que mostra uma implementa-

[7] Essa situação só foi percebida após o fecho do questionário, uma vez que a região contabilizava mais inquéritos preenchidos, mas que constituíam respostas repetidas por parte de três associações algarvias.

ção relativamente equilibrada por todo o território, incluindo as duas regiões autónomas. Daquele conjunto de municípios, 68 possui uma associação sendo a sua localização mais predominante nos municípios da região Centro. Por outro lado, a concentração de associações é mais evidente nos municípios do litoral, mas com algumas exceções: 15 dispõem entre 10 e 19 associações (sendo que quatro se localizam no interior Centro e Norte) e, mais notório, nos cinco que apresentam mais de 20 associações (Gondomar, Coimbra, Barreiro, Lisboa e Setúbal).

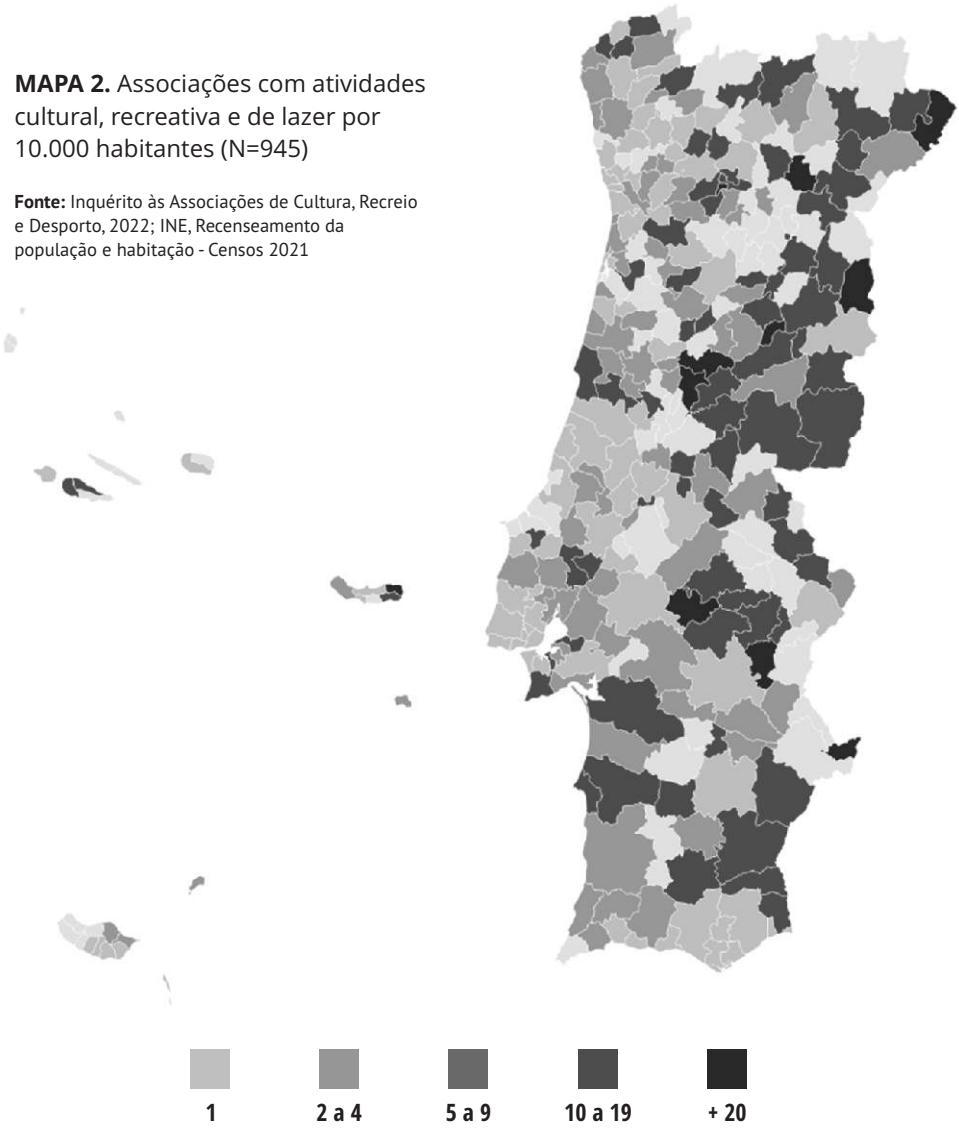
MAPA 1. Associações com atividades cultural, recreativa e de lazer (N=945)

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022



MAPA 2. Associações com atividades cultural, recreativa e de lazer por 10.000 habitantes (N=945)

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022; INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021



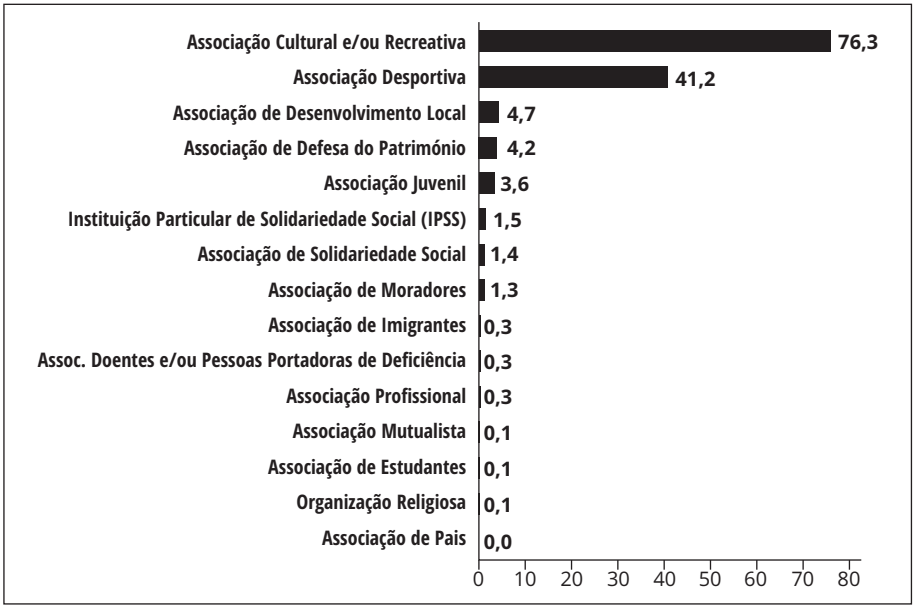
A ponderação do número de associações pela população mostra que perto de dois terços dos municípios apresenta um nível relativamente baixo de associações por 10 mil habitantes (151 municípios situam-se nos dois escalões mais baixos). Por outro lado, tendo em conta os escalões mais elevados, constata-se que entre 3,01 a 4,99 se situam 35 municípios e entre 5,00 a 13,91, 11

municípios, sendo que se destacam alguns municípios, em especial no interior Norte, Centro e Alentejo, mas também dos casos que se registam na Região Autónoma dos Açores (quatro municípios) (mapa 2).

Em termos de tipologias associativas, verifica-se uma grande diversidade que varia entre as Associações Culturais e/ou Recreativas e as Organizações Religiosas. As tipologias com maior expressão são culturais e/ou recreativas (que representam 76,3% do universo), e as Desportivas (41,2%), embora seja de ter em conta que as tipologias não são exclusivas, ou seja, as associações podem corresponder a várias tipologias em simultâneo. O movimento associativo popular apresenta-se com uma grande diversidade tipológica, não exclusiva, com objetos de ação muito alargados, e pouca especialização temática.

No âmbito desta especialização do objeto, observa-se ainda a relativa expressão das Associações de Desenvolvimento Local (4,7%), que entraram recentemente no panorama das associações em Portugal e as Associações de Defesa do Património (4,2%) fenómeno com longa antiguidade em Portugal, com evidências ainda na I República e depois com grande expressividade no período após o 25 de Abril de 1974 (sobretudo nos primeiros anos da década de 1980).

Gráfico 1. Tipologias de Associações (%) (N=945)



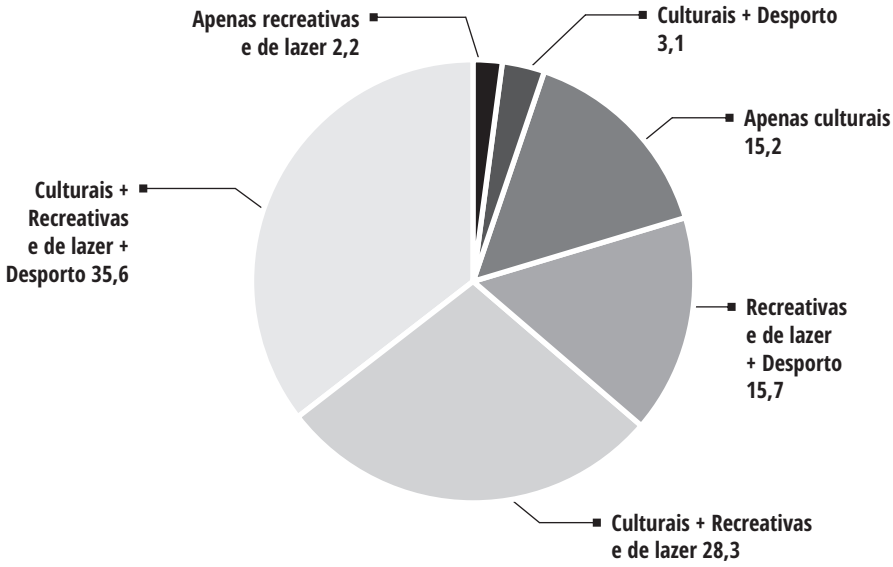
Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

Esta diversidade manifesta-se também no tipo de atividades que as associações promovem, sendo a característica mais expressiva a realização de dois ou mais tipos de atividades distintas no âmbito da ação associativa. As atividades de natureza cultural aparecem conjugadas com atividades de recreação e lazer e também com desportivas, sendo menos frequente a existência de atividades de natureza apenas cultural, tendo apenas 15,2% das associações indicado esta opção.

No que refere a associações que apresentam um objeto de ação dentro do setor cultural, observa-se uma maior expressão da conjugação de atividades culturais, recreativas e de lazer e desportivas (35,6%), assim como das atividades culturais e de recreação e lazer. A conjugação das atividades de natureza cultural com atividades desportivas é menos frequente (3,1%) e as atividades de apenas recreação e lazer são as que têm uma menor expressão (2,2%).

Uma grande panóplia de atividades caracteriza o panorama associativo popular em Portugal, afastando-se de uma especialização em torno de algumas áreas de atuação exclusivas, sendo que esta diversidade de atividades permite uma atividade anual regular nas associações.

Gráfico 2. Atividade promovidas pelas associações (%) (N=945)



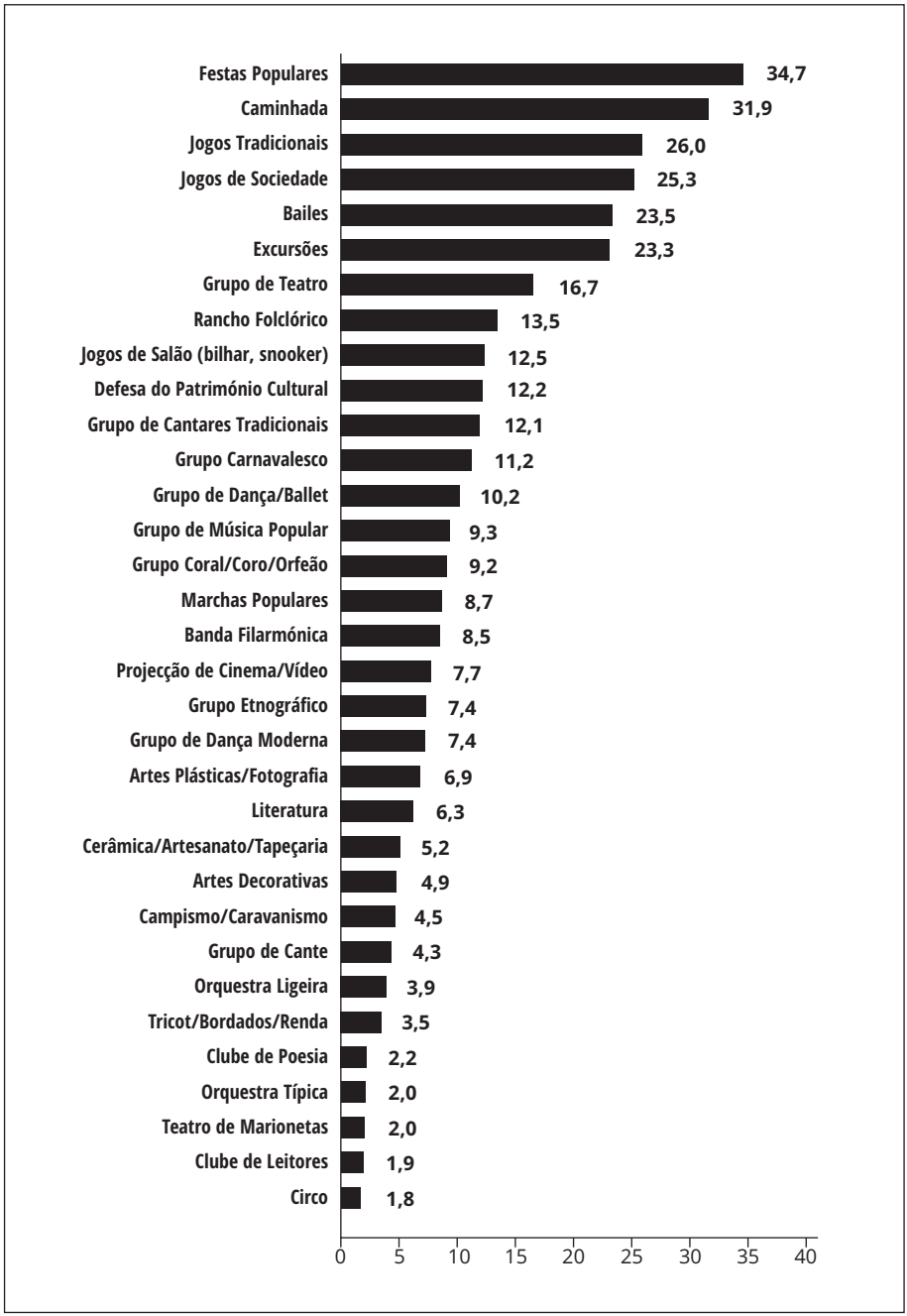
Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

No que diz respeito em concreto às atividades promovidas pelas associações refira-se, no geral, que as recreativas e de lazer apresentam uma percentagem mais elevada do que as culturais. Observando cada um dos tipos de atividade, do lado das recreativas e de lazer, sobressaem para mais de três em cada dez associações as atividades festas populares e caminhada (com 34,7% e 31,9%, respetivamente). Num segundo grupo destacam-se, por sua vez, a promoção de jogos tradicionais (26,0%) e de sociedade (25,3%), bem como os bailes (23,5%) e as excursões (23,3%). Do lado das culturais, o predomínio na existência de grupo de teatro (16,7%), a que se seguem o rancho folclórico (13,5%), grupo de cantares tradicionais (12,1%) e grupo de dança/ballet (10,2%). Por outro lado, do conjunto de atividades apresentadas, as que possuem uma menor expressão, com uma percentagem abaixo de 3,0%, são clube de poesia, orquestra típica, teatro de marionetas, clube de leitores e circo

Relativamente à frequência de realização das atividades salienta-se um contraste entre as culturais e as recreativas e de lazer. No caso das culturais, a maioria das atividades possui uma frequência regular (constitui o principal modo para mais 70,0% das associações com grupo coral/coro/orfeão, grupo de dança/ballet, rancho folclórico, banda filarmónica e grupo de dança moderna), ao passo que essa frequência é mais pontual para atividades como projeção de cinema/vídeo, artes decorativas ou artes plásticas/fotografia (também acima dos 70,0%). No caso das recreativas e de lazer, verifica-se precisamente o inverso, sendo que a quase totalidade das atividades se realizam de forma pontual, sobressaindo aqui, para mais de dois terços das associações, os jogos tradicionais e as excursões. As exceções são as atividades jogos de salão e de sociedade que apresentam para mais de metade das associações uma frequência regular.

Quanto à entidade que promove a atividade, seja cultural e/ou recreativa e de lazer, estas são desenvolvidas quase que em exclusivo pela associação, variando, do lado das culturais, entre o máximo de 89,1% da banda filarmónica e o mínimo de 66,7% do teatro de marionetas. A exceção é a do circo que é referida como sendo promovida principalmente por entidades externas (55,6%). No lado das recreativas e de lazer, prevalece a promoção interna em todas as atividades, variando entre o máximo de 97,4% dos jogos de sociedade e o mínimo de 63,6% das marchas populares. Apesar disso, estas são as que apresentam percentagens mais relevantes de promoção por entidade exterior.

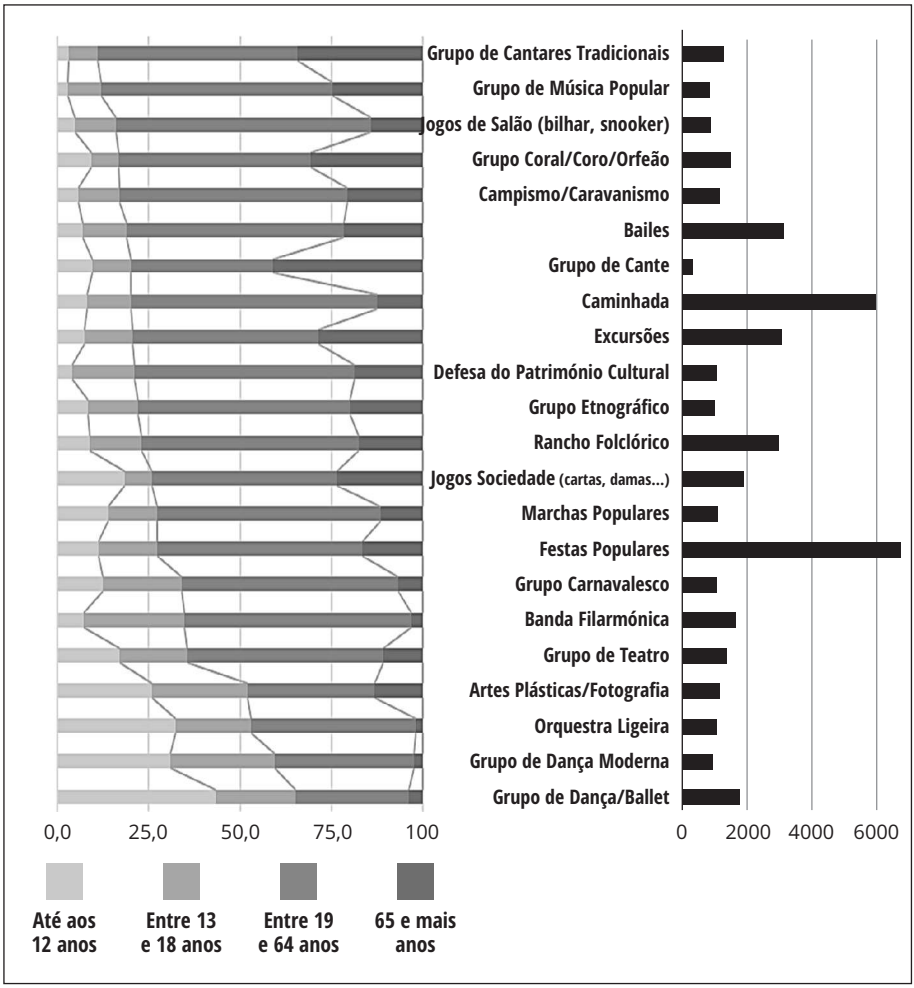
Gráfico 3. Atividades culturais, recreativas e de lazer promovidas (%) (N=945)



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022
Nota: Pergunta de resposta múltipla

Uma outra vertente de análise é dada pelo total apurado de praticantes de cada uma das modalidades consideradas e as respetivas faixas etárias (gráfico 4). Assim, são as modalidades Festas populares e Caminhada que atingem um maior número de praticantes envolvidos (valores superiores a 6.000 praticantes). Num patamar inferior, mas ainda assim acima dos 2.000 praticantes, estão os Bailes, as Excursões e os Ranchos Folclóricos.

Gráfico 4. Praticantes por modalidade e por faixa etária (% e número) (N=945)



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022
Nota: As percentagens referem-se à faixa etária dos praticantes por modalidade. Excluem-se as não respostas. Excluem-se ainda as modalidades com baixos contingentes de respostas (<11 associações) e de praticantes.

Quando considerados os escalões etários, constata-se que, para a maioria das modalidades, o principal contingente de participantes refere-se a adultos em idade ativa do ponto de vista profissional. Porém, algumas modalidades parecem destacar-se por atraírem assinaláveis contingentes de jovens: é o caso dos Grupos de dança – ballet e moderna – e das Orquestras Ligeiras, onde os jovens com idades iguais ou inferiores a 18 anos representam mais de metade dos praticantes. Outras, em sentido inverso, parecem captar um maior contingente de participantes seniores, com mais de 65 anos: é o caso de agrupamentos musicais específicos – Grupo de cante, Grupo de Cantares Tradicionais e Grupo Coral/Coro/Orfeão, onde mais de 30% dos seus praticantes tem mais de 65 anos.

Modalidades por ano de início da atividade

Outra perspetiva da vida associativa abordada no inquérito refere-se à perspetiva temporal da oferta de modalidades, tendo por base o ano de início, segmentando pelo ano mais recente e mais antigo, o que permite identificar a atualidade e também a espessura temporal das várias modalidades (quadro 2).

Tendo então em conta os anos limite das respostas para cada modalidade constata-se que quase todas registam inícios muito recentes, mantendo, portanto, o interesse por uma parte das associações. Repare-se que com apenas três exceções os inícios de atividade mais recentes se situam entre 2020 e 2022, sendo que a maioria se situa mesmo em 2022. As exceções são Artes decorativas (2019), Clube de leitores (2018) e Jogos de sociedade (2007), sendo que, esta sim, parece ter perdido relevância entre as atividades associativas, o que se compreende face ao rápido desenvolvimento dos jogos eletrónicos, *online*, em consolas, computadores e tablets, e sobretudo em smartphones, remetendo para práticas mais individualizadas e domésticas, mesmo quando em grupo, em "sociedade", como são designadas as *offline*.

Numa outra perspetiva, é visível que muitas das atividades existem desde muito cedo no associativismo popular, coincidindo aliás, muito provavelmente, com a criação da própria associação. É o caso de Banda filarmónica (1792) e de várias outras modalidades cujo início de atividade mais antigo assinalado no inquérito remonta à segunda metade do século XIX (Orquestra ligeira, Grupo de teatro, Bailes, Caminhada e Jogos de sociedade). Quanto às restantes, com início no século XX, vale a pena destacar várias iniciadas em períodos históricos bem demarcados, por exemplo após a implantação da República em 1910, designadamente Festas populares (1921), outras que tiveram origem nos alvores do Estado

Novo de que são exemplos Rancho folclórico, Grupo etnográfico, Grupo de música popular, Grupo de defesa do património, Excursões, todas em meados da década de 1930. O período posterior à Revolução de 25 de abril de 1974 marca também o início de atividade de várias modalidades (para além de ter suscitado um crescimento fortíssimo, e continuado, de novas associações nos anos subsequentes), designadamente de Literatura logo em 1975, e de várias outras no início da

Quadro 2. Modalidades por ano de início da atividade (N=465)

MODALIDADES	MAIS ANTIGO	MAIS RECENTE	N.º CASOS
Banda Filarmónica	1792	2022	46
Grupo de Teatro	1842	2022	89
Jogos de Sociedade (cartas, damas, dominó, xadrez, etc.)	1842	2007	91
Orquestra Ligeira	1846	2020	21
Bailes	1895	2022	70
Jogos Tradicionais	1900	2022	98
Festas Populares	1921	2022	125
Jogos de Salão (bilhar, snooker)	1921	2022	48
Grupo de Cante	1926	2022	17
Grupo de Cantares Tradicionais	1926	2022	61
Grupo Coral / Coro / Orfeão	1932	2022	51
Rancho Folclórico	1934	2022	80
Grupo Etnográfico	1935	2022	38
Grupo de Música Popular	1935	2022	49
Defesa do Património Cultural	1935	2022	48
Excursões	1936	2022	77
Projeção de Cinema / Vídeo	1939	2022	32
Artes Decorativas	1947	2019	10
Campismo / Caravanismo	1947	2022	15
Artes Plásticas / Fotografia	1958	2022	33
Marchas Populares	1966	2022	33
Grupo Carnavalesco	1967	2022	33
Literatura	1975	2022	22
Teatro de Marionetas	1980	2022	9
Grupo de Dança / Ballet	1980	2022	56
Grupo de Dança Moderna	1980	2022	37
Clube de Leitores	1981	2018	5
Cerâmica / Artesanato / Tapeçaria	1981	2022	18
Tricot / Bordados / Renda	1981	2022	14
Clube de Poesia	1981	2022	9
Orquestra Típica	1982	2020	8
Caminhada	1984	2022	129
Circo	1990	2021	6

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022
Base: 945

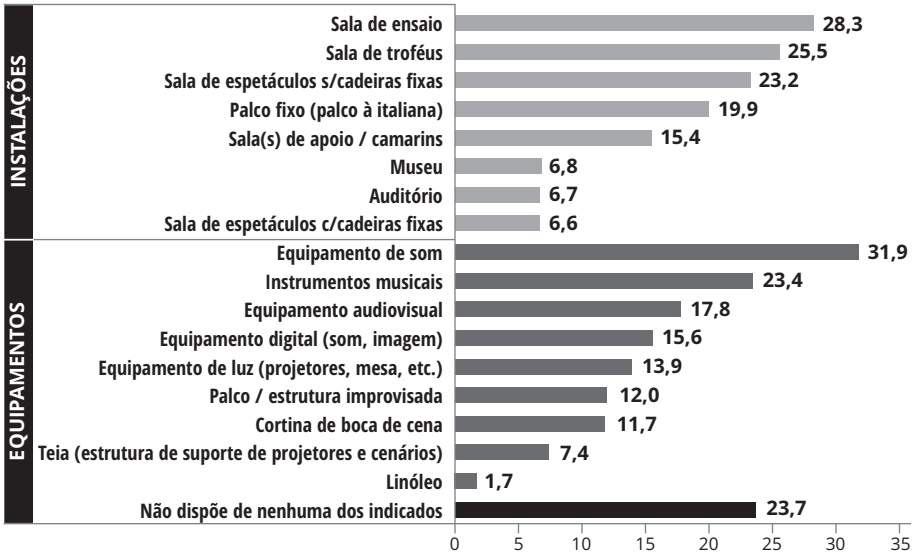
década de 1980, já na vigência da Constituição de 1976, umas eventualmente mais próximas de formas de cultura erudita (como a Literatura), Grupo de dança/Ballet e de Dança Moderna, Clube de poesia e Clube de leitores, outras mais recreativas e populares como Tricot/Bordados/Renda e Cerâmica /Artesanato/Tapeçaria.

Quanto às instalações e equipamentos que as associações dispõem para a realização de atividades culturais e recreativas, a primeira nota vai para o facto de quase um quarto das associações ter referido não dispor de nenhuma das opções apresentadas (gráfico 5).

Em relação às instalações existentes, a sala de ensaio é o espaço mais referido pelas associações (28,3%). Destaca-se igualmente, do lado da realização de espetáculos, a existência de sala sem cadeiras fixas, portanto uma sala com características polivalente e de palco fixo ("palco à italiana"), registando 23,2% e 19,9%, respetivamente, e do lado expositivo, uma maior presença de sala de troféus (25,5%) do que a existência de espaço museológico (6,8%). Saliente-se que apenas 6,6% das associações refere ter uma sala de espetáculos com cadeiras fixas.

No que toca aos equipamentos existentes, praticamente um terço dispõe de equipamento de som e um quarto de instrumentos musicais. Com equipamentos audiovisual e digital encontram-se 17,8% e 15,6%, respetivamente. Os equipamentos menos referidos, são o linóleo (1,7%) e a teia (7,4%).

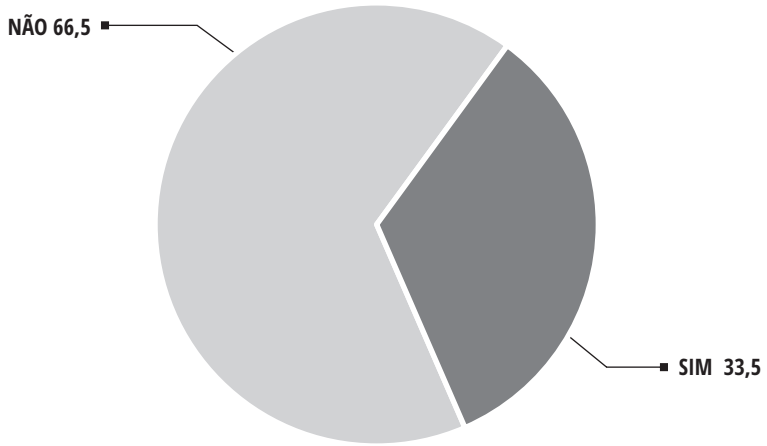
Gráfico 5. Instalações e equipamentos disponíveis para a realização de atividades (%) (N=945)



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022
Nota: Pergunta de resposta múltipla

Os dados apurados permitem também evidenciar o papel relevante das associações na formação dos seus associados (gráfico 6). De facto, 33,5% das associações inquiridas refere desenvolver atividades de formação, sobretudo no âmbito do ensino não formal e que, no total, envolvem mais de 12.600 formandos.

Gráfico 6. Desenvolvimento de atividades de ensino não formal / formação (%) (N=945)



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022
Nota: excluem-se as não respostas

Acrescente-se que esta formação incide sobretudo nas áreas do teatro, da música e da dança. De facto, concentram-se nestas três áreas aproximadamente dois terços dos formandos e das associações que desenvolvem atividades de ensino/formação. Porém, as associações desenvolvem formação num vasto leque de áreas, em domínios como o património cultural, o artesanato ou mesmo as artes plásticas.

5 ¬ ALICERCES PARA UMA POLÍTICA ASSOCIATIVA CULTURAL

A Constituição da República Portuguesa (CRP) estabelece os alicerces para uma política associativa cultural. Veja-se o disposto no n.º 3 do artigo 73.º: "O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o

acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais". E veja-se, ainda, o artigo 85.º, que consagra o princípio da discriminação positiva das entidades da economia social (incluindo-se aí as associações culturais e as coletividades).

Tais alicerces remetem para quatro ideias principais. A da discriminação positiva das associações culturais e coletividades. A de que compete – em primeira instância – ao Estado (central e local) promover a democratização da cultura. A de que a democratização da cultura implica assegurar o acesso de todos não só à fruição, mas também à criação cultural. E, finalmente, a do foco na construção de parcerias (ou acordos de colaboração) entre entes públicos e associações.

A concretização deste desiderato constitucional tem conduzido à aprovação de algumas medidas, de diversa natureza e impacto: a aprovação do apoio público à aquisição de instrumentos de música, fardamento e trajes através das direções regionais de cultura (Ministério da Cultura) (Lei n.º 123/99, de 20 de agosto); a previsão de apoio às associações por parte das autarquias locais (veja-se a Lei das Autarquias Locais); o estabelecimento de alguns acordos de colaboração por parte do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ); a intervenção realizada a partir da Fundação Inatel (que define programas de apoio ao associativismo, em particular aos Centros de Cultura e Desporto); ou o estabelecimento de uma discriminação positiva em matéria de licenças de direitos de autor (Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública – Lei n.º 36/2021, de 14 de junho).

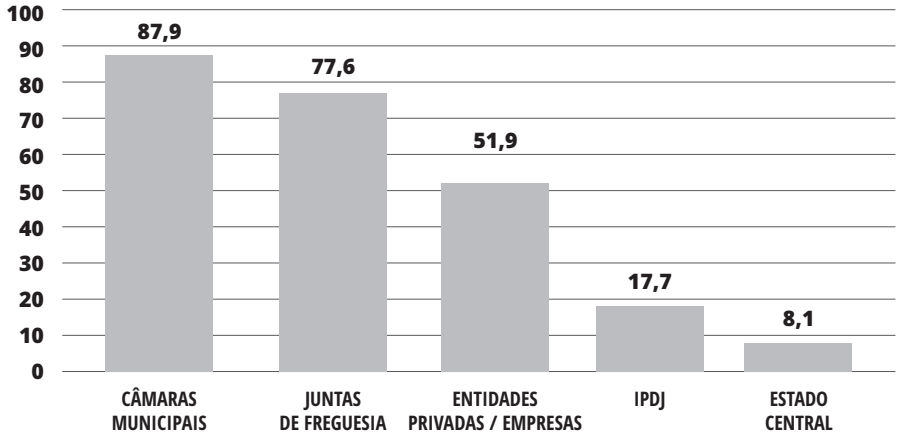
Esta concretização surge, todavia, fragmentada, dispersa e com impacto variado. Generalizou-se a regulação dos apoios municipais em regulamentos, mas os montantes, objetivos e critérios são muito diferentes de município para município. Nas freguesias o cenário é bem pior: muitas vezes nem sequer regulamento existe, reinando alguma discricionariedade no apoio a atividades e associações. Os apoios diretos do Governo através do Ministério da Cultura/Direções regionais de cultura são limitados e não abrangem toda a atividade cultural. Mais: não surgem articulados numa política pública abrangente e com objetivos claros.

O resultado dessa fragmentação e insuficiência remete-nos novamente para a Constituição da República Portuguesa. É que o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural está longe de ser uma realidade em muitas regiões e concelhos do país, havendo diferenças significativas entre concelhos.

Verifica-se, por outro lado, que o Governo ainda não criou legislação para regulamentar e desenvolver um regime fiscal mais favorável para as entidades da economia social (incluindo as associações culturais e coletividades), apesar de lhe ter sido conferida tal responsabilidade pela Lei n.º 30/2013, de 8 de maio – Lei de Bases da Economia Social (artigos 11.º e 13.º). Tinha 180 dias para o fazer e já passaram praticamente 10 anos.

Para dar corpo à problemática em análise socorremo-nos dos resultados obtidos e que têm a ver com duas questões principais: a existência de apoio às associações, a tipologia de apoio obtido e a importância percecionada pelas associações em relação às entidades públicas. A partir do gráfico 7 verifica-se que 945 associações responderam afirmativamente, sendo de sublinhar o peso dos apoios das autarquias locais: Câmaras Municipais (87,9%) e Juntas de Freguesia (77,6%), em contraponto ao exíguo apoio do Estado Central (8,1%). Destacam-se ainda o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) com 17,7%, especialmente vocacionado para a área desportiva, e o tecido empresarial, que tem uma fatia relevante de 51,9%, constituindo-se como um dos principais apoiantes das associações.

Gráfico 7. Entidades que apoiam as associações (%) (N=945) [8]



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022
Nota: Pergunta de resposta múltipla

[8] Para a criação deste gráfico considerou-se apenas a percentagem de resposta "sim".

No que respeita à tipologia de apoios recebidos salientam-se os de ordem financeira em relação a todas as entidades apoiantes (gráfico 8). Neste contexto realçam-se os concedidos pelas autarquias locais, com 74,8% e 50,3%, das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, respetivamente. É necessário também atribuir uma palavra para o tecido empresarial que contribui com 35,1% dos apoios financeiros.

Quanto ao apoio do IPDJ (12,6%) será fundamentalmente concedido ao abrigo do PRID (Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas) que, em 2022, distribuiu, através de Contratos-Programa, cerca de 2 milhões de euros por setenta e oito associações do continente [9].

Têm relevância os apoios em "Equipamento Técnico e/ou Material" com especial enfoque nas autarquias locais (33,7% e 26,9% para Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia respetivamente), sendo que as empresas privadas também colaboraram em 14,7% dos casos. Também no que concerne ao apoio a "Construção e/ou Obras em Instalações" são as autarquias locais com as maiores percentagens.

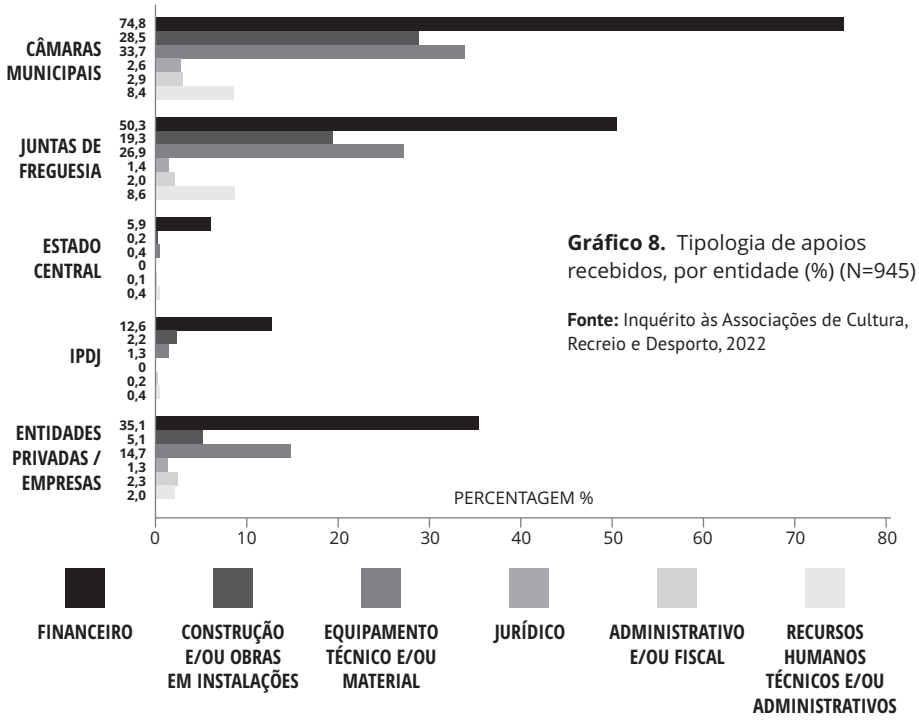


Gráfico 8. Tipologia de apoios recebidos, por entidade (%) (N=945)

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

[8] https://ipdj.gov.pt/documents/20123/9899286/PRID-2022-Lista-Candidaturas-apoiar+%281%29.pdf/a25ada21-56d4-7412-b357-6ae0d57203c4?t=1669395118172.

Em resposta à questão: *"Como avalia, de forma geral, a relação entre a associação e as demais entidades? (numa escala em que 1 é muito má e 10 muito boa)"* as associações, em grande medida, optaram por não responder ou se o fizeram foi negativamente, pois, salvaguardando as autarquias locais que atingiram percentagens elevadas, no caso do Estado Central foram somente registadas cerca de 57,0% respostas do universo total de respondentes.

Quanto à perceção das associações que responderam verifica-se que dão uma grande importância ao relacionamento com as autarquias locais: com valores médios acima dos 9 (numa escala de 1 a 10), o que está em linha com os apoios recebidos e declarados acima.

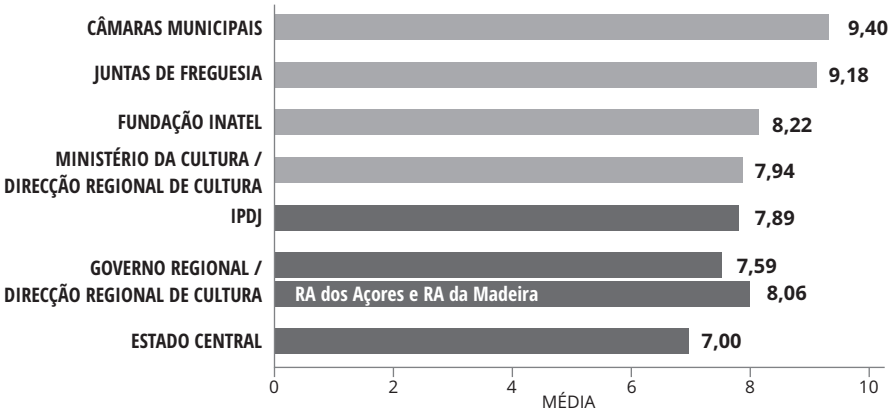
No que respeita ao Estado Central apesar de apoios muito limitados a perceção da sua importância está acima da média da escala, uma vez que têm uma média de 7. Isso pode revelar a atribuição de uma importante valorização do apoio do Estado Central, não obstante o seu parco apoio às colectividades. Isto é, a percepção de que o Estado é (ou deveria ser) uma entidade muito relevante para o associativismo popular. De qualquer modo, é atribuído a esta variável o valor médio mais baixo de todas as entidades consideradas.

De referir ainda, a importância atribuída aos Governos Regionais/Direção Regional de Cultura, uma vez que o conjunto amostral atribuiu o valor médio de 7,59, mas se observarmos o valor atribuído a estas entidades pelas Regiões Autónomas reparamos que esse mesmo valor sobe, ainda que ligeiramente, para 8,06. Isto é, as associações de cultura, recreio e desporto sediadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira atribuem uma importância média mais elevada aos Governos Regionais/Direções Regionais da Cultura para o associativismo em comparação com o conjunto amostral que inclui as associações sediadas no continente.

A política associativa cultural passa essencialmente pelo relacionamento com as autarquias locais, especialmente Câmaras Municipais, tendo também algum peso o tecido empresarial. O Estado Central e entidades da Administração Central têm uma participação nesta política bastante baixa (17,7% e 8,1% respetivamente IPDJ, sobretudo para a área desportiva, e Estado Central). No entanto, as associações respondentes têm a perceção da importância que estas entidades têm no desenvolvimento da política associativa cultural.

Assim, dos resultados do inquérito aqui mobilizados e da análise do atual quadro legislativo da administração central - que em parte, aliás, urge regulamentar, como antes se referiu a propósito de um regime fiscal mais favorável para as

Gráfico 9. Importância média das seguintes entidades públicas para o associativismo, a partir de uma escala em que «1» é "nada importante" e «10» é "muito importante" [10]



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

entidades da economia social - e regulamentar das autarquias locais, decorre a necessidade de uma melhor articulação com a definição de uma estratégia nacional de apoio ao associativismo cultural recreativo e de lazer que envolva os vários organismos da administração central (e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira) e as autarquias locais e que permita responder aos desafios que se vêm colocando e que proporcione as condições indispensáveis ao seu desenvolvimento.

6 ¬ CONCLUSÃO

Quaisquer processos culturais que aconteçam na sociedade portuguesa deverão dialogar nos planos científicos, associativos e políticos, com o eixo ideal-tipo democratização cultural/democracia cultural, a partir desta focalização será possível avaliar objetivamente avanços, recuos e/ou impasses que estejam a acontecer. Sob esta perspetiva, será igualmente possível ajustar as relações entre as

[10] Câmara(s) Municipal(ais) (n=926), Junta(s) de Freguesia (n=911), Estado Central (n=653), Ministério da Cultura/Direcção Regional da Cultura (n=684), IPDJ (n=622), Fundação INATEL (n=660) e Governo Regional/Direcção Regional de Cultura (n=574), Governo Regional/Direcção Regional de Cultura RA Açores e RA Madeira (8,06) (n=34).

associações populares e as instituições políticas locais, regionais, nacionais e setoriais comprometidas com a consagração do direito à cultura.

O desejável será que as políticas públicas e os seus principais executores, em parceria com as associações e as forças vivas comunitárias nas quais se incluem as empresas, construam coletivamente estratégias de difusão cultural alargadas, aproveitando a capacidade de penetração cultural que o associativismo popular detém em todo o território nacional.

As práticas culturais e a ambição do seu alargamento com vista a um desenvolvimento integral dos indivíduos, terão de ser diversas e ajustadas à vontade das populações, que são socialmente configuradas pelas culturas territoriais e identidades locais, pela idade, sexo e outras condições sociais de vida. As políticas públicas deverão considerar tais características estruturais e culturais das populações, de modo a ajustarem os seus apoios financeiros, relacionais e estratégicos, quando hoje elas são desafiadas para patamares mais avançados de desenvolvimento, com o indispensável suporte do Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto recentemente realizado, e podendo igualmente contar com a participação conjunta das universidades e centros de investigação, as organizações representativas das associações e com os cidadãos que contribuem diariamente para uma sociedade civil mais forte.

BIBLIOGRAFIA

Ahearne, J. (2009). Cultural policy explicit and implicit: a distinction and some uses. *International Journal of Cultural Policy*, 15(2), 141-153. https://doi.org/10.1080/10286630902746245

Costa, A. F. (1997). Políticas culturais: conceitos e perspectivas (versão eletrónica). *OBS*, 2, 10-14.

Coulangeon, P. (2005). *Sociologie des pratiques culturelles*. La Découverte.

Creswell, J. & Creswell, D. (2018). *Research Design. Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5th edition). Sage.

Donnat, O. (1994). *Les Français Face à la Culture: De l'Exclusion à l'Éclectisme*. La Découverte.

Donnat, O. (2007). Painel democratização cultural hoje: histórico do conceito. Em AAVV (Ed.), *Acesso à Cultura e Promoção da Cidadania. Seminário Internacional de Democratização Cultural* (pp. 6-14). Instituto Votorantim. http://www.blogacesso.com.br/wp-content/uploads/2012/03/Publicacao-do-Seminario-marco2012.pdf

Dupin-Meynard, F., & Négrier, E. (Eds.). (2020). Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn? Éditions de L'Attribut. http://www.ub.edu/cultural/wp-content/uploads/2020/10/Cultural-Policies-in-Europe-a-Participatory-Turn-2020.pdf.

Garcia, J. L., Lopes, J. T., Neves, J. S., Gomes, R. T., Martinho, T. D., & Borges, V. (Eds.). (2014). *Mapear os Recursos, Levantamento da Legislação, Caracterização dos Atores, Comparação Internacional*. SEC/GEPAC.

Greffe, X., & Pflieger, S. (2009). *La politique culturelle en France*. La Documentation Française.

INE (2019). *INE - Entidades da Economia Social, do grupo Associações com fins altruísticos, classificadas na Secção A da Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS), por Município – 2016* (cedidos em agosto de 2020).

Laaksonen, A. (2010). *Making Culture Accessible. Access, participation and cultural provision in the context of cultural rights in Europe*. Council of Europe Publishing.

Lopes, J. T. (2007). *Da Democratização à Democracia Cultural. Uma Reflexão sobre Políticas Culturais e Espaço Público*. Profedições.

Matarasso, F. (2019). *Uma arte irrequieta. Reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Matarasso, F., & Landry, C. (1999). *Balancing Act: 21 Strategic Dilemmas in Cultural Policy*. Edições do Conselho da Europa. https://book.coe.int/en/cultural-policies/1674-balancing-act-21-strategic-dilemmas-in-cultural-policy-policy-notes-no-4.html

Mulcahy, K. V. (2006). Cultural policy: definitions and theoretical approaches. The Journal of Arts Management, Law and Society, 35(4), 319-330.

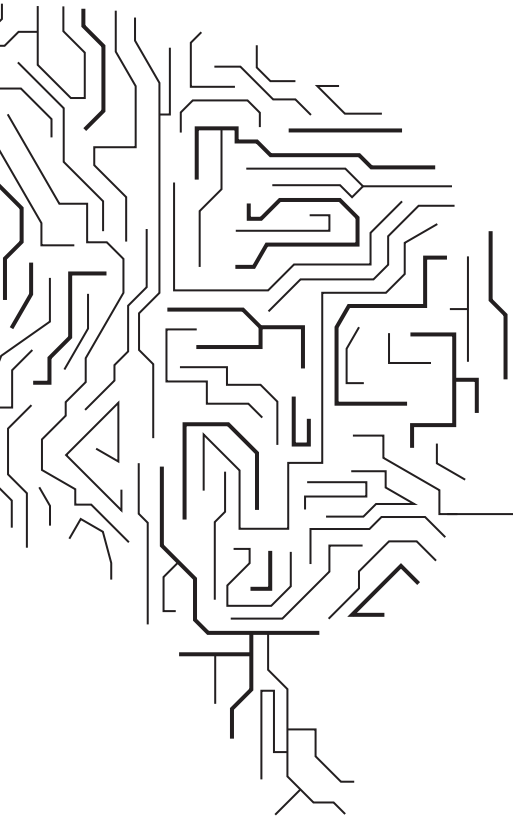
Neves, J. S., Prista, P., Macedo, S. C., & Santos, J. (2022). *A Cultura no pós Alentejo-2020*. Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.

Neves, J. S. (2021). Políticas culturais de museus em Portugal: ciclos e processos de reflexão estratégica participada. *Midas*, 13, 1-23. https://journals.openedition.org/midas/2956

Pratas, S. (2022). *Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto*. Almedina.

Romainville, C. (Ed.). (2014). *Démocratie culturelle & démocratisation de la culture*. OPC. http://www.opc.cfwb.be/index.php?id=9943.

Vale, P. P., Brighenti, S. B., Pólvora, N., Fernandes, M. A., & Albergaria, M. E. (2019). *Plano Nacional das Artes. Uma Estratégia. Um Manifesto 2019-2024*. PNA. https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=estrategia-do-plano-nacional-das-artes-2019-2024



CARLOS ANJOS

DIRIGENTE ASSOCIATIVO E TÉCNICO SUPERIOR
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL: VELHAS VITÓRIAS, NOVOS DESAFIOS

MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL: VELHAS VITÓRIAS, NOVOS DESAFIOS

O papel do movimento associativo na promoção da arte e da cultura, sendo histórico, mantém-se até aos dias de hoje. Continua a revelar a iniciativa das comunidades e a suprir necessidades onde elas surgem. Mas os desafios da contemporaneidade estão aí.

O acesso à arte e cultura foi, em grande parte de Portugal e durante muitas décadas, quase que um exclusivo das coletividades. Antecipou o papel das autarquias locais, determinante após a reinstauração da Democracia, em 1974, e do Estado central.

O movimento filarmónico, que perdura com grande pujança, é um dos mais elucidativos exemplos. Sem a dinâmica plasmada nas sociedades musicais gerações de portugueses teriam tido um acesso muito limitado à música, quer enquanto espetadores, quer como músicos executantes. O mesmo se poderia afirmar para o teatro, o campismo e as atividades de ar livre, o folclore, o canto coral, o livro, a leitura e as bibliotecas, a prática desportiva, o recreio e a organização de festas populares.

Acesso à cultura, um direito

Fazemos aqui um desvio para visitar dois documentos de magna relevância para a condição maior da cultura e do papel do associativismo nesse domínio: Primeiro, a *Constituição da República Portuguesa* de 1976 (já objeto de sete revisões); Segundo, a reflexão internacional inscrita na *Agenda 21 da Cultura*, documento adotado por representantes de cidades e governos locais de todo o mundo, convocados pela organização mundial "Cidades e Governos Locais Unidos" (CGLU) para a Cimeira da Cultura, reunida em Bilbao entre 18 e 20 de Março de 2015.

A Constituição aponta claramente o objetivo de se atingir uma "*democracia cultural*" (artigo 2.º), mostrando um caminho: "*O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.*"(3. do artigo 73.º). Desígnio este que é reforçado no artigo 78.º, relativo à "*Fruição e criação cultural*". As referências à Cultura são pois numerosas na nossa Constituição.

A Agenda 21 da Cultura recorda-nos que "*Para se considerar que existe um verdadeiro desenvolvimento, o desenvolvimento humano necessita de incluir, como parte integrante, os processos e os fatores culturais, tais como a memória, a criatividade, a diversidade e o conhecimento*". A Agenda aborda a cultura de forma caleidoscópica, destacando nós a dimensão relativa à Governança: apontando para um modelo equilibrado e partilhado das políticas culturais locais. Como se pode ler na respetiva Introdução "*Os governos locais estão numa posição privilegiada para promoverem ativamente o debate democrático. Os governos locais podem criar espaços e promover processos para os cidadãos exercerem os seus direitos, ampliarem suas capacidades, para serem protagonistas do presente e para decidirem o seu futuro*"

Durante décadas os espaços associativos congregaram a pouca oferta cultural de que o país dispunha. Por isso e sobretudo fora de Lisboa (mas também aí) movimentos tão diversos e aparentemente distantes entre si, promoviam o que não existia como campo profissional autónomo e estabelecido. Mas esses eram ainda os tempos em que a financeirização não se tinha imposto a todas as esferas da sociedade.

Cultura, um campo em expansão e complexificação

A ampliação de um campo autónomo da Cultura, constituído por artistas, grupos, técnicos, produtores, divulgadores e uma plêiade de trabalhadores ligados à produção artística e cultural, tem vindo a estabelecer-se ao longo das últimas décadas, no que se constitui como uma relevante afirmação do regime democrático. A sociedade exigiu e o Estado, sempre com destaque para o Poder Local, tem vindo a criar estruturas e equipamentos culturais de usufruto público.

O Estado, mormente o Poder Local, começou assim a chegar onde o movimento associativo popular há muito está instalado, disponibilizando as mais diversas formas de acesso à cultura.

As autarquias locais acompanharam esse esforço e são hoje dos principais protagonistas da dinamização cultural das regiões, abrindo e programando equipamentos culturais de diversas tipologias, salas de espetáculo, museus, galerias de arte, bibliotecas, arquivos. O mesmo se pode afirmar de outras expressões artísticas: o teatro e as artes cénicas, as artes plásticas.

A importância dos direitos culturais, enquanto dimensão objetiva dos direitos humanos, tem vindo a afirmar-se no conjunto da sociedade. A arte e a cultura têm já hoje uma relevante expressão, seja como *modus vivendi*, seja na criação de emprego ou expressão económica.

A cobertura territorial que logrou conseguir em muitos municípios, quer em redes de equipamentos culturais, quer em programação, não atingiria os presentes níveis de densidade, apesar de muitas assimetrias, se não fossem consideradas as diversas componentes do movimento associativo. Das sociedades musicais e filarmónicas aos ranchos folclóricos, passando pela mais variada tipologia de clubes e coletividades, numa escala apertada que se inicia no nível do bairro e da aldeia, com instalações e recintos abertos à comunidade, constituindo-se como autênticos pólos de vida comunitária e cultural.

Não podemos deixar de atender ao impacto negativo sentido em várias áreas do território, mormente no interior, resultante da desertificação propiciada pela migração para a faixa litoral do país. Mas, mesmo aí e com frequência, as coletividades resistem ao encerramento de serviços públicos (bancos, correios e outros).

Uma parceria de sucesso

Importa pois que o Poder Local e o Estado central, este último habitualmente pouco vocacionado para a criação de instrumentos especificamente vocacionados para o movimento associativo popular, estejam disponíveis para a (re)qualificação e apetrechamento dos espaços e equipamentos associativos. Seja no que se refere ao edificado, seja no seu equipamento técnico ou na formação dos seus recursos humanos. Podemos encontrar numerosos bons exemplos; mas podemos ambicionar mais. Este é o caminho que permite facilitar e densificar no território o acesso à cultura.

Numerosos exemplos têm demonstrado as virtudes da parceria entre o Poder Local autárquico e o Poder Associativo. E aqui, um breve desvio para subli-

nhar o conceito de poder associativo que a CPCCRD, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, tem vindo a desenvolver em sucessivos fóruns, a afirmação do campo associativo como instância democraticamente legitimada e com um papel interventivo, frequentemente de mediação, entre o espaço comunitário local e o poder político.

Sem eximir o Poder Local das suas obrigações no domínio do acesso à cultura e ao desporto, nomeadamente no que se refere ao já anteriormente referido estabelecimento de equipamentos de usufruto coletivo, é, como se pode observar um pouco por todo o país numa escala mais apertada, aos equipamentos de génese associativa que se deve a existência de verdadeiras redes locais de espaços públicos com funções culturais, desportivas e recreativas com carácter de proximidade.

Nos municípios e freguesias onde se tem estabelecido parcerias entre o movimento associativo e o Poder Local tem sido possível dispor de mais e melhores equipamentos culturais e desportivos e de mais e melhor oferta de bens culturais, recreativos e desportivos de acesso geral. E de uma maior correspondência entre os anseios das comunidades locais e as políticas e os planos municipais.

Um novo quadro, novos desafios

O crescimento, especialização e complexificação do campo da arte e da cultura, que se saúda, vem acompanhado de um elevado conjunto de exigências burocrático-legais e regulamentares: do registo central *de Beneficiário Efetivo* ou do registo do promotor, aos licenciamentos de direitos de autor e conexos, ou de ruído, passando pelo licenciamento das salas de espetáculos ou o cumprimento dos requisitos de segurança contra incêndios ou ainda a muito sensível regulamentação fiscal. Tudo somado obriga ao domínio de um amplo conjunto de conhecimentos por parte dos dirigentes associativos e a um árduo esforço financeiro que não está ao alcance de muitos.

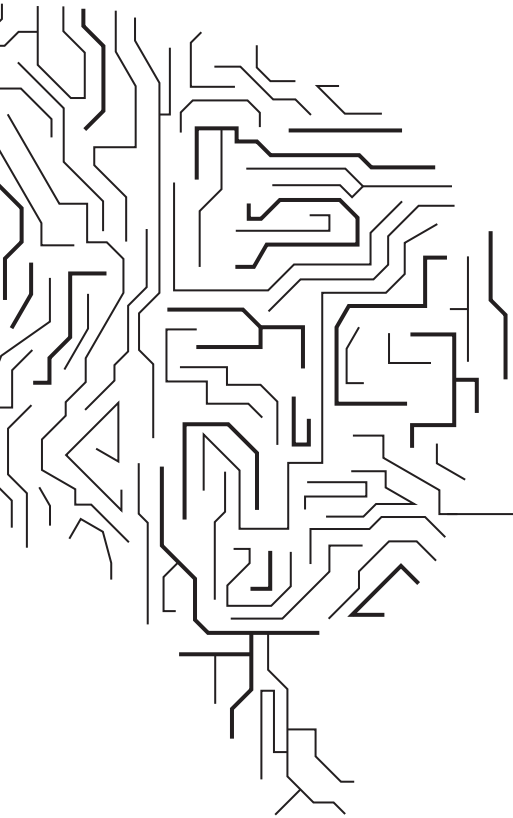
Para melhor compreensão do quadro global importa não perder de vista o significativo avanço que a iniciativa privada de natureza comercial tem vindo a operar em domínios tradicionalmente dinamizados pelo movimento associativo. Porventura de forma mais expressiva na oferta de programas para a prática da atividade física, mas também noutras áreas lúdicas. Tal pode traduzir-se num certo panorama de competição entre o movimento associativo e estas formas privadas de organização, por vezes com grande capacidade de investimento e que visam fim lucrativo.

São pois crescentes as exigências que se colocam às coletividades e aos dirigentes associativos voluntários perante um meio tão denso. A continuada equiparação a entidades empresariais constitui assim uma das maiores dificuldades com que o movimento associativo popular se confronta. É justa a reclamação da especificidade das coletividades de cultura, recreio e desporto em matérias tão relevantes como regulamentações administrativa e fiscal.

Compete aos dirigentes associativos capacitarem-se para os desafios que a crescente especialização dos vários domínios representa. Identificar os pontos fortes da sua ação, como os ampliar e perceber as ameaças que impendem sobre as suas coletividades, por forma a estabelecer estratégias. E essa é uma das vertentes estratégicas que deve continuar a orientar o trabalhos das estruturas de representação do movimento associativo, nomeadamente da CPCCRD.

Notas

https://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_2015web_pt.pdf



ARTUR CRISTÓVÃO

PROFESSOR CATEDRÁTICO APOSENTADO
DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA,
SOCIOLOGIA E GESTÃO DA UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

ARMANDO LOUREIRO

PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO
DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
E INVESTIGADOR DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
E INTERVENÇÕES EDUCATIVAS (CIIE)

ALBERTO BAPTISTA

INVESTIGADOR AUXILIAR DO CENTRO
DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES
PARA O DESENVOLVIMENTO (CETRAD)
DA UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO

ASSOCIATIVISMO POPULAR EM MEIO RURAL:
O CASO DE UM CONCELHO NO INTERIOR CENTRO DE PORTUGAL [1]

Sumário:

1 ¬ INTRODUÇÃO

2 ¬ CAPITAL SOCIAL: BREVE DISCUSSÃO

3 ¬ ASSOCIATIVISMO POPULAR NO CONCELHO DE TONDELA

4 ¬ CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE E ESTRATÉGIAS FUTURA

¬ BIBLIOGRAFIA

[1] Apesar de realizado em 2007, o estudo relativo ao concelho de Tondela que aqui se apresenta de forma resumida, traduz, não só uma metodologia de caracterização do tecido associativo de um concelho, como também a dinâmica associativa de um território dominantemente rural. Por essa razão os autores consideraram relevante a sua divulgação após quase 16 anos. O estudo completo foi publicado pela Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT) em 2008, sob o título "Dinâmicas Associativas do Concelho de Tondela. O caso (sério) da ACERT".

ARTUR CRISTÓVÃO

ARMANDO LOUREIRO

ALBERTO BAPTISTA

1 ¬ INTRODUÇÃO

Foram notáveis os progressos verificados nas últimas quase cinco décadas de vivência democrática em Portugal em matéria de cidadania e participação. Barreto (2002: 317) sublinhou que em Portugal, desde o 25 de Abril de 1974, "muitas formas de participação conheceram um novo acréscimo e desenvolvimento", destacando a atividade política, a participação eleitoral e o sindicalismo e acrescentando, quanto ao associativismo, que a evolução terá sido muito diversa: "Muitas foram as associações criadas ao longo deste período, sobretudo as que correspondiam a novas exigências e novas aspirações numa sociedade democrática e integrada na União Europeia. Mas, em simultâneo, muitas foram as que, pertencendo a universos ultrapassados, definharam, desapareceram ou se limitaram a uma existência simbólica ou formal".

Este artigo procura dar um contributo para um maior conhecimento da realidade associativa em Portugal. Isso é feito, essencialmente, a partir de um estudo sobre o associativismo popular realizado num concelho rural do centro do país - Tondela –no âmbito de um

projeto de desenvolvimento social – "Uma Ponte Entre o Campo e a Cidade" - financiado pelo Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social e promovido pela Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT).

O estudo, realizado por investigadores da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, teve dois objetivos fundamentais: proceder a um diagnóstico das associações culturais, recreativas, sociais e desportivas do concelho de Tondela; e elaborar um documento orientador para a sua requalificação e promoção.

Os resultados da investigação apresentados neste artigo centram-se, tendo em conta tais objetivos, na realização de um retrato global do associativismo no concelho e na apresentação de elementos de reflexão tendo em vista a construção de instrumentos de atuação futura para a consolidação do tecido associativo no território em causa.

A concretização do estudo exigiu que se fizesse, numa primeira fase, um levantamento das associações do concelho, tendo-se recorrido para tal os dados fornecidos por entidades locais e regionais. Identificaram-se 121 associações, das quais 12 estavam inativas. O que quer dizer que o universo do estudo foi de 109 associações. Após este passo aplicou-se um inquérito junto dos dirigentes das associações, pelo que os resultados refletem, entre outros aspetos, as representações que estes tinham sobre as diversas matérias nele abordados. Conseguiram-se aplicar 77 inquéritos, o que representou 71% das associações ativas. Esta percentagem possibilitou realizar uma generalização da leitura dos dados ao total das associações existentes no concelho.

O inquérito foi inicialmente delineado pela equipa da UTAD e posteriormente debatido com os elementos de duas instituições parceiras no projeto: a ACERT e a Escola Profissional de Tondela. Após revisão, testagem e preparação do guião definitivo, procedeu-se à formação de uma equipa de inquiridores, constituída por alunos e alunas do Curso de Animadores Socioculturais da citada Escola. O inquérito foi realizado entre o início de Fevereiro e o final de Junho de 2007.

O presente artigo, para além desta introdução, organiza-se em torno de três secções. Começa-se por fazer uma breve alusão ao quadro de referência teórico que balizou o estudo. De seguida apresentam-se os principais resultados apurados, com destaque para a caracterização geral das

associações, aspetos sócio-organizativos, atividades desenvolvidas, problemas/necessidades sentidos, pontos fortes e fracos das associações e perspetivas de mudanças. Por fim, coloca-se o presente estudo num contexto mais amplo, comparando os seus resultados com os de outros similares em Portugal, por forma a ser possível ter uma visão mais integrada e alargada das suas conclusões, e apresentam-se algumas linhas de ação futura tendo em vista a desejada requalificação e promoção das associações.

2 ¬ CAPITAL SOCIAL: BREVE DISCUSSÃO

A problemática do capital social tem sido um dos aspetos críticos de debate no quadro do desenvolvimento de países, regiões e locais específicos. Trata-se de uma matéria complexa, que tem originado o envolvimento de cientistas sociais, de decisores políticos e agentes profissionais, e que não pode ser desligada da reflexão mais ampla sobre as transformações ocorridas na natureza e papéis do Estado, a evolução do conceito de democracia, as preocupações com o exercício da cidadania e as lógicas de engajamento da sociedade civil de que nos falam, entre outros, Offe (1990), Santos (1990, 1993, 1994), Touraine (1994), Friedmann (1996) ou Avritzer (2007).

No que toca ao funcionamento do Estado, as críticas à burocracia tradicional e os desafios para a sua reforma conduziram ao conceito de "governança", que tem subjacente as ideias de descentralização, partilha de poder, coordenação entre atores, participação da sociedade civil, trabalho em rede e parceria, colaboração intersectorial e integração de níveis diversos de ação (Norris, 2007). Esta perspetiva, se implica um acréscimo de intervenção das organizações voluntárias dos cidadãos, não deixa de derivar fortemente da lógica neoliberal hoje muito influente, defensora do "apagamento" da intervenção do Estado em muitas áreas. Por outro lado, como sublinha Norris (2007), subestima as relações desiguais de poder que tendem a existir na sociedade, nomeadamente entre os órgãos e instituições do Estado e as chamadas organizações cívicas ou não-governamentais.

Também no campo do desenvolvimento rural estas questões têm assumido destaque. Na verdade, o entendimento deste como um processo multiníveis, multifacetado e multi-atores (Ploeg *et alii*, 2000), implica preocupações com as questões da já referida "governança", a participação das organizações locais, e a

criação de redes e outras formas de interação entre diferentes atores, ou seja, a problemática do capital social dos territórios (OECD, 2006).

O conceito de capital social, porém, tem sido gerador de uma ampla polémica entre académicos e decisores políticos, sobretudo a partir dos anos 90, com a divulgação dos trabalhos de Robert Putnam (1993). Contudo, é um conceito influente, como é demonstrado pela ampla literatura existente e pelo interesse nele colocado por organizações internacionais, governos e entidades supragovernamentais, tais como a União Europeia (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2007).

O conceito não é novo. Field (2003) refere o contributo de três autores principais, Pierre Bourdieu, James Coleman e o já citado Robert Putnam. Bourdieu (1989) desenvolveu o conceito nos anos 70 e 80, ligando-o às suas preocupações com o acesso desigual de indivíduos a recursos e à manutenção do poder. Uma parte substancial do debate foi realizado nos EUA, onde Coleman, como destaca Field (2003: 13), tentou uma fusão entre a sociologia e a economia, sob a bandeira da "teoria da ação racional", com considerável impacte nas ciências sociais e na formulação de políticas.

O conceito, como antes referido, deve muito ao contributo de Putnam, que o relacionou com a participação associativa e a ação cívica como base de bem-estar e integração social. Para este cientista político, o capital social é entendido como "as características da organização social, como as redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação com benefício mútuo", acrescentando que o "capital social incrementa os benefícios do investimento no capital físico e no capital humano" (Putnam, 1993: 35-36).

Os três autores partem de perspetivas conceptuais diferentes. Como refere Flora (1998), Bourdieu centra-se no capital social de indivíduos, assumindo uma lógica de conflito, que enfatiza a construção do capital social e considera que as classes dominantes podem usar o seu acesso privilegiado aos capitais cultural, simbólico, social e económico para proceder à conversão estratégica de um tipo de capital noutro, de forma a solidificar a sua posição de classe (Bourdieu, 1989). Colemam, citado por Field (2003), sublinha que o capital social não está limitado aos que têm mais poder e que pode também trazer benefício aos mais pobres e às comunidades marginalizadas. Putnam, por seu lado, centra-se em indivíduos, comunidades, cidades, regiões e até países, destacando que o capital social é um ingrediente vital para o desenvolvimento económico. Na verdade, o seu primeiro grande estudo trata do papel do envolvimento cívico na

geração de estabilidade política e prosperidade económica, e foi baseado em trabalho de campo na Itália (Putnam, 1993). Todos estes autores consideram que o capital social consiste em conexões pessoais e interações interpessoais, juntamente com os conjuntos de valores partilhados e que estão associados a estes contactos (Field, 2003).

O conceito gerou uma aparente convergência, em especial depois dos contributos amplamente divulgados do trabalho de Putnam (1993). Contudo, o debate crítico tem vindo a ganhar expressão, especialmente entre cientistas sociais e políticos, como reflete a literatura. Muitas questões têm sido levantadas e não vamos aqui tratá-las com pormenor. Por exemplo: Poderá o conceito ser alargado, de recurso individual a característica da comunidade, sem perder o seu valor heurístico? É o capital social algo de intrinsecamente positivo? Será a sociedade civil, por inerência, um conjunto de relações em que todos ganham? Qual é o papel das relações de poder e dos conflitos na construção do capital social? Será este um conceito reformista ou, pelo contrário, um conceito reacionário ao serviço da agenda neoliberal?

Castle (2002), por exemplo, destaca três questões críticas principais: a ambiguidade conceptual; as implicações normativas; e as dificuldades na explicação dos processos de formação do capital social. Fine (2002) é, talvez, um dos críticos mais severos, o que é visível no título do seu trabalho, "They Fuck You Up Those Social Capitalists", onde defende que a sua base conceptual omite importantes elementos e que os seus teóricos servem a agenda neoliberal. Vários autores focam as suas críticas nas consequências ou impactes negativos do capital social. A este propósito, Field (2003, 74), diz que "o capital social pode promover a desigualdade, sobretudo porque o acesso a diferentes tipos de redes está muito desigualmente distribuído". Este autor aponta também vários efeitos perversos deste tipo de capital, como a criação de grupos de crime organizado e processos de exclusão (por exemplo, com base na classe social, género, idade, etnia ou opção religiosa ou política).

Em suma, concordando com o facto de o conceito ser ambíguo e com a necessidade de aprofundar uma análise crítica que conduza ao seu amadurecimento, entendemos também que possui valor, nomeadamente pelo facto de destacar a importância das relações, organizações e redes sociais como recursos essenciais. Por outro lado, não pode ser ignorado que estimulou a emergência de conceitos alternativos, como o de "estrutura social empreendedora" (ESE), desenvolvido por Flora (1998). Para este autor, ESE é um melhor "preditor" da ação cole-

tiva do que capital social, e é caracterizado como: um formato particular para o desenvolvimento de formas organizacionais que encorajam a ação coletiva para alcançar objetivos tangíveis; construído numa base sólida de confiança, redes sociais e normas que facilitam a reciprocidade de grupos; que pode mudar através de ação coletiva explícita; que privilegia as relações horizontais na comunidade face às verticais; que incorpora diversidade e inclusão (aceitação de alternativas); e implica três componentes principais – legitimidade das alternativas, mobilização de recursos e qualidade da rede.

O estudo sobre as dinâmicas associativas do concelho de Tondela inspirou-se neste quadro de referência. Na verdade, embora não tenha sido assente num modelo de análise completo sobre capital social, como, por exemplo, o desenvolvido pela "Policy Research Initiative" do Canadá (PRI, 2005), teve em consideração algumas das suas dimensões, nomeadamente: as características do tecido de organizações locais; os seus objetivos e papéis; os seus recursos e apoios; as dinâmicas de trabalho em parceria; e os resultados das suas intervenções.

3 ¬ ASSOCIATIVISMO POPULAR NO CONCELHO DE TONDELA

Nesta secção apresentam-se, de forma sintética, os principais resultados do estudo realizado.

Caracterização Geral das Associações

O concelho de Tondela, situado no distrito de Viseu, em pleno centro de Portugal, tem uma área de 373 Km^2, é formado por 26 freguesias [2], e tinha, em 2001, 31.152 habitantes (Guedes, 2004), tendo 25.914 habitantes segundo os Censos de 2021, o que representa um significativo decréscimo populacional. Contudo, a população é muito variável de freguesia para freguesia, atendendo à natureza do concelho, em que predominam terras planálticas ou de montanha, com o freguesias e localidades em situação de relativo isolamento.

As associações populares do concelho de Tondela encontram-se distribuídas por 24 das suas 26 freguesias. De acordo com os dados coligidos, existem 121

[2] Esse número é atualmente de 19, fruto da reorganização administrativa do território das freguesias realizada em 2012/13. Contudo, mantemos nesta análise o valor registado no ano do estudo.

Grupo de Cicloturismo "Sempre a 30" – Molelos, Tondela

associações culturais, recreativas, sociais e desportivas registadas. No entanto, 12 delas estão inativas, conforme já foi referido. O número médio de associações por freguesia é de 5 [3].

As associações apresentam designações muito variadas. No entanto, no seu nome predominam os termos "Cultural", "Recreativa" e "Desportiva", ainda que a sequência possa não ser esta. Temos também o termo "Social" (Intervenção Social, Solidariedade Social) e Associações "de Amigos", "de Mulheres", "Juvenis", a par de Casas do Povo, Centros Sociais, Associações de Trabalhadores, Clubes de Caça e Pesca, Associações de Bombeiros Voluntários, Sociedades Filarmónicas, Clubes de Futebol (e outros desportos) ou Ranchos Folclóricos.

Praticamente metade destas organizações iniciou a sua atividade nas décadas de 80 e 90 do século passado. É de salientar, ainda, o número significativo de associações criadas antes dos anos 60 desse mesmo século: 11, ou seja, 14% do total. Destas, uma foi criada no final do século XIX, 3 na década de 20 e outras 3 na década seguinte do século transato. Tal facto pode ser entendido como uma

[3] É muito provável que o tecido associativo popular tenha registado alteração neste período de quase 16 anos. Eventos como o incêndio na Associação Cultural, Recreativa e Humanitária de Vila Nova da Rainha, ocorrido a 13 de janeiro de 2018, que provocou 11 mortos e 38 feridos, assim como a pandemia COVID – 19, poderão ter impactado negativamente este setor. Contudo, trabalho recente do Centro de Respostas Integradas de Viseu (2022, 23) destaca que "existe no concelho um número considerável de associações locais a desenvolverem atividades nas áreas recreativas, culturais e desportivas". A ACERT mantém-se com associação ativa e dinamizadora da cultura e do associativismo no concelho e território envolvente.

demonstração da forte tradição associativa do concelho. A par desta situação distinguimos ainda a criação de um número considerável de instituições que iniciaram as suas atividades já no decorrer do presente século (13, isto é, 17%), o que pode ser um indicador de que a tradição antes enunciada se mantém muito viva.

O associativismo assume neste concelho um carácter essencialmente local, pois grande parte das associações (65%) atua predominantemente ao nível das aldeias (38%) ou freguesias (27%) em que estão inseridas. Apenas quatro associações atuam predominantemente para lá da região, três a nível nacional e uma a nível nacional e internacional (Tabela nº 1).

Tabela n.º 1. Âmbito Geográfico de Atuação Predominante

ÂMBITO GEOGRÁFICO	Nº DE ASSOCIAÇÕES	%
Aldeia	29	37,66
Freguesia	21	27,27
Concelho	11	14,29
Região	12	15,58
Outro	4	5,19
TOTAL	**77**	**100,00**

Elaboração dos autores

Os objetivos das associações, de acordo com os dirigentes inquiridos, são muito variados, cruzando-se muitas vezes entre si, o que dificulta a sua categorização. Destacam-se os objetivos de tipo assistencialista definidos por 14 associações, que vão desde a procura da proteção e socorro da vida humana e bens, até ao apoio domiciliário, ao apoio à infância, juventude e terceira idade, à assistência médica e medicamentosa, entre outras modalidades. Salientam-se também os objetivos na área da cultura, desporto e recreio, podendo estes surgir de forma separada ou em diversas combinações (Tabela nº 2).

Quanto ao número de associados por entidade, encontram-se situações muito diversas, existindo um intervalo de variação muito amplo: a entidade com menos sócios tem 18 membros e a que tem maior número de associados tem 5541 membros. A maior parte destas organizações (65%) tem, no máximo, 300 associados.

Verifica-se um largo predomínio do número de homens entre os associados destas organizações, pois apenas em seis casos predominam as mulheres. O

Tabela n.º 2. Objetivos das Associações

TIPO DE OBJETIVOS	Nº DE ASSOCIAÇÕES	%
Assistencialistas (ação/solidariedade social)	14	18,18
Culturais (música, teatro...)	9	11,69
Culturais e recreativos	8	10,39
Culturais, recreativos e desportivos	8	10,39
Desportivos (futebol, caça e pesca...)	8	10,39
Culturais e desportivos	7	9,09
Preservação das tradições (danças e cantares, gastronomia...)	6	7,79
Desenvolvimentistas (desenvolvimento local)	5	6,49
Recreativos (ocupação de tempos livres, convívios)	4	5,19
Educativos/formativos	2	2,60
Outros	6	7,79
TOTAL	**77**	**100,00**

Elaboração dos autores

número de associados tem crescido em pouco mais de metade das associações (39 casos, isto é, em 51%) e tem-se mantido em 30% delas (23 casos) nos últimos 10 anos (Tabela nº 3). Esta evolução positiva traduz um certo dinamismo do movimento associativo no concelho.

Tabela n.º 3. Evolução do Número de Associados na Última Década

EVOLUÇÃO	Nº DE ASSOCIAÇÕES	%
Crescido	39	50,65
Diminuído	9	11,69
Mantido	23	29,87
Não respondeu	6	7,79
TOTAL	**77**	**100,00**

Elaboração dos autores

O trabalho voluntário predomina nas associações. Este tipo de recursos humanos existe em quase todas instituições (em 73 dos 77 casos). Porém, há outros tipos de recursos humanos com diferentes vínculos contratuais: contratados a tempo inteiro, a tempo parcial e ocasionais. Este tipo de trabalho remunerado é um indicador de uma certa "profissionalização" das associações. Tendo em

conta os dados obtidos, podemos falar em associações de tipo voluntário, cujos recursos humanos são exclusivamente voluntários (57 associações); semiprofissionais, que têm recursos humanos voluntários e remunerados (16 associações); e profissionais, em que todos os seus recursos humanos são remunerados (4 associações).

A maior parte das associações do concelho têm instalações próprias (44, ou seja 57%) ou emprestadas (23, ou seja 30%). Grande parte dos inquiridos considera que as instalações das entidades que representam são satisfatórias (44, ou seja 57%). Relativamente aos recursos materiais e equipamentos das associações, a situação inverte-se, ou seja, a maior parte dos inquiridos considera-os insuficientes (42 inquiridos, isto é 55%).

Aspetos Sócio-Organizativos

As direções das associações são formadas pelos diferentes tipos de cargos normalmente existentes nestas organizações: presidentes, vice-presidentes, vogais, tesoureiros, entre outros. As idades dos seus membros são muito variadas: no limite inferior temos um membro com 15 anos e no limite superior temos um com 80 anos. Relativamente a esta variável, foram fornecidos dados relativos a 273 indivíduos. Verifica-se uma concentração maior de pessoas com idades até aos 34 anos (101 indivíduos, isto é 37% do total), o que demonstra a existência de uma certa juventude na direção de muitas associações. No entanto, há uma fração significativa de dirigentes com uma idade considerável: 41 têm 60 ou mais anos, o que representa 15% do total. Se a estes se adicionarem os indivíduos com 50 e mais anos, atinge-se uma percentagem de 35%. Estes dados podem ser considerados preocupantes, porque, em contraste com os anteriores, apontam para um certo envelhecimento dos membros constituintes das direções.

A esmagadora maioria dos membros das direções são do sexo masculino. Na verdade, pelos dados obtidos em relação a 302 pessoas, verifica-se que 249 são homens, ou seja, cerca de 83%. Há, portanto, uma fortíssima concentração da liderança e do poder no sexo masculino. Tal facto torna-se ainda mais visível se tivermos em consideração os dois cargos mais elevados da direção: a presidência e a vice-presidência. A presidência é assumida por mulheres em apenas 6 associações (isto é, em 8% do total das associações inquiridas - 77) e a vice-presidência é exercida por mulheres em 11 associações (ou seja, em 14% do total).

Os níveis de instrução dos membros das direções são muito heterogéneos, indo do 1º ciclo do ensino básico até ao grau de doutor. Apesar desta heterogenei-

dade, os níveis de instrução dos membros das direções das associações do concelho de Tondela são baixos, pois a maior parte deles (61%) tem até ao 9º ano de escolaridade, no máximo, e cerca de 23% tem apenas o 1º ciclo do ensino básico.

No geral, os membros das direções participam nas atividades das associações com frequência e, na maior parte dos casos (65%), existe um índice elevado de rotatividade dos membros das direções. Já a participação dos sócios na vida das associações, tendo em conta os dados recolhidos, pode considerar-se fraca (Tabela nº 4). Este é, efetivamente, um problema com que muitas organizações se debatem, o que fez com que o "maior envolvimento dos sócios nas atividades" tenha sido uma das principais necessidades referidas pelos inquiridos.

Tabela n.º 4. Nível de participação dos associados

NÍVEL	Nº DE INQUIRIDOS	%
Muito baixa	11	14,29
Baixa	17	22,08
Razoável	33	42,86
Alta	12	15,58
Muito alta	1	1,30
Não responde	3	3,90
TOTAL	**77**	**100,00**

Elaboração dos autores

A maior parte das associações tem dificuldades financeiras. Os seus orçamentos são, na generalidade dos casos, muito baixos. Em 2006 o orçamento total de 48 associações (62%) não ultrapassou os 7.500 euros. Em apenas 7 casos o orçamento desse ano ultrapassou os 50.000 euros (9%). As principais fontes de financiamento da maior parte das associações são as autarquias locais, com claro destaque para a Câmara Municipal de Tondela. Há, portanto, uma dependência forte do financiamento externo associado a instituições governamentais, com destaque para o poder local.

O trabalho em parceria é uma lacuna no associativismo do concelho, pois em apenas pouco mais de metade das associações (52%) existem parcerias com outras organizações similares para a realização de atividades. Tais parcerias são essencialmente de âmbito local (freguesia e/ou concelho). Apenas 5 associações indicaram ter parcerias distritais, 2 referiram ter parcerias de âmbito nacional e 1 de âmbito internacional. As parcerias desenvolvem-se em várias áreas, com destaque para a cultural, sobretudo nos campos do teatro, folclore e música.

Coro Polifónico da Casa do Povo de Tondela

A frequência com que se efetuam as referidas parcerias é fraca, pois em 17 casos elas são pontuais e em outros 4 são raras. Ou seja, em apenas 17 Associações foi referido que existem parcerias que se desenvolvem de forma regular ou continuada. Este facto, associado ao elevado número de entidades que não têm qualquer tipo de parceria (35 associações), leva-nos a considerar que as associações funcionam isoladamente. As parcerias e o trabalho em rede, fomentando sinergias entre parceiros, são fatores de desenvolvimento mútuo, de aprendizagem coletiva e de um trabalho mais concertado, que beneficia diretamente o movimento associativo e também as populações locais. Estes ganhos não estão a ser realizados pela maior parte das associações do concelho de Tondela, com prejuízo para o movimento associativo e as populações que ele serve.

Atividades e a Importância das Associações

As associações realizam uma diversidade muito apreciável de atividades. Procurando sistematizar os dados fornecidos, foram criadas categorias/tipos de atividades. Assim, pode-se afirmar que as associações, nos últimos três anos, têm desenvolvido, sobretudo atividades culturais, como, por exemplo, teatro, música, folclore, canto (27 casos) e desportivas, como seja futebol, andebol, caça e pesca, entre outras (24 casos). Começam também a ganhar algum destaque as atividades assistencialistas (apoio domiciliário, o socorro a pessoas e bens, etc.), apontadas por 8 associações como as principais atividades desenvolvidas.

A importância das associações foi devidamente justificada em 64 casos. Das diversas razões apresentadas, destacam-se: o relevo conferido os serviços que prestam às populações locais em geral ou a algum grupo populacional em particular, como os jovens ou os idosos (22 inquiridos); serem, muitas vezes, o único ponto de encontro, convívio, união da comunidade e promoção da interação inter-

Associação de Cultura e Recreio Ermidense

geracional existente no respetivo local (17 inquiridos); serem um instrumento de desenvolvimento local e de luta contra a desertificação humana (7 inquiridos); e desempenharem um papel socializador e educativo (5 inquiridos).

Problemas e Necessidades

Como seria de esperar, as associações têm vários tipos de problemas e dificuldades. A sua origem é diversa, mas os principais focos de problemas residem nas seguintes três áreas: financeira (falta/fraco financiamento), identificada como a principal por 27 inquiridos; espaços/ infraestruturas/ instalações, que agregam vários tipos de problemas (necessidade de obras, instalações pequenas, obras por acabar, etc.), referidos como o principal problema por 19 inquiridos; e recursos humanos (que incluí problemas como a falta de técnicos, a dificuldade de renovação dos membros dos órgãos sociais das associações, a falta de tempo dos dirigentes, a falta de pessoal voluntário, entre outros), referida como a principal dificuldade por 16 inquiridos.

Perspetivas de Mudança

As principais mudanças que os representantes das associações gostariam de implementar têm a ver com as atividades das suas organizações, com a sua situação financeira e com o trabalho em parceria: 19 dos inquiridos afirmaram desejar desenvolver novas atividades e 15 desenvolver/expandir as já existentes; 23 inquiridos manifestaram ver alterada a situação financeira das suas associações; e 18 inquiridos fizeram referência à necessidade de se melhorar/aumentar as relações com parceiros externos.

Houve uma desvalorização muito significativa por parte dos inquiridos quanto à necessidade de se introduzirem ações de formação para os diversos tipos de recursos humanos das associações tendo em vista a sua própria transformação/qualificação organizacional. Na verdade, 58 inquiridos (ou seja 75% do total) não referiram qualquer tipo de ação para os líderes, 65 (84%) não o fizeram em relação aos técnicos e 66 (86%) nada apontaram relativamente aos associados. Se, no que se refere aos técnicos, não é de estranhar a ausência de resposta, pois, como vimos, muitas destas associações não dispõe desse tipo de recursos humanos, já o mesmo não se pode dizer em relação aos líderes e aos associados.

Pontos Fortes e Fracos das Associações

O exposto nos pontos anteriores permite a apresentação de um conjunto de pontos fortes e fracos das associações do concelho de Tondela. A tabela nº 5 traduz esse exercício de síntese. Saliente-se que a grande maioria das associações trabalha no meio rural do concelho, em áreas por vezes remotas, com problemas acrescidos de despovoamento, envelhecimento, dispersão e isolamento dos núcleos populacionais.

Tabela n.º 5. Pontes fortes e Fracos das Associações

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
• Movimento associativo com longa história • Associações presentes na grande maioria das freguesias • Objetivos e "públicos-alvo" diversos • Atividades diversificadas e geradoras de coesão social, participação cívica e desenvolvimento local • Forte intervenção nos domínios cultural, desportivo e recreativo • Emergência de novas áreas de ação • Tendência para o crescimento ou manutenção do número de associados • Significativo trabalho voluntário • Razoável rotatividade das lideranças • Participação assídua dos dirigentes • Instalações próprias e satisfatórias na maioria das Associações	• Atomização do tecido associativo • Escassa cooperação e trabalho em parceria • Défice de envolvimento das mulheres • Défice de participação da comunidade • Dificuldade de envolvimento de jovens • Baixo nível de instrução dos dirigentes • Falta de profissionais e de apoio técnico • Défice de formação • Desvalorização do papel da formação • Recursos materiais e equipamentos insuficientes • Falta de meios de transporte • Falta de meios financeiros • Forte dependência de financiamentos externos, principalmente das autarquias • Tendência para estagnação ou diminuição da atividade num número considerável de Associações

Elaboração dos autores

4 ¬ CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE E ESTRATÉGIAS FUTURAS

Uma vez apresentados os resultados do inquérito às associações culturais, recreativas, sociais e desportivas do concelho de Tondela, faz-se de seguida uma síntese dos principais resultados, procurando, sempre que possível, fazer uma comparação com outros contextos, que permita ter uma visão mais integrada e alargada das conclusões do estudo. Por fim, e tendo em conta esses mesmos resultados, são apontadas algumas pistas de ação futura, tendo em vista a qualificação e consolidação do associativismo no território em causa.

Síntese Comparativa

Estudo sobre o sector não lucrativo português, também designado 3º Sector (Franco *et alii*, 2005: 3) assinala que "Portugal tem um sector da sociedade civil que, embora inferior ao de outros países da Europa Ocidental, é substancialmente maior que o dos países da Europa Central e do Leste com quem Portugal partilha uma história recente de controlo autoritário". Dentro deste sector dominam claramente as atividades de serviços, particularmente de natureza social, tendo também razoável expressão as organizações que se dedicam à cultura e lazer, participação cívica de defesa de causas. O citado estudo indica que o sector dos serviços corresponde a 60% da força de trabalho, enquanto a cultura e lazer representa 10% e a participação cívica e defesa de causas apenas 8%.

No concelho de Tondela as organizações deste sector estão bem representadas, sendo as associações culturais, recreativas, sociais e desportivas um conjunto razoavelmente heterogéneo, no que toca à designação, tipologia de atividades realizadas, meios financeiros, recursos humanos e outras condições de funcionamento, entre outras variáveis. A maioria possuí instalações próprias consideradas razoáveis e tem um carácter essencialmente local, ou seja, a sua intervenção realiza-se, em grande parte dos casos, nos lugares onde estão sedeadas e na(s) freguesia(s) da sua área social.

As datas de criação destas organizações indicam a existência de uma tradição de associativismo no concelho, pois uma parte significativa delas foi constituída antes da década de 60 do século XX e algumas anteriormente. No entanto, a maior parte foi criada nas décadas de 80 e 90 do século passado ou já depois do ano 2000. Este fenómeno não é único desta zona do país. Na verdade, um estudo sobre iniciativas de educação/formação de adultos nas associações, a nível nacional, concluiu que a maior parte das organizações que fizeram parte da

amostra foi constituída depois de 1986 (Guimarães, Silva e Sancho, 2000). Outro estudo, igualmente sobre associações com atividades de educação de adultos, incidindo nos cinco distritos da Região Norte (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real), chega a resultados semelhantes, tendo maior parte das associações estudadas iniciado as atividades nos anos 90 do século passado (Loureiro, 2006).

Assim, tudo indica registar-se um aumento do número de associações depois dos anos 80. A este facto não será estranha a Revolução ocorrida a 25 de Abril de 1974, que democratizou o país e libertou a energia associativa dos cidadãos e comunidades, e, também, a entrada de Portugal na União Europeia e os seus dois primeiros Quadros Comunitários de Apoio, implementados desde o início da década de 90, que apresentaram novos desafios à sociedade civil.

Tendo em conta as designações das associações e, essencialmente, os seus objetivos e as suas atividades, pode-se dizer que no concelho predominam associações essencialmente culturais, recreativas e desportivas, algumas das quais combinando dois ou mesmo os três domínios de ação citados. Há ainda que destacar as de tipo essencialmente assistencialista, que intervêm na área social, respondendo, em larga medida, aos problemas e solicitações de jovens e idosos.

Este último tipo de associação corresponde a uma tendência recente no associativismo em geral. Efetivamente, comparando estes dados com estudos mais antigos sobre o associativismo, por exemplo o realizado por Lima e Erasmie (1982) e Lima (1986) sobre as associações do Distrito de Braga, verifica-se que, nos momentos em causa, predominavam as atividades culturais, recreativas e desportivas, não havendo referência a atividades de tipo assistencialista.

Se confrontarmos esses dados com os deste trabalho, que, como vimos, identifica associações assistencialistas, e se tivermos em conta a investigação de Loureiro (2006), na qual se conclui que várias associações mudaram o seu estatuto para Instituições Particulares de Solidariedade Social e que entre as principais atividades desenvolvidas pelo movimento associativo estão as de ação social, e ainda o estudo de Guimarães, Silva e Sancho (2000), que apresenta dados similares, poder-se-á concluir que este tipo de associações começa a ter significado no panorama global do associativismo nacional.

O número de sócios das associações é muito variável, mas a maior delas tem um máximo de 300 associados e, em pouco mais de metade, tem havido uma evolução positiva deste número. Por outro lado, verifica-se que a maior parte dos sócios é do género masculino, estando as mulheres claramente sub-

representadas. Tal é sintomático de uma sociedade, particularmente nas áreas rurais, ainda muito dominada pela presença pública do homem, sendo as mulheres geralmente subestimadas em termos de direitos, oportunidades e reconhecimento social (Ribeiro, 1997).

Existe um predomínio claro do trabalho voluntário nas associações do concelho. A importância do voluntariado nas associações parece ser uma tendência geral no país. Dados publicados pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (Brás, 2001) referem-se de forma específica a este fenómeno no âmbito das associações de desenvolvimento local. Também o estudo de Guimarães, Silva e Sancho (2000) se refere ao trabalho voluntário, mais notório entre os dirigentes das associações. Aliás, o voluntariado está na base da formação das mesmas (Tschorne, Mas e Regojo, 1990).

No entanto, apesar do relevo deste tipo de recurso humano, também há nas associações do concelho trabalho que é remunerado, sob várias formas, o que é um indicador de uma certa "profissionalização" das mesmas. Esta "profissionalização" tem também ocorrido noutras regiões de Portugal, nomeadamente no Norte em geral (Loureiro, 2006), e de forma mais ampla no país (Guimarães, Silva e Sancho, 2000; Brás, 2001), o que poderá ser indicativo de uma tendência geral de transformação do associativismo. Tschorne, Mas e Regojo (1990) afirmavam, há quase 20 anos, referindo-se à realidade espanhola, que a maior parte das associações, para se manterem vivas, teriam de se profissionalizar.

As direções das associações são constituídas, de forma esmagadora, por membros do género masculino. Relativamente às idades, assiste-se a um duplo fenómeno, de sentido contrário: por um lado, na maioria dos casos registam-se idades até aos 34 anos, o que pode ser entendido como um indicador de juventude; por outro lado, há uma proporção quase igual de indivíduos com idades superiores a 50 anos, o que aponta para um certo envelhecimento das direções. Como cômputo geral, verifica-se um certo equilíbrio, que poderá ser precário, atendendo ao envelhecimento das áreas rurais e ao problema identificado de falta de participação dos jovens. A participação dos jovens no associativismo popular é, aliás, um importante desafio dos nossos dias, como destaca Escoval (2022).

Os níveis de instrução dos membros das direções são muito heterogéneos, indo do 1º ciclo do ensino básico até ao grau de doutor. Esta situação foi também encontrada noutras realidades geográficas. Por exemplo, Cristóvão, Miranda e Baptista (2006) referem-no a propósito de um estudo realizado sobre as organizações de desenvolvimento local na zona do "Douro – Duero", que engloba

os municípios portugueses de Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Figueira de Castelo Rodrigo e Mogadouro, e as províncias espanholas de Salamanca e Zamora. Às mesmas conclusões chegou Loureiro (2006), no estudo antes citado sobre o espaço nortenho.

Apesar desta heterogeneidade, os níveis de instrução dos membros das direções das associações do concelho de Tondela são baixos, pois a maior parte deles (61%) tem até ao 9º ano de escolaridade no máximo e cerca de 23% tem apenas o 1º ciclo do ensino básico. No entanto, comparativamente à realidade da população residente do país, de acordo com dados de 2001, provenientes do INE (Mendes, Rego e Caleiro, 2006), a situação dos dirigentes daquelas associações é melhor, pois nessa altura 14.3% da população não tinha nenhum nível de instrução, 35.1% tinha o 1º ciclo do ensino básico e somente 10.8% tinha o ensino superior.

No geral, os membros das direções participam nas atividades das associações com frequência e, na maior parte dos casos, existe um índice elevado de rotatividade dos membros das direções. Este último facto contraria a tendência de outros estudos, que apontam para uma tendência de baixa ou muito baixa alternância no exercício dos cargos dirigentes (Cristóvão, Miranda e Baptista, 2006).

Já a participação dos sócios na vida das associações, tendo em conta os dados recolhidos, pode considerar-se fraca. Este é, efetivamente, um problema com que muitas organizações se debatem, o que fez com que o "maior envolvimento dos sócios nas atividades" tenha sido uma das principais necessidades referidas pelos inquiridos. Este fenómeno não é exclusivo deste contexto, como mostram, por exemplo, Grácio (2000) e Cristóvão, Miranda e Baptista (2006), e as suas origens são múltiplas, podendo destacar-se: a mudança de estilos de vida e de hábitos de convívio coletivo; a falta de identificação dos associados com as políticas e as atividades desenvolvidas; a passividade e falta de espírito cívico dos cidadãos; e a ausência de estratégias e instrumentos adequados de promoção da participação.

A escassez de financiamento é, sem dúvida, um dos grandes problemas vividos pelas associações do concelho. Os seus orçamentos são muito baixos, não tendo ultrapassado, em 2006, na maior parte dos casos, os 7.500 euros. Esta realidade fez com muitos dos inquiridos tivesse referido que a principal mudança que desejariam ver implementada nas suas organizações fosse a alteração da situação financeira. Este é um problema que se faz sentir desde há longa data no associativismo português (Lima e Erasmie 1982) e que se mantém, como referem

diversos estudos (Grácio, 2000; Brás, 2001; Candeias, 2002; Moreno, 2003; Cristóvão, Miranda e Baptista, 2006; Loureiro, 2006).

As principais fontes de financiamento da maior parte das associações são as autarquias locais, com um claro destaque para a Câmara Municipal de Tondela. Há, portanto, uma dependência forte do financiamento externo, que assume maior expressão nas associações cujos orçamentos são mais elevados. Esta realidade, aliás, é comum à quase generalidade das Associações portuguesas, como expresso em vários estudos (Guimarães, Silva e Sancho, 2000; Brás, 2001; Pereiro *et alii*, 2002; Cristóvão, Miranda e Baptista, 2006; Loureiro, 2006).

Esta escassez de recursos financeiros das associações do concelho e consequente dependência de entidades externas, nomeadamente da Câmara Municipal, pode fazer com que, à semelhança do que tem sido concluído para outros casos (Grácio, 2000; Cristóvão, Miranda e Baptista, 2006; Loureiro, 2006), fiquem demasiado vulneráveis a lutas e interesses políticos e limitadas na definição estratégica da sua ação futura, muito em particular no que toca aos seus objetivos e prioridades. Refira-se ainda que a dependência relativamente às autarquias locais é igualmente visível noutro tipo de apoios recebidos pelas associações, com destaque para os transportes e outros recursos materiais.

O trabalho em parceria é uma lacuna no associativismo do concelho, sendo a sua materialização referida por pouco mais de metade das Associações. Por isso, não é de estranhar que uma parte muito significativa dos inquiridos tenha afirmado ser necessário desenvolver parcerias com outras associações e/ou instituições, sendo esta uma das mudanças a introduzir no futuro funcionamento das suas organizações.

O trabalho em parceria parece ser uma dificuldade que ainda afeta a nossa sociedade em geral e, em particular, os movimentos surgidos da sociedade civil, sendo frequente a existência de rivalidades (Pereiro *et alii*, 2002; Cristóvão, Miranda e Baptista, 2006; Loureiro, 2006). Têm sido diversos os autores a chamar a atenção para as vantagens deste tipo de trabalho (Azevedo, 1993; Amaro, 1998; Melo, 2000; Brás, 2001; Cristóvão e Miranda, 2006). Destaca-se o acesso e a partilha de informação, saberes e experiências, a criação de um maior poder reivindicativo, a potenciação da capacidade de iniciativa e resposta a problemas comuns, o desenvolvimento concertado de ações de forma a servir melhor as populações. Enfim, o trabalho em parceria pode facilitar a introdução e o desenvolvimento, no campo associativo, do conceito de comunidades de prática e aprendizagem e de iniciativas correspondentes (Wenger, 2001).

Existem também, em muitas das associações, carências em matéria de espaços/infraestruturas, recursos humanos e equipamentos, partilhadas desde há longa data por muitas outras organizações do país (Lima e Erasmie, 1982; Lima 1986; Cristóvão, Miranda e Baptista, 2006; Loureiro, 2006).

Outro aspeto observado, da maior importância, é a forte desvalorização dos inquiridos quanto ao papel da formação de atores internos (dirigentes, técnicos e associados), como forma de transformação das próprias associações. A formação, porém, é apontada por vários especialistas como um dos instrumentos centrais da qualificação, consolidação, dinamização e sustentabilidade das associações (Tschorne, Mas e Regojo, 1990; Amaro, 1998; Brás, 2001; Cristóvão e Miranda, 2006; Cristóvão, Miranda e Baptista, 2006; Franco, 2018), o que torna os resultados obtidos ainda mais significativos.

Com o perfil e a energia do seu tecido associativo, o concelho de Tondela possui uma estrutura social que podemos considerar empreendedora, na aceção de Flora (1998) antes apresentada. De facto: existe ação coletiva, sendo de destacar a iniciativa e capacidade de liderança e de mobilização da Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT); há um clima de abertura à diferença de perspetivas e um diálogo construtivo entre parceiros, nomeadamente entre a CMT e as associações; existem relações horizontais e de grande proximidade entre associações, assim como entre estas e outras instituições; há um trabalho deliberado, nomeadamente na frente cultural, para fomentar a inclusão de grupos particulares, como os idosos rurais as populações de aldeias mais isoladas; a ação associativa tem contribuído para ligar o concelho, as suas comunidades e associações a outras redes e experiências; vários agentes da comunidade, como autarquia e empresas, têm comprometido os seus recursos em projetos associativos locais, em articulação com recursos exógenos; e têm emergido e funcionado redes abertas, flexíveis, inclusivas, simultaneamente horizontais e verticais, como exemplificado por projetos de animação e desenvolvimento social como a "COMUM – Rede Cultural" e "Uma Ponte entre o Campo e a Cidade" (Cristóvão, 2007; Cristóvão *et alii.*, 2008).

Tondela apresenta uma dinâmica associativa popular potenciadora de uma ação cívica e coletiva integradora da comunidade, como reflexos em diferentes domínios da vida social e na qualidade de vida global dos seus habitantes. Na linha de Putnam e de outros que refletiram sobre capital social, podemos referir que tal dinâmica associativa é criadora de interações e conexões, geradora de confiança, promotora de mais e melhor cidadania e facilitadora de coordenação e

cooperação, sendo um fator de bem-estar e prosperidade para as comunidades e os cidadãos. As transformações que se têm vindo a registar no concelho, nomeadamente as tendências demográficas negativas, o envelhecimento populacional e a diminuição da população jovem, que afetam particularmente as freguesias e lugares rurais e mais isolados, são, contudo, fator de preocupação, pelo enfraquecimento que geram dos laços sociais e da coesão territorial, e pela própria erosão do associativismo popular.

Algumas Linhas de Ação Futura

As organizações de nível local, como as analisadas neste estudo, são elementos importantes do capital social do seu território, pois constituem instrumentos potenciais de (re)distribuição de poder na sociedade, são espaços de formação para uma cidadania mais ativa e sustentáculos da democracia, em particular na sua vertente mais participativa. Como salientam Cristóvão e Miranda (2006: 41), os seus papéis específicos são muitos, nomeadamente: "intermediárias na expressão e partilha de opiniões, necessidades, aspirações e saberes; base para o envolvimento na tomada de decisões; parceiras na construção de programas e projetos; plataforma de pressão e de negociação sobre/com os sistemas, as instituições e as políticas instituídas; veículo para alcançar grupos e territórios pobres ou excluídos; espaços de experimentação e inovação em diversos domínios". Além do mais, tendem a preencher as lacunas de intervenção dos sectores público e privado (Clark, 1995: 59).

A centralidade destas organizações no reforço da democracia e no apoio à dinamização do desenvolvimento local impõe uma reflexão sobre as linhas de ação e as iniciativas a realizar no sentido da sua consolidação e, em muitos casos, reinvenção. É nesse sentido que se sugere a seguinte matriz de intervenções, sublinhando-se, contudo, que a realidade é feita de situações muito diferenciadas, que obrigam a medidas e instrumentos de ação específicos.

Como ponto de partida, refira-se uma vez mais que as associações em causa apresentam um conjunto significativo de pontos fortes, onde sobressaem a sua história e a experiência acumulada, a presença em todo o território concelhio, a diversidade de atividades, um expressivo número de associados, uma razoável participação e a existência, quase generalizada, de instalações próprias. Em termos de contexto, são notórios vários desafios, com destaque para o decréscimo populacional e o envelhecimento, o declínio da economia rural, e a emergência de novas necessidades de apoio social e dinamização cultural.

De uma forma geral, tendo em conta o quadro exposto, considera-se essencial intervir nos seguintes três eixos: (1) qualificação organizacional; (2) formação dos recursos humanos; e (3) reforço do trabalho em parceria.

Qualificação organizacional

O eixo da qualificação organizacional comporta um conjunto amplo de exigências, visando promover a sustentabilidade das associações, assim como uma maior eficácia na sua ação. De forma específica, devem ser considerados os seguintes objetivos: (1) melhorar a gestão dos recursos (humanos, financeiros, outros); (2) promover a autoaprendizagem e a autoavaliação; (3) diversificar atividades/serviços e fontes de financiamento; e (4) promover a capacidade de inovação e de planeamento estratégico e operacional (IEBA, 2006).

As ações a realizar deverão incidir nos seguintes aspetos, entre outros: (1) aperfeiçoamento dos processos internos, nomeadamente das formas de organização e gestão; (2) democratização da vida associativa e promoção da participação dos associados e da comunidade em geral; (4) definição e execução de estratégias de comunicação e marketing que promovam a visibilidade e o reconhecimento do trabalho efetuado; e (4) análise do meio, estabelecimento de planos de ação e de mecanismos avaliação.

Formação de recursos humanos

Este eixo é fortemente tributário do anterior. Na verdade, a capacitação dos recursos humanos poderá contribuir significativamente para sustentabilidade e eficácia das organizações. Neste capítulo, importa: (1) desenvolver as capacidades de liderança; (2) capacitar os colaboradores para as tarefas de organização e gestão; (3) desenvolver competências técnicas nas áreas específicas de intervenção das associações; e (4) educar os cidadãos para a cultura democrática e a iniciativa cívica e política.

Reforço do trabalho em parceria

O tecido associativo concelhio está fortemente atomizado, havendo um elevado número de associações espalhadas por quase todas as freguesias, sendo muito escassa a colaboração ou cooperação entre si, através de redes ou parcerias. Em várias freguesias, 3, 4 ou mais associações competem entre si na oferta de atividades e na captação de associados, colaboradores e participantes. A consolidação deste movimento impõe uma reflexão sobre as condições de vida

ativa de cada associação e a eventual realização de processos de dissolução ou fusão. Em paralelo impõe-se o estabelecimento de redes e parecerias, tendo em vista: (1) a troca de experiências e saberes; (2) a realização conjunta de atividades culturais, desportivas, recreativas e de ação social; (3) a realização conjunta de ações que melhorem o funcionamento interno das associações; (4) a partilha de equipamentos e outros recursos; e (5) a divulgação de projetos e iniciativas.

Um conjunto de possíveis ações pode, progressivamente, facilitar um funcionamento colaborativo, tais como: (1) a criação de uma Base de Dados ou Diretório Associativo, que permita maior conhecimento do movimento associativo concelhio; (2) a elaboração de um "Manual de Interconhecimento e Trabalho Colaborativo"; e (3) a constituição de uma União de Associações do Concelho de Tondela. A realização deste último passo existe um trabalho de médio-longo prazo, bem sedimentado. Uma via intermédia poderá ser a criação de uma Plataforma Associativa mais informal, a partir de um núcleo restrito de associações, que se alargue progressivamente e promova ações em rede, numa lógica de geometria variável, consoante necessidades/problemas emergentes e consonância em torno de projetos.

Sublinhe-se que o trabalho em parceria não se deve reduzir ao espectro associativo, nem ficar limitado ao espaço do concelho de Tondela. Assim, é também importante: (1) desenvolver laços de cooperação com autarquias, outras instituições e empresas; e (2) estabelecer intercâmbios com organizações de concelhos vizinhos, de outras regiões do país e mesmo de outros países, as quais podem facilitar o acesso a outras experiências e saberes e constituir uma alavanca para a criatividade e inovação.

Qualquer estratégia de trabalho futuro tem de ter em conta a forte energia social que o movimento associativo popular de Tondela representa e a necessidade de a potenciar, como fator de participação social e desenvolvimento local. Tal como o 3º Sector em geral em Portugal, as associações deste concelho estão perante sérios desafios, entre os quais destacamos os da visibilidade e reconhecimento junto dos cidadãos, do fortalecimento da cultura de participação ativa e da melhoria das relações com o Estado e os seus vários serviços (Franco *et alii*, 2005).

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Rogério. (1998), "O desenvolvimento local em Portugal –as lições do passado e as exigências do futuro". *A REDE*, Novembro – Edição especial, pp. 60-64.

AVRITZER, Leonardo. (2007), "Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimação da Ação". *Dados*, vol. 50, nº 3, pp.443-464.

AZEVEDO, Rui. (1993), "Três elementos fundamentais do desenvolvimento local: os animadores locais, as redes de cooperação e o partenariado", *in* M. Costa e J. Neves (Coord.), *Autarquias Locais e Desenvolvimento*. Porto, Afrontamento, pp.193-216**.**

BARRETO, António. (2002), *Tempo de Incerteza.* Lisboa, Relógio de Água.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O Poder Simbólico*. Lisboa, DIFEL.

BRÁS, José. (2001), "Novos Objetivos, Métodos e Instrumentos. Um Futuro para as ADLs", *in* AAVV, *(Des) Envolvendo. Reflexões e pistas para o desenvolvimento Local*. Messajena, ESDIME, pp. 65-87.

CANDEIAS, José. (2002), *A Propósito das Associações de Desenvolvimento Local do Alentejo*. Alcáçovas, Associação Terras Dentro.

CASTLE, Emery. (2002), "Social Capital: An Interdisciplinary Concept". *Rural Sociology*, vol. 67, nº 3, pp. 331-349.

CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS DE VISEU (2022). Diagnóstico de Território Mangualde, Nelas e Tondela. Viseu, CRIV.

CLARK, John. (1995), "The State, Popular Participation and the Voluntary Sector". *World Development*, vol. 23, nº 4, pp. 593-601.

CRISTÓVÃO, Artur, LOUREIRO, Armando e CORREIA, Leonida (2008). *Avaliação Sumativa das Ações do Projecto POEFDS "Uma Ponte entre o Campo e a Cidade"*. Vila Real, UTAD-CETRAD.

CRISTÓVÃO, Artur (Coord.). (2007). *Uma Rede para o Futuro? Estudo de Avaliação da COMUM – Rede cultural*. Vila Real, UTAD-CETRAD.

CRISTÓVÃO, Artur e MIRANDA, Raquel. (2006), "Organizações locais e desenvolvimento rural", *in* A. Cristóvão, V. Diéguez e A. Baptista (Coord.), *Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local no Douro-Duero*. Vila Real, UTAD, pp. 29-53.

CRISTÓVÃO, Artur, MIRANDA, Raquel e BAPTISTA, Alberto. (2006), "Dinâmicas organizacionais no Douro-Deuro", *in* A. Cristóvão, V. Diéguez e A. Baptista (Coord.), *Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local no Douro-Duero*. Vila Real, UTAD, pp. 55-89.

ESCOVAL, Joaquim (2022). Juventude Precisa-se nas Associações. *Análise Associativa* 9, pp. 64-67.

EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS. (2007), *Social Capital and Job Creation in Rural Europe*. Luxembourg, Office of Publications of the European Communities.

FIELD, John. (2003). *Social Capital*. London, Routledge.

FINE, Ben. (2007), "They Fuck You Up Those Social Capitalists". *Antipode*, vol. 34, nº 4, pp. 796-799.

FLORA, Jan. (1998), "Social Capital and Communities of Place". *Rural Sociology*, vol. 63, nº 4, pp. 481-506.

FRANCO, Carlos. (2018). O Projeto de Capacitação da CPCCRD. *Análise Associativa* 5, pp. 62-65,

FRANCO, Raquel *et alli.* (2005), *O Sector Não Lucrativo Português numa Perspetiva Comparada*. Porto, Universidade Católica Portuguesa.

FRIEDMANN, John. (1996), *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras, Celta.

GRÁCIO, Joaquim. (2000), Associativismo Cultural e Poder Autárquico na Região do Douro. O Caso do Concelho de Alijó. Tese de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

GUEDES, Fernando (Dir.) (2004). *A Enciclopédia*. Lisboa, Editorial Verbo.

GUIMARÃES, Paula, SILVA, Olívia e SANCHO, Vitória. (2000), "Educação/formação de adultos nas associações: iniciativas popularmente promovidas ou socialmente organizadas?", *in* L. Lima (org.), *Educação de Adultos. Fórum II*. Braga, Universidade do Minho, pp. 169-235.

IEBA. (2006), *Projeto C3 – Modelo de intervenção no 3º sector*. Mortágua, Centro de Iniciativas Empresariais Beira Aguieira.

LIMA, Licínio. (1986), *Projeto – Viana (1983-1988). Um ensaio de investigação participativa*. Braga, UM/UEA.

LIMA, Licínio e ERASMIE, Thord. (1982), *Inquérito ás associações do distrito de Braga*. Braga, UM/UEA.

LOUREIRO, Armando. (2006), O Trabalho, o Conhecimento, os Saberes e as Aprendizagens dos Técnicos de Educação de Adultos numa ONGDL. Contribuições etnográficas para uma renovação da Sociologia da Educação. Tese de Doutoramento. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

MELO, Alberto. (2000), "Políticas e estratégias para o desenvolvimento local", *in* L. Lima (Org.), *Educação de Adultos. Fórum II*. Braga, Universidade do Minho, pp. 17-28.

MENDES, Maria, REGO, Conceição e CALEIRO, António. (2006), *Educação e Fecundidade em Portugal: as diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade?* Évora, Universidade de Évora.

NORRIS, Jesse. (2007), Searching for Synergy: Governance, Welfare, and Law in Two EU Member States. Unpublished PhD Dissertation. UW-Madison, Madison.

OECD. (2006), *The New Rural Paradigm: Policies and Governance.* Paris, OECD.

OFFE, Claus. (1990), *Contradicciones en el Estado del Bienestar***.** Madrid, Alianza Editorial.

PEREIRO, Xerardo *et alii.* (2002), *Relatório de Investigação do Projecto Filandouro no Planalto Mirandês.* Miranda do Douro, UTAD.

PLOEG, Jan Douwe van der *et alii*. (2000), "Rural Development: From Practice and Policies Towards Theory". *Sociologia Ruralis*, vol. 40, nº 4, pp. 391-408.

POLICY RESEARCH INITIATIVE. (2005), *Social Capital as a Public Policy Tool. Project Report.* Toronto, University of Toronto and Government of Canada.

PUTNAM, Robert. (1993), "The Prosperous Community. Social Capital and Public Life". *The American* Prospect, vol. 4, nº 13.

RIBEIRO, Manuela (1997). *Estratégias de Reprodução Socioeconómica das Unidades Familiares Camponesas em Regiões de Montanha*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, Boaventura. (1990*), O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto, Afrontamento.

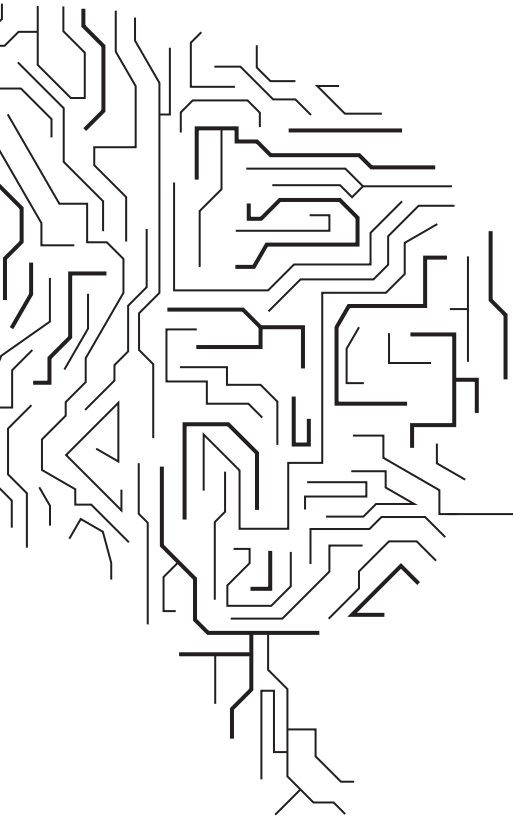
_____ (1993*),* "O Estado, as Relações Salariais e o Bem-Estar Social na Semiperiferia: O Caso Português", *in* B. Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto, Afrontamento, pp. 15-56.

_____ (1994*), Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto, Afrontamento.

TOURAINE, Alain. (1994), *A Crítica da Modernidade*. Lisboa, Instituto Piaget.

TSCHORNE, Patricia, MAS, Carles e REGOJO, Jose. (1990), *Guia para la gestion de asociaciones*. Madrid, Editorial Popular.

WENGER, Etienne. (2001), *Comunidades de Práctica. Aprendizage, Significado e Identidad*. Barcelona, Paidós.



SALETE DOS SANTOS MARTINS PINTO

LICENCIADA EM ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL
PELO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA;
MESTRE EM ESTUDOS DE CULTURA PELA
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR;
TÉCNICA SUPERIOR DO MUNICÍPIO DA GUARDA;
COORDENADORA DO SERVIÇO EDUCATIVO
DO MUSEU DA GUARDA DESDE 2019

ASSOCIATIVISMO LOCAL NO CONCELHO DA GUARDA
POLÍTICAS CULTURAIS DE AÇÃO LOCAL

Sumário:

- RESUMO
- POLÍTICAS CULTURAIS
- O DESENVOLVIMENTO LOCAL
- ASSOCIATIVISMO
- CONTEXTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DA GUARDA: O ASSOCIATIVISMO LOCAL
- IMPACTO DO ASSOCIATIVISMO LOCAL E AS POLÍTICAS CULTURAIS DE AÇÃO LOCAL NO CONCELHO DA GUARDA
- BIBLIOGRAFIA

¬ RESUMO

O Associativismo Local assenta o seu discurso num quadro representativo que se situa numa perspetiva de herança comum, expressões identitárias, práticas sociais, valores e normas partilhadas como suporte de processos de desenvolvimento local. Considerando que as manifestações culturais são veículos que desencadeiam mecanismos de pertença, as associações assumem um papel fundamental no que diz respeito à participação e promoção da cultura. O cruzamento entre cultura, associativismo, políticas culturais, desenvolvimento local e o envolvimento de 11 associações do concelho da Guarda nas políticas culturais contempladas no plano estratégico da política autárquica são o enfoque deste estudo. Partindo de uma perspetiva conceptual, pretende-se observar se, ao longo dos últimos anos, esta interseção tem contribuído para o desenvolvimento de um território despovoado, envelhecido e distante dos grandes centros.

¬ POLÍTICAS CULTURAIS

A política cultural, promotora de intervenções na sociedade, exprime-se através de exposições e/ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas. Apesar da complexidade subjacente às diversas definições do conceito de políticas culturais, inevitavelmente a noção descende de outros dois conceitos: Cultura e Política. A Cultura, entendida, em sentido lato, como processo nunca retilíneo, polarmente estirado entre a uniformidade e a diferenciação, entre o conhecimento e a experimentação, que transforma o ser humano –, e a Política, enquanto ação organizativa, diretiva e administrativa da comunidade ou sociedade, que visa consagrar a coesão do coletivo, o sentido de pertença e uma visão de futuro.

Nesse sentido, Canclini refere que as políticas culturais se resumem a um "conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados" (Canclini, 2001, p. 65) a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social.

Indo ao encontro dessa mesma perspetiva, atente-se no discurso de José Roberto Severino que afirma que as políticas culturais se apresentam como um conjunto diretamente relacionado com a conceção de cultura na sua dimensão restrita, ou seja, na linha de conceção desenvolvida por Bourdieu, onde a cultura é considerada como um campo de relações objetivas de âmbito especializado. Portanto, um campo onde se realizam a criação, a produção, a circulação, consumo e fruição de bens e serviços simbólico-culturais, na expectativa do fortalecimento da cidadania cultural, na efetividade dos direitos culturais e do alcance de uma efetiva democracia cultural que seja capaz de garantir as condições indispensáveis para o acesso a todos os cidadãos, aos meios de produção, distribuição, consumo e fruição da cultura (Severino, 2019).

Do ponto de vista da análise social e cultural, as políticas culturais difundem importantes indícios sobre as condições sociais, históricas, económicas e ideológicas em que são produzidas e facultam informações referentes aos aspetos que, em cada momento, são mais valorizados pelos distintos grupos sociais. Deveriam tratar dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação, porém, têm vindo a ser politizadas (ou instrumentalizadas) ao longo dos anos. Ainda assim, visivelmente as políticas culturais têm vindo a tornar-se uma componente cada vez mais significativa no âmbito de estratégias de regeneração física e económica em muitos territórios. Obviamente, com as devidas salvaguardas à diversidade das realidades locais nas diferentes interpretações do conceito de cultura, diferentes recursos financeiros, diferentes níveis de descentralização governativa e na atitude sobre a cultura.

Sendo Portugal um Estado-Membro da Comunidade Europeia, em território nacional a formação de políticas culturais é influenciada pelas diretrizes da União Europeia e pelos programas criados para estimular a atividade cultural, como nos refere Silva: "em Portugal o debate político sobre políticas culturais e o processo de formação de tais políticas têm tido por referência fundamental o modelo europeu-continental e, mais precisamente, a experiência francesa" (Silva, 2003, p. 12).

É ao definir diretrizes no sentido de dinamizar os espaços públicos e envolver as pessoas, que "a política cultural desempenha um papel decisivo na

legibilidade" (Lopes, 2003, p. 18). Sob o mesmo ponto de vista de Lopes reforça-se que as políticas culturais contribuem para a construção e afirmação da identidade cultural local, pois podem fazer com que um concelho se diferencie e consequentemente atraia mais desenvolvimento. A cultura tem-se distinguido, indiscutivelmente, como um fator de atratividade e isso remete para o benefício económico das externalidades positivas [1], gerado pelo valor simbólico dos bens culturais.

O diálogo intercultural é, atualmente, um primado sustentado pela EU que se baseia nas seguintes especificidades:

— "A sustentabilidade no domínio do património cultural";
— "A coesão e o bem-estar";
— "Um ecossistema que apoie os artistas, os profissionais da cultura e da criação e conteúdos europeus";
— "A igualdade de género";
— "As relações culturais internacionais" [2].

A ideia de cultura deve ser percecionada como um direito fundamental que deve ser garantido pelo serviço público, como já referido ao longo deste texto. Nesse sentido, as autarquias têm tido um papel indiscutível nas políticas culturais. Com a Constituição da República de 1976 legitimou-se o poder da Administração Local, conferindo assim autonomia às autarquias. Augusto Santos Silva (2007) menciona que "os 308 municípios existentes têm geralmente a função não de produtores de políticas culturais, mas sim de recetores, tanto das políticas nacionais como europeias" (Silva, 2007, p. 25). O facto de as autarquias serem mais recetoras de políticas está previsto pela lei, pois é responsabilidade do Estado, em colaboração com os agentes culturais, "promover a salvaguarda e a valorização do património cultural tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum" (art.º 78 da Constituição da República Portuguesa). Nessa acepção, uma lei mais recente referente às competências da administração local, entre outros propósitos, "estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais" (Lei nº

---

[1] Externalidade positiva refere-se aos efeitos positivos que a produção de um bem ou execução de um produto causa a terceiros, indivíduos que em nada estão envolvidos com a cadeia produtiva, da fabricação ao consumo.

[2] Jornal Oficial da União europeia, 21-12.2018. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018XG1221(01)&from=ES [consultada a 10 de fevereiro de 2020].

75/2013 de 12 de setembro). Também de acordo com a mesma lei, está definido que são "atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias". "De entre as várias atribuições dos municípios, encontra-se o domínio do património, da cultura e da ciência" (Artigo 23º da Lei n.º 75/3013, de 12 de setembro).

Mais uma vez se percebe que a cultura tem sido um fator importante para a imagem interna e externa de Portugal, sobretudo para o desenvolvimento local. Nesse sentido, nas políticas culturais autárquicas há duas características que se destacam. A primeira é o protagonismo da Câmara Municipal na concretização das mesmas, face às freguesias (nível inframunicipal) e as associações de municípios (nível supramunicipal), as quais excecionalmente têm iniciativa própria no campo cultural, devendo-se o facto às suas limitações ao nível das atribuições e competências de cariz político "relativas a uma certa tendência neocentralista de nível municipal face às freguesias [...], mas também por razões administrativas, inerentes à insuficiência dos meios humanos e financeiros das freguesias" (Montalvo, 2003, p. 259).

A segunda característica é apresentada por Augusto Santos Silva como sendo "a indiferenciação ideológica, que significa que a atuação cultural é independente da cor partidária no poder (Silva, 2007, p. 13). Santos Silva assegura que existem três características do poder local, também mencionadas por diversos autores, que sublinham a referenciada indiferenciação: a consensualidade (as ações são tidas como evidentemente necessárias), o presidencialismo (o Presidente da Autarquia desempenha um papel central na autarquia) e a formulação de prioridades em patamares (em que a cultura é a última) (Silva, 2007, p. 13); pode efetivamente haver unanimidade em certas questões, verificando-se que o presidencialismo é habitualmente notável. Por outro lado, as determinações autárquicas são também influenciadas pelo tempo, pela evolução natural, pela mudança de modelo, seja a nível ideológico, ou a nível técnico. De acordo com o referido, a política nacional é uma das maiores referências na ação cultural das autarquias. Exemplo do exposto são as parcerias que têm sido estabelecidas pelo Estado com as autarquias locais, na implementação de redes culturais. Com uma cobertura nacional, vários programas de redes de dinamização cultural, em diversos domínios, foram criados, desde 1987, com resultados satisfatórios. "A maior parte das autarquias, vendo as vantagens dos programas, aderiram, aceitando partilhar custos ou gerir equipamentos culturais (Silva, 2007, p. 14).

Em vista disso, a participação dos municípios nestes programas de redes

gerou uma oportunidade para as Câmaras Municipais puderem partilhar custos de investimento de capital, contribuindo ainda para o crescimento e importância da cultura nas autarquias. O ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros considera que "existem fatores de variação das políticas culturais locais", um dos quais "é a política nacional [...] pelo facto de ser o Poder Central" que as elabora, numa primeira fase, sendo a administração local que, posteriormente, as adapta de acordo com os objetivos e meios disponíveis. Quanto ao outro fator de variação que o autor aponta, diz respeito "às qualificações dos responsáveis municipais pelo setor cultural". O último fator referido que o autor entende ser importante ter em conta "é o plano discursivo, no qual a cultura, enquanto expressão da identidade local, pode assumir uma centralidade multidimensional, no intuito de desenvolvimento da comunidade e de afirmação no contexto global contemporâneo (Silva, 2007, p. 17).

Comprovadamente a cultura tem vindo a ter cada vez mais visibilidade nos municípios e a ocupar um espaço privilegiado em diversas iniciativas e projetos. Uma das variáveis de análise das políticas culturais é a despesa com o setor cultural, como indica Neves "a análise da despesa pública municipal com o setor da cultura, desde que há dados detalhados (1986, ano da adesão de Portugal à Comunidade Europeia (CE)), mostra que se registou um aumento exponencial" (Neves, 2010, p. 125).

Convém reforçar, em consonância com Rui Matoso (2013)[3], que uma das ambiguidades intrínsecas à denominação "política cultural" é poder pensar-se que equivale a uma administração das atividades culturais, no sentido em que se produz e programa a ação cultural. Por isso, há que frisar que a administração pública, o Estado, ou qualquer forma de governação política local ou regional não concebe, nem programa cultura. Pode e deve apenas produzir estrategicamente em outros domínios que não as da produção (criação): distribuição, acesso, democratização, regulamentação, salvaguarda, desenvolvimento, sustentabilidade, etc. Portanto, as autarquias não podem ambicionar delimitar, dirigir, controlar ou tutelar a cultura, mas antes estimular uma efetiva participação e autonomia da multiplicidade dos agentes.

---

[3] Políticas Culturais e Democracias Locais: Desafios para as próximas eleições autárquicas (III) www.esquerda.net › opiniao › políticas-culturais-e-democracias-locais...[Consultado a 26 de fevereiro de 2020]

Banda Filarmónica de Famalicão da Serra

Percebe-se que um dos objetivos fundamentais das políticas públicas de cultura é o de desenvolver o protagonismo cultural da sociedade civil, das populações, dos artistas e criadores, dos grupos amadores, das associações, das indústrias culturais e criativas, na sua potencial multiplicidade e riqueza de conteúdos. Este entendimento tem como pressuposto o dever de dar autonomia de forma evidente às instituições e aos equipamentos culturais públicos, salas de espetáculo, museus, galerias, etc., garantindo as condições de trabalho e a independência aos seus responsáveis. Paralelamente, devem exigir-se formas de gestão e avaliação intrínsecas a um serviço público de qualidade e dinamizador de práticas democráticas frequentes.

¬ O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Enquanto estádio avançado, o desenvolvimento é, sem dúvida, o suporte de qualquer sociedade contemporânea, visto estar associado a outras conceções como o bem-estar, o progresso e a realização. Historicamente, a noção de desenvolvimento enquanto conceito versado pela ciência é relativamente recente, tendo surgido após a 2ª Guerra Mundial. No entanto, as primeiras alusões ao desenvolvimento/progresso aconteceram no século XVIII relacionadas com a conjuntura da Revolução Industrial e os axiomas da Revolução Francesa.

Nesta linha, Amaro (2004) considera que foram múltiplos os fatores que ajudaram ao surgimento do conceito de desenvolvimento no pós-guerra, aparecendo como principal fator o processo de independência das colónias europeias que na sua nova condição ambicionavam alcançar os modelos de vida dos ex-colonizadores. No entanto, as políticas de desenvolvimento baseadas no crescimento económico levaram ao aparecimento de grandes assimetrias, não só entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas mesmo dentro dos próprios países desenvolvidos, verificando-se que regiões cuja parca atratividade não captou investimentos, os territórios tornaram-se deprimidos e economicamente dependentes.

Apesar das assimetrias verificadas e aqui referidas, um novo paradigma tem surgido nas últimas décadas associado um pouco ao receio do desaparecimento de alguns aspetos económico e cultural que caracterizavam territórios outrora repletos de vida, e que, correm o risco de perder a sua identidade. Assim, um paradigma com base nos territórios e nos agentes locais procura soluções partilhadas num modelo de baixo para cima e aposta num modelo de desenvolvimento, que aproveita os recursos e as capacidades que o meio local lhe proporciona no sentido de responder às necessidades primárias dos indivíduos (Rita e Mergulhão, cit. in em Lemos, 2013, p. 34).

Como se depreende do exposto, o desenvolvimento local pode entender-se como uma forma de recuperação do potencial endógeno (apoiado pela inovação), no contacto entre os vários agentes de decisão (não deixando de respeitar o meio envolvente) e de modo, que se satisfaçam as necessidades básicas de todos (centrado nas pessoas), numa perspetiva sustentável.

¬ ASSOCIATIVISMO

Depois do exposto nos pontos anteriores no que à noção de cultura, política cultural e desenvolvimento local diz respeito, a questão central, o associativismo, que segundo Viegas (2004) "existe um largo consenso sobre a importância das associações na vida democrática das sociedades desenvolvidas" (Viegas, 2004, p. 34), contribui de forma positiva para o desenvolvimento local. A diversidade de entendimentos num mundo cada vez mais global, em que cada lugar, cada comunidade, não pode projetar-se de outro modo que não seja o da expressão da sua cultura, da sua identidade, das suas tradições e da sua inteligência criativa, pelo

seu papel de promoção, divulgação e preservação da cultura, o associativismo tem estado na linha da frente da política cultural. O associativismo implica, por inerência, a agregação de pessoas, individuais ou coletivas, em prol de interesses comuns, sem qualquer interesse corporativo, mas antes e tão-somente interesses sociais.

Consequentemente à nota apresentada, é importante fazer uma leitura sobre o associativismo como hoje o conhecemos em Portugal. Correia (2009, p. 19) apresenta o associativismo como "Uma das mais belas e perfeitas expressões da vida social" e alude que a primeira coletividade terá sido fundada em 1722, evoluindo nas suas formas de organização, funcionamento e resposta às necessidades das populações, construindo soluções para os problemas que, cada um por si, não conseguia resolver e substituindo muitas das funções sociais do Estado, que em cada caso concreto não quiseram, não puderam ou não souberam resolver.

Monteiro (2013) refere que o associativismo teve a sua origem nos inícios do século XIX, sob uma forte influência de dois momentos de extrema importância para o mundo ocidental: a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra, ainda durante o século XVIII e a Revolução Francesa (1789-1799), sob o lema: liberdade, igualdade e fraternidade. Foi nesse período que o movimento associativo teve o seu primeiro momento de implantação e expansão. A difusão destes ideais conduziu Portugal à Revolução Liberal de 1820. O autor refere que terá sido na década de 30 do século XIX, mais concretamente em 1834 que, com o início da expansão industrial, começaram a surgir as associações populares como forma de responder às dificuldades diárias dos operários e como forma de estabelecer alguma diferenciação social própria deste desenvolvimento. Surgiram então as primeiras associações de socorros mútuos, que procuravam garantir alguns cuidados ao operário que ia deduzindo uma parcela do seu salário semanal para garantir em caso de necessidade alguns cuidados, assim como uma pensão de velhice.

Terá sido no seguimento destas incorporações que Costa Goodolphim regista, em 1876, a existência destas associações de socorros mútuos, referindo que seriam transversais a toda a sociedade, atravessando todas as classes. Como consequência, as populações organizam-se em grupos assentes na comunidade e partilha entre os membros, criando associações como forma de conseguirem encontrar, de forma solidária, soluções para as suas necessidades, mesmo que ainda não tivessem as componentes associativistas que, mais tarde, no século XX, iriam assumir. Em 1910, com a divulgação dos ideais republicanos e com a instau-

ração da República, o associativismo ganha um novo impulso, particularmente no apoio aos sindicatos agrícolas, enquanto entidades de crédito agrícola. Foram criados os Grémios da Lavoura, as Casas do Povo e as Casas de Pescadores.

Apesar da designação de novos valores culturais e sociais, foi somente a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974 que se abriram novos horizontes ao associativismo. As associações passaram a ser reconhecidas pelo Estado como instituições cívicas e de cariz democrático. Passou, então, a existir uma incitação a uma maior participação popular e um reconhecimento real de liberdades e direitos de cidadania, como por exemplo, na eliminação da ligação obrigatória a determinadas organizações, o que origina, durante esse período, o aumento do número de associações e de movimentos com carácter político verificando-se no seu âmbito a diversidade, como resultado do direito à liberdade de expressão. Por conseguinte, no início dos anos oitenta do século XX, surgem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). No final da década, instituem-se as primeiras organizações focalizadas nas preocupações de desenvolvimento integrado, rural, local, comunitário, social, etc., verificando-se com a integração em 1986 de Portugal na CEE, as oportunidades de participação da sociedade civil multiplicadas, através das suas organizações, em projetos e ações que foram sendo apresentados, sucessivamente, nos regulamentos dos quadros comunitários de apoio ao desenvolvimento do país (1989-2006). Por conta desses quadros comunitários divulgados com o objetivo de dar uma maior coesão económica e social, através da redução das disparidades existentes entre os membros da CEE e mais tarde, da UE, impulsionou o aparecimento de diversas associações, nomeadamente, as de carácter de desenvolvimento local, com o intuito de promover a educação, a arte e a cultura na cidade e na região (Monteiro, 2013, p. 23). Tais associações de desenvolvimento local tinham, e têm, como objetivo principal o acolhimento dos programas locais de desenvolvimento emanados do seio das instituições europeias.

Nesse sentido, podemos inferir que o associativismo se assume como uma das formas de expressão organizada da associação civil no âmbito da ação coletiva, como claramente procura definir Leonell (2010, p. 17) que afirma que o mesmo se tem "constituído em exigência histórica com o objetivo de melhorar a qualidade da existência humana", ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, promovendo através da troca de experiências e da convivência entre as pessoas oportunidade de crescimento e desenvolvimento. A vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas,

Grupo Cultural e Recreativo de Cinza

sobretudo traduzida em condições que têm por objetivo contribuir para o equilíbrio e estabilidade social.

No entanto, e apesar de o associativismo se assumir como uma das formas de expressão organizada da associação civil no âmbito da ação coletiva, como mencionado, também são identificados alguns aspetos que dificultam o mesmo. Soufen (2008) apresenta 11 fatores como aspetos negativos na prática do associativismo:

Individualismo: Existência de indivíduos que trabalham em proveito do seu próprio benefício ou de desígnios contraditórios. A consciencialização aumenta à medida que o grupo vai crescendo melhorando o relacionamento e o grau de confiança, diminuindo a importância de indivíduos individualistas, dando o individualismo lugar à cooperação.

Falta de Metas e Objetivos: para a existência de um grupo, há que ter necessariamente um objetivo definido. Um grupo sem metas e objetivos perde facilmente a motivação.

Falta de Conhecimento das Funções: grande parte dos membros da direção e dos associados desconhecem os seus direitos, deveres e as normas estabelecidas no Estatuto Social e Regulamento Interno.

Conflitos: De entre os fatores que auxiliam a redução dos conflitos estão: uma boa comunicação, transparência, quebra de individualismo, sentimento de empatia, diálogo, confiança, normas estatutárias estabelecidas e conhecidas, reajustando-as e, quando necessário, uma visão empreendedora.

Falta de Liderança: para que o grupo possa crescer e atingir os seus objetivos é necessária uma boa liderança. A liderança deve ser exercida por todos de forma natural. Os cargos devem ser ocupados e as diversas funções assumidas para que a entidade exista.

Falta de Vontade de Mudar: no associativismo a mudança deve ser constante. É saber aceitar as diferenças, saber ouvir, aprender com os outros e com o que a entidade proporciona. Todo o que se posiciona como "dono da razão" complica, decididamente, o processo associativo.

Participação: a legislação considera que todos devem participar, sabendo o que está a acontecer, conhecendo as normas estabelecidas. No trabalho em grupo a responsabilidade é sempre coletiva. A entidade deve estimular a participação, podendo inclusive penalizar a falta dela, através de normas regulamentares.

Competição: ao estar inserido num grupo faz com que as pessoas se tornem mais competitivas no mercado, o que não significa competir com os parceiros. Se existir competição entre os elementos, será prejudicial ao desempenho e harmonia do grupo.

Falta de Visão Empresarial e de Foco no Resultado: ao faltar a visão empresarial, os problemas existentes passam a prevalecer quando o foco deixa de ser o resultado. A entidade associativa é uma extensão da empresa e mantê-la coesa é importante para o resultado competitivo da empresa. A participação nas ações do grupo não deve ser considerada como ato de generosidade, nem tão pouco se deve condicionar a participação à disponibilidade de tempo: participar somente nos momentos livres.

Falta de Troca de Experiências: no contributo do crescimento pessoal e do desenvolvimento local a união e a troca de experiências são essenciais. Não é exequível a sua mensuração, mas será o maior benefício que cada participante irá conquistar.

Falta de Ações e Normas Regulamentarias: as ações desenvolvidas sem o estabelecimento de normas regulamentares promovem os conflitos e comprometem o ambiente de grupo. Para cada nova ação deverão ser definidas normas, reajustando-as sempre que necessário.

A relevância dos fatores apontados é referente às dificuldades que as organizações sentem frequentemente, além das adversidades que se constituem na maioria das vezes na falta de colaboração de todos os membros, no incumprimento dos seus deveres enquanto associados, conduzem à fragmentação das associações.

¬ CONTEXTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DA GUARDA: O ASSOCIATIVISMO LOCAL

A cidade da Guarda caracteriza-se sobretudo pelas suas gentes que ao longo dos séculos foram povoando e construindo as memórias de um território urbano/rural muito ligado às atividades rurais. No entanto, essa forma de vida tem vindo a sofrer profundas alterações, as quais marcaram a paisagem urbana da cidade e que estarão relacionadas à própria evolução económica e utilitária da cidade. O crescimento urbanístico ocorrido nos últimos anos aproximou várias aldeias que outrora seriam áreas rurais e que neste momento se incorporaram na malha urbana, que de certa forma mantêm hábitos e tradições culturais, mas também se adaptaram aos comportamentos citadinos. Se por um lado a cidade da Guarda registou um crescimento demográfico com a integração das aldeias mais próximas da área urbana, por outro lado verificou-se um êxodo rural das freguesias rurais mais distantes da cidade[4], o que provocou um desequilíbrio na distribuição da população e consequentemente nas atividades económicas. Observa-se ainda que a interioridade geográfica[5], a baixa taxa de natalidade e a constante emigração desde os anos 50, 60 e 70 do século passado, são fatores que têm contribuído para que o número de habitantes do concelho tenha diminuído drasticamente desde o século passado. Segundo os Censos de 2011, à época registavam-se um total de 42 541 residentes[6]. Segundo a Carta Educativa do Município da Guarda, a "localização geográfica e as características associadas ao quadro natural marcam decisivamente o Município da Guarda, uma vez que a Serra da Estrela é o elemento geográfico que desde sempre tem condicionado a evolução da população e da economia deste território" (2018, p. 32).

Assim, e com base na Carta Educativa, as referidas alterações demográficas e económicas têm vindo a ser mitigadas através de políticas públicas que

---

4 Centro de Estudos Ibéricos. Qualidade de Vida na cidade da Guarda. Em www.cei.pt › pdfdocs [consultado em março de 2020].

5 Tais problemas estão habitualmente associados a condicionalismos vários, designadamente dificuldades geográficas como a sua condição de periferia e a própria topografia, conservadorismo moral, imobilidade social e inércia cultural, baixa densidade populacional, reduzido o leque de serviços, envelhecimento da população, infraestruturas subaproveitadas, falta de massa crítica, baixa apetência cultural por parte de um número considerável de habitantes da cidade em causa.

6 Dados recolhidos na Carta Educativa revista em julho de 2018.

assentam na qualificação dos espaços, na criação de infraestruturas e equipamentos diversos. Também as características e o espírito empreendedor da população, o património-cultural rico e variado, são apontados como alguns dos sustentáculos na definição de estratégias de desenvolvimento, que, de forma integrada, vão permitindo tirar partido desse capital territorial de recursos e ativos específicos com o objetivo de os revalorizar de forma a não só fixar população e investimento através do apoio à criação de emprego, mas também atrair potenciais visitantes que procuram novas práticas associadas ao turismo de montanha, à calma e ao sossego no contexto de um território de tradições culturais potenciadoras de desenvolvimento, em que o futuro pode ser alavancado pelo passado como matriz pujante das indústrias criativas.

¬ IMPACTO DO ASSOCIATIVISMO LOCAL E AS POLÍTICAS CULTURAIS DE AÇÃO LOCAL NO CONCELHO DA GUARDA

O concelho da Guarda é geograficamente um município vasto e com um elevado número de freguesias, o que configura um desequilíbrio demográfico, social e económico, em que o problema da baixa densidade populacional implica a introdução de medidas estruturais, capazes de contrariar os efeitos que decorrem do envelhecimento, do despovoamento e do isolamento.

A questão das ações culturais na dinâmica associativa local do concelho da Guarda tem-se construído na base de um processo de ampliação da municipalização das políticas culturais a todas as coletividades do concelho, tornando-as mais participativas na dinâmica cultural do concelho, mas também as submete a um sistema viciante e dependente. Segundo Santos (1998) e Neves (2005) desde os anos 90 do século passado, a despesa realizada pelo conjunto dos municípios passou a ser a principal fonte de financiamento público das atividades e serviços culturais. A participação das coletividades é um fator de enorme importância, sendo consideradas os atores efetivos de progresso e dinamização social, cultural, desportiva, patrimonial e comunitária. Os agentes locais (agentes culturais, associações, Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal da Guarda), com o intuito de estabelecer uma melhor cooperação entre organismos, têm vindo a assinar Protocolos de Cooperação que determinam estratégias de desenvolvimento e que otimizam o potencial da região na promoção cultural.

Associação Cultural e Recreativa de Fernão Joanes

É de facto um grande desafio para todos os agentes locais contribuírem para o reforço da identidade territorial quando o interior do país regista uma significativa perda de população e a extinção de postos de trabalho na zona centro ascende a 128,7 mil entre 2009 e 2019[7], contribuindo para uma visibilidade negativa desses territórios. Nesse sentido, iniciativas de salvaguarda, valorização do património material e imaterial têm sido uma das principais preocupações das associações culturais, grupos de teatro, e sociedades recreativas musicais que foram surgindo um pouco por todo o território, com o objetivo de ajudar a preservar e divulgar a cultura popular e, principalmente, fixar a população junto das comunidades envelhecidas e em constante declínio.

A participação contribui para uma nova dinâmica política nas coletividades locais e mantem a chama da identidade acesa, a cultura enquanto veículo de desenvolvimento do potencial humano deve contribuir, decisivamente, para a qualificação, numa perspetiva de valorização da pessoa humana em toda a sua plenitude, uma das funções das associações é a coesão social e dessa forma menorizar a eventualidade de exclusão social, visto estas possibilitarem a criação de laços, a integração e interação de pessoas oriundas de várias geografias locais e nível cultural diversificado.

As coletividades culturais do concelho da Guarda contribuem para a construção e afirmação da identidade cultural local, pois podem fazer com que um concelho se diferencie e, consequentemente, atraia mais desenvolvimento. Porém, os cidadãos têm cada vez menos tempo, menos vontade e possibilidade de se

---

[7] Segundo dados recolhidos no site www.dinheirovivo.pt⩽ economia⩽ ainda-ha-regioes-que-nao-recuper. [Consultado a 16 de março de 2020].

envolverem na vida pública, tornando-se cada vez mais importante desenvolver novas práticas e costumes que envolvam a população para que a mesma possa sentir, novamente, que o território lhe pertence. Dessa forma, poderão perceber que são novamente incluídos, sendo impelidos a ter uma vida social e cultural ativa, colaborar na construção dos locais onde habitam e fortalecer a própria identidade.

Todavia, observa-se uma certa dependência das associações que deveriam ter um papel dinamizador e empreendedor e, é neste ponto, que as mesmas se deveriam tornar agentes de mudança e de desenvolvimento e não depender exclusivamente do poder local. Por outro lado, os interesses são aqui mutuamente verificados, o que de certa forma, configura melhorias significativas na relação estabelecida entre ambas as partes. Nessa interface de poder local e associações, aparentemente, tem-se criado um desenvolvimento integrado, em que as associações têm procurado ter a preocupação de ajudar a desenvolver a cidade, ainda que, com preocupações mais específicas, ajudando ao desenvolvimento cada um à sua maneira de acordo com o seu campo de ação. As associações da área rural sentem mais dificuldades em manter o dinamismo e os presidentes encontram-se frequentemente nessa batalha sozinhos, não reconhecendo nos associados disponibilidade para fazer algo pela associação. Alcides Monteiro esclarece que "a ação coletiva [se] explica [...] pela utilidade que daí decorre para os seus membros" e também de acordo como se organiza "em torno da utilidade que revela para os seus membros" (Monteiro, 2004, p. 119). Ou seja, essas relações que se uniram por uma causa ou um objetivo comum vão se afastando após o cumprimento ou incumprimento desses objetivos. Como já ficou atrás referido, existe um grande esforço e preocupação não só das associações, mas também por parte do poder local, para que o desenvolvimento local seja efetivo e crescente. O trabalho que tem vindo a ser a realizado ao longo dos últimos anos, contribuiu para o orgulho coletivo de todo o concelho e, consequentemente, para o desenvolvimento cultural. Efetivamente, as associações têm uma palavra a dizer no que se refere ao desenvolvimento cultural, mas ainda em campos e conteúdos muito restritos.

A cultura tem um papel muito importante na formação cívica e o associativismo, pensado na ótica da cultura, induz mais facilmente a ideias inovadoras e, consequentemente, a um melhor aproveitamento das relações com o poder local e dos recursos disponíveis.

Tal como referido, as formas culturais particulares são uma ilustração das possibilidades da capacidade humana para a cultura e, nesse sentido, essas formas culturais salientam a especificidade de cada cultura. A democratização da cultura

como desígnio das políticas culturais, compreendida de forma dinâmica e aberta, desencadeia um processo de valorização e de estímulo da multiplicidade cultural. Neste campo de influências, residem áreas consensuais de entre elas: melhoria do acesso à informação, educação pela cultura e fruição cultural.

O associativismo adquiriu o seu auge no pós-25 de abril de 1974, com a democratização cultural. Tornou-se evidente o aumento e formação de públicos, bem como a participação ativa nos destinos cívicos e culturais das comunidades, numa igualdade natural envolvida na construção voluntária de suportes como a liberdade e igualdade. Observou-se, conjuntamente, o pluralismo de manifestações intelectuais, artísticas e a abertura de espaços de convívio direcionados à atividade das coletividades, sob a forma de apoio.

Atualmente, esse fulgor verificado no período após a revolução dos cravos, acusa um declínio. As associações culturais hoje buscam soluções para debilidades que lhes são próximas, adequando os objetivos à satisfação das necessidades dos sócios, ou dos interesses do poder local sem, contudo, deixar de contribuir para o desenvolvimento do território onde se inserem.

O estudo realizado revela que o surgimento das associações culturais do concelho da Guarda se deveu à existência de uma vontade comum de investir na preservação dos usos e costumes, na promoção das tradições, na valorização do património, no combate à solidão e despovoamento dos lugares e como forma de dar expressão aos indivíduos enquanto atores no seu território. A conjugação de todos estes fatores apoia-se num modelo de desenvolvimento local integrado, na participação de agentes de diferentes naturezas, que contribuem para a revitalização da cultura local. Tendo em conta que a participação depende, em parte, do sentimento de pertença e identidade, em que, as associações podem ter um papel importante no desenvolvimento cultural local, mas para que isso se torne uma realidade efetiva, há que continuar a inovar e desenvolver projetos criativos que envolvam os cidadãos, a comunidade e que promovam a união.

Esse modelo de estratégia encontra-se presente nas políticas culturais do Município da Guarda. A preservação e valorização do património material e imaterial é refletida enquanto promoção do território, garante das atividades turísticas e económicas e da promoção dos recursos endógenos. A realização de parcerias, o apoio às associações culturais e a promoção do concelho apresentam-se como importantes fatores para atrair pessoas e investimento num território carente de juventude. A aposta em eventos culturais para dinamização do espaço público contribui para a visibilidade do concelho.

BIBLIOGRAFIA

Amaro, Rogério Roque (2004), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*. Caderno de Estudos Africanos. 4, pp. 35-70.

Canclini, Nestor García. (2001), *Definiciones en entransición*. Buenos Aires. Clacso. Editorial/Editor, Consejo Lationamericano de Ciencias Sociales. Colección politicas culturales; Cultura, consultado a 20/12/2019, em biblioteca.clacso.edu.ar › clacso › 5canclini.

Lemos, Anabela da Cruz Júlio (2013), *Cultura e Desenvolvimento Local: Estudo de Caso da d`Orfeu –* Associação Cultural. Departamento de Educação. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Coimbra, tese de mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local.

Correia, António Tomás (2009), *Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal. Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto*. Edição Cofederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. Depósito Legal: 294721/09. ISBN: 978-989-20-1604-7. Lisboa, pp. 18-19.

Leonello, João Carlos (2010), *O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento na Dinâmica da Economia Solidária*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade, consultado a 27/03/2019, em .

Lopes, João Teixeira (2003), *Escola, Território e Políticas Culturais, Porto, Campo das Letras*. M. S. Lopes, & M. A. Maltez (coords.) Animação Sociocultural: Turismo, Património, Cultura e Desenvolvimento Local, pp. 157-168. Chaves: Intervenção, Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Matoso, Rui (2013), *Políticas Culturais Democracias Locais: desafios para as próximas eleições autárquicas (III),* em Artigo de Opinião. Esquerda, consultado a 26/02/2020, em www.esquerda.net⩽opiniao⩾ políticas-culturais-e-democracias-locais.

Monteiro, Alcides Almeida (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*. 2ª edição, setembro de 2004. Coleção Labirintos/Observatório dos Poderes Locais. ISBN 989-558-023-1.

Monteiro, Alcides Almeida (2004), *Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL`s) em Portugal*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 69, outubro 2004: 139-157.

Monteiro, Ricardo Nuno Lopes Martins Garcia (2013). *O associativismo como veículo da cultura municipal.* Relatório de Estágio em Política e Autarquia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Mestrado em Política Cultural e Autárquica, consultado28/03/2020, em https://eg.uc.pt/bitstream/10316/35928/1/O%20Associativismo%20como%20veiculo%20da%20Cultura%20Municipal.pdf.

Montalvo, António Rebordão (2003), *O processo de mudança e o novo modelo de gestão pública municipal.* Coimbra, Almedina.

Neves, José Soares (2010), "Políticas culturais locais e financiamento da cultura: crescimento e planeamento", Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, 16, pp. 125-130.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998)., *As Políticas Culturais em Portugal. Relatório Nacional*, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.

Santos, Jorge Alves dos e José Soares Neves (2005), *Os Museus Municipais de Cascais: políticas culturais locais e património móvel*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Severino, José Roberto (2019), *"'Produção da cultura e diferença: Narrativas em disputa. Memória, ativismos, políticas culturais, audiovisual. Periferia'".* V Congresso "Que Cultura(s) para o século XXI" realizado no mês de novembro de 2019 na Universidade da Beira Interior.

Silva, Augusto Santos (2003), *Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa"* OBS, 12, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp. 11-20.

Silva, Augusto Santos (2007), *Como abordar as Políticas Culturais Autárquicas? Uma hipótese de roteiro, Sociologia Problemas e Práticas.* 54. Sociologia-*Problemas e Práticas*, n.º 8 pp. 29-41. Lisboa: CIES. pp. 11-33.

Silva, Santos Augusto (2011), "Como Abordar as Políticas Culturais Autárquicas", Sociologia, Problemas e Práticas, nº 54, 2007, pp. 11-33.

Soufen, Emilio (2008), *Associativismo e cadeia produtiva.* Central de Associativismo.

Viegas, José Manuel Leite (2004), *Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia. Sociologia, Problemas e Práticas,* (nº46), 33-50.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal da Guarda realizada no dia 22 de abril de 2019. Em: https://www.mun-guarda.pt/WS/upload/2019/03-155800233846029.pdf, [Consultado a 20 de abril de 2020].

Revisão da Carta Educativa do Concelho da Guarda (2018). Coordenação: Prof. Doutor António Rochette. Câmara Municipal da Guarda. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Grande Entrevista

JOÃO BERNARDINO

PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

PARTE I

***Análise Associativa* (AA): Como iniciou a sua atividade associativa?**

João Bernardino (JB): Foi a partir da prática desportiva e do fascínio que o convívio e a atividade em grupo me criavam que enraizou em mim a necessidade do associativismo e a vontade permanente de lhe dar expressão para que nunca deixasse de existir.
Lembro-me ainda na então escola primária de ter criado com outros colegas um grupo "organizado" para um certo tipo de jogos e para contarmos histórias que ouvíamos aos nossos pais.
Penso ter sido por aqui que se me enraizou a vontade do associativismo e que marcou positivamente todo o meu percurso de ser humano.

AA: Que aspetos mais contribuíram para a sua aproximação ao movimento associativo? Influencia familiar? A força do movimento associativo local? A necessidade de fazer desporto ou de integrar um agrupamento cultural? Outros?

(JB): Sendo oriundo duma família de agricultores, sem tradições no associativismo ou prática associativa regular e muito marcado pela solidão do campo, é na prática desportiva e na vontade indómita do convívio, tal como disse atrás, que me aproximo decididamente, e desde muito novo, da frequência e participação na vida e atividades da Sociedade Recreativa e Musical da minha terra.
Deslumbrava-me todo o convívio, as iniciativas, a prática de jogos tradicionais. As longas conversas e a animação que havia, bem como os bailes e a vivência com os outros jovens da minha idade.

AA: A partir daí, qual o percurso realizado?

(JB): Da minha terra para a grande capital Lisboa, já com uma parte dos estudos concluídos e o ingresso no antigo ICL-Instituto Comercial de Lisboa dá-se o meu primeiro grande passo no Associativismo. Logo na Associação de Estudantes, nas suas atividades culturais, sociais, cívicas reivindicativas e de recreio que amadurecem em mim, jovem pré adulto, as razões da vida coletiva e do associativismo. É este quadro que me leva a presidente do conselho diretivo do ICL logo nas primeiras RGE-

Reuniões Gerias de Escola em Abril/Maio 1974.
Com o ingresso profissional na Caixa Geral de Depósitos de imediato ingressei na atividade do Grupo Desportivo.
O evoluir da vida e o aparecimento dos filhos levam-me à presidência duma IPSS no concelho de Sintra donde nunca mais me afastei até hoje.
Percorri, entretanto, um longo caminho nas IPSSs - Instituições Particulares de Solidariedade Social tendo pertencido aos corpos sociais de várias instituições e presidido à Direção de Inválidos do Comercio de 2017 a 2021 e Vice-Presidente da UDIPSS-Lisboa, União Distrital das IPSSs e dos seus corpos sociais em vários mandatos.
Fui Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Bombeiros Voluntários da Amadora e foi na centenária Voz do Operário em Lisboa, como associado, que encontrei uma das nossas maiores escolas de valores humanos.

AA: Considera que a vida associativa contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal.

(JB): Sem dúvida absolutamente nenhuma. Eu nunca seria o homem que hoje sou se não tivesse tido a possibilidade de percorrer todo este caminho associativo, dando e recebendo muito como ser humano, possibilitando-me um desenvolvimento pessoal de carácter e valores que em muito me enriqueceram.

"Da minha terra para a grande capital Lisboa, já com uma parte dos estudos concluídos... dá-se o meu primeiro grande passo no Associativismo.

AA: Como entende a interligação do seu percurso pessoal e a sua atividade de Dirigente Associativo Voluntário?

(JB): A minha evolução de praticante, associado, voluntário e seccionista para dirigente deu-se com muita naturalidade assente na vontade na dedicação e empenho e no gosto pelo associativismo.
Sempre voluntário e benévolo com a vontade de dirigir e na ânsia de contribuir para o bem-estar e a transformação para melhor da nossa sociedade.

PARTE 2

> ***As associações de cultura, recreio e desporto são atualmente a maior "família" associativa em Portugal***

AA: Que é para si o Associativismo? Quais os seus valores?

(JB): O Associativismo entendo-o como forma de organização social alternativa e intermédia quando o indivíduo ou o Estado por si só, não conseguem resolver os seus problemas, sendo um poder e uma necessidade de resolver coletivamente anseios culturais, recreativos, sociais, desportivos, e como expressão organizada de indivíduos designados por associados e com os mesmos objetivos, acrescentando o fato dos seus dirigentes serem voluntários, benévolos e legitimados através de eleições regulares e democráticas e obrigados, naturalmente, à regular prestação de contas.

São valores do Movimento Associativo Popular e também razão da sua força, unidade e poder a SOLIDARIEDADE, a FRATERNIDADE a LIBERDADE a DEMOCRACIA a INDEPENDÊNCIA e AUTONOMIA, a TRANSPARÊNCIA e o TRABALHO VOLUNTÁRIO E BENÉVOLO que cimentam a nossa longa existência e são a garantia dum futuro duradouro.

AA: Qual o papel do Associativismo na sociedade portuguesa?

(JB): Pela sua expressão quer quantitativa quer qualitativa o MAP, Movimento Associativo e Popular tem um papel importantíssimo na sociedade portuguesa, como a vida o comprova, constitui um PODER LOCAL ASSOCIATIVO com uma intervenção e influência únicas na vida cultural, económica, social, desportiva e política.

As associações de cultura, recreio e desporto são atualmente a maior "família" associativa em Portugal e

também a maior "família" da economia social. De acordo com a Conta Satélite da Economia Social (2019) existiam em Portugal 71 885 entidades sem fins lucrativos, das quais 32 759 são associações de cultura, recreio e desporto, ou seja 46%

Com toda esta envergadura e capilaridade o Associativismo é também hoje em todo o Continente e Ilhas um fator de agregação nacional e de bem-estar no Pais.

AA: que potencialidades e dificuldades encontra no MAP e como perspetiva o seu futuro?

(JB): O poder do Associativismo advêm-lhe do seu valor intrínseco, dos princípios e prática que o norteia, dos valores que defende e preserva, bem como da sua quantidade, capilaridade e capacidade de decisão e influência, em diferentes medidas e de colaborar no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida das populações e comunidades donde emanam as nossas associações.

São também elas escolas de cidadania e fatores que geram capital social, ajudando a criar relações de confiança entre os cidadãos bem como fatores de estabilidade e desenvolvimento democráticos.

No essencial dos seus objetivos o associativismo procura na sua intervenção, produzir transformações na sociedade de molde a proporcionar uma melhor qualidade e vida das populações.

O Movimento Associativo tem vivido e sobrevivido com imensas dificuldades onde a falta de recursos humanos, técnicos, logísticos e financeiros são o mais frequente. Só a capacidade de iniciativa, dedicação e engenho dos seus Dirigentes, voluntários e benévolos, assente na experiência e na transmissão dessa experiência de geração em geração têm permitido chegarmos aos dias de hoje com mais de 33 000 coletividades e associações.

Acresce ainda que a não assunção pelo Estado das obrigações que a constituição lhe impõe para com o Movimento associativo faz crescer dificuldades às dificuldades existentes. Um estatuto fiscal em falta, a famigerada legislação do arrendamento urbano, bem como um estatuto do Dirigente associativo digno desse nome, dificultam em muito os objetivos e bem-estar das populações.

Apesar de todas as dificuldades e escolhos o MAP tem à sua frente um longo e promissor futuro... Nas várias fases da sua longa vida, a primeira coletividade terá sido fundada em 1722 o associativismo foi evoluindo nas suas formas de organização, funcionamento e resposta às necessidades das populações, construindo soluções para os problemas que cada um por si não conseguia resolver. Esta experiência, força e saber, alicerçado na vida e nos anseios da população, dão garantia e esperança de um MAP virado ao futuro.

AA: O que o motivou a assumir a responsabilidade de presidir à CPCCRD?

(JB): Três razões determinantes me levaram a assumir esta responsabilidade perante o convite dum conjunto de colegas Dirigentes:

1 - O meu apego ao Movimento Associativo e tudo o que ele representa para o bem-estar das populações o desenvolvimento das nossas comunidades e a possibilidade de transformar para melhor a sociedade.

2 - A importância e o papel fundamental da CPCCRD no desenvolvimento do MAP.

3 - O meu respeito e admiração, desde longa data, por todos os Dirigentes Associativos. Por tudo o que fizeram e fazem em prol do Associativismo e poder entre eles ajudar a desenvolver a sociedade.

AA: Qual a importância da CPCCRD para o MAP?

(JB): A nossa Confederação tem uma importância crucial e decisiva na agregação de todo o Movimento e Estruturas. Na dinamização e concretização dos seus objetivos e valores. Na formação, envolvimento e dinamização dos seus Dirigentes.

Na afirmação do MAP, na defesa dos seus princípios, interesses e ligação ao povo de onde emana. Na representação do MAP em todas as estruturas de poder e associativas na defesa dos nossos objetivos e valores.

Cumprindo todas as regras que nos norteiam a Confederação é o garante, democraticamente eleito, para um MAP mais forte e de futuro.

Estudos

SUSANA BILOU RUSSO

MESTRE EM ANTROPOLOGIA, ESPECIALIDADE
EM ANTROPOLOGIA: PATRIMÓNIOS E IDENTIDADES
PELO ISCTE.
ATIVISTA DO MAP, DIRIGENTE
DO IMAGINÁRIO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL
E TÉCNICA SUPERIOR NA CÂMARA MUNICIPAL
DE ÉVORA.

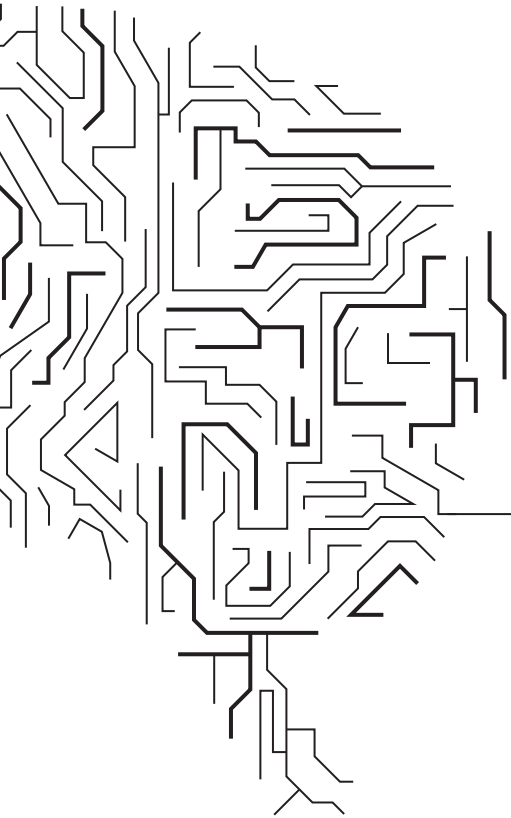
AUGUSTO FLOR

ANTROPÓLOGO
ASSESSOR DA DIRECÇÃO

O ASSOCIATIVISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS

MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR

Um Poder Local imprescindível com visão e com futuro!



SUSANA BILOU RUSSO

MESTRE EM ANTROPOLOGIA, ESPECIALIDADE EM ANTROPOLOGIA: PATRIMÓNIOS E IDENTIDADES PELO ISCTE. ATIVISTA DO MAP, DIRIGENTE DO IMAGINÁRIO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E TÉCNICA SUPERIOR NA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA.

O ASSOCIATIVISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS

¬ O ASSOCIATIVISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS

Quando pensamos em associativismo popular será importante perceber a que se refere o termo "popular", conceito utilizado para diferenciar as associações de acesso reservado ou restrito. O conceito "popular" não está ligado às "classes populares", a noção de "povo" aplica-se: *"ao conjunto da população, precisamente por oposição às que se apresentam marcadas por um cunho de fechamento social marcado. O associativismo popular é, assim, o associativismo que reúne o conjunto do "povo", ou, dito de outro modo, da população residente no concelho, independentemente da sua condição social"*. (Capucha e Nunes, 2020:21).

O artigo que propomos procura dissertar sobre o surgimento e importância do associativismo popular, do seu insubstituível papel no trabalho social, cultural, desportivo, formativo, cívico, que promove na sociedade, sendo um espaço de transformação, liberdade, emancipação, solidariedade, cidadania, num encontro e afirmação de tradições e identidades. Tal como refere Raul Iturra: "*a coesão ou o coletivismo social, a instituição social, são as defensoras do indivíduo, essa instituição social que não consegue viver isolada, sem regras e sem métodos. Eis a importância das coletividades não apenas para a distração, bem como para manter a sociedade coesa*" (Iturra, 2009:56).

Por sua vez, ao abordar o movimento associativo popular é de certa forma incontornável que se fale de democracia cultural. Na Constituição portuguesa, o Estado tem a responsabilidade de promover a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, daí a importância da colaboração e do apoio ao movimento associativo popular que deve ser visto como um importante parceiro social que contribui para a democratização da cultura. O associativismo, nas suas múltiplas expressões, é quem garante a muitas pessoas o acesso a atividades culturais, desportivas, recreativas, sociais. Para muitas realidades a única forma de acesso e de fruição artística e cultural passa pelo que é oferecido e dinamizado pelo movimento associativo.

O associativismo popular tem também a sua história, que se desencadeia a partir da funcionalidade que vai adquirindo no seio da sociedade. O início do movimento associativo em Portugal surge no contexto do século XIX.

Comecemos então por contextualizar o século XIX, importante período para a História Universal e para a História do nosso país, tendo sido determinante em vários aspetos ao proporcionar mudanças bastante significativas. Falamos de uma época durante a qual se protagonizou uma revolução liberal inspirada na Revolução Francesa que "*introduziu na sociedade portuguesa novos critérios de avaliação social, valorizou a riqueza e o saber, matizou ou eliminou os estatutos de privilégio tradicionais e reduziu o peso dos proprietários institucionais*." (Fonseca, 1996:186). Foi uma época bastante conturbada para Portugal que acabou por resultar na implantação de um regime liberal que permitiu a ascensão da burguesia e o desenvolvimento de novos valores e de uma nova mentalidade que desencadearam profundas alterações no espectro geral do país.

Partilhando a ideologia da Revolução Francesa que se propagava pela Europa e que começava também a difundir-se em Portugal, o país atravessava um período conturbado e de grande instabilidade, que se devia, entre outras coisas, às consequências advindas das invasões francesas que decorreram de 1807 a 1810, à partida da Família Real para o Brasil, à instabilidade política e económica e à gradual perda da colónia brasileira. Estes fatores acabaram por culminar numa guerra civil entre liberais que defendiam uma abertura política para o país, nomeadamente através de um parlamento e de uma constituição, e absolutistas que continuavam a defender a monarquia absoluta, guerra, essa que se desenrolou entre 1828 e 1834, mas que acabou por pôr termo ao absolutismo português instituindo uma monarquia constitucional.

Foi no contexto conturbado destas mudanças políticas, estruturais e económicas, que ocorreram em Portugal a partir da primeira metade do século XIX, que se desencadearam uma série de acontecimentos que foram determinantes em termos sociais e culturais.

Com o fim das lutas liberais o país estava esgotado financeiramente e socialmente e necessitava de reconstruir-se, de ganhar novo alento e de estimular o progresso. Havia que criar uma rutura com os antigos valores e dar espaço aos novos ideais liberais que visavam as liberdades individuais, o desenvolvimento cultural e a necessidade de uma maior sociabilidade e convivialidade. É neste contexto que se apoiam e se desenvolvem uma série de estruturas e bens culturais. É durante este período que se relativiza a ideia de organização do tempo de lazer e se reconhece a importância da formação e da educação.

Em Portugal, tal como no contexto político e social da Europa do século XIX, surgem novos conceitos e ideais que se vão impondo gradualmente. Generaliza-se a ideia de quebrar as barreiras sociais vigentes no Antigo Regime que se regiam pelos princípios de linhagem e procura-se transformar a nova sociedade, "*sobre a ideia de civilidade manifesta pela boa conduta, a educação e uma condição social* convenable" (Bernardo, 2001:14), tudo isto fomentado por uma ideologia liberal sustentada por uma burguesia que procura a sua ascensão social e económica. Este é um período marcado, por um lado, pela defesa do progresso, do desenvolvimento e, por sua vez, da ascensão da burguesia, e por outro, pela necessidade de reformulação de uma identidade nacional e de um retorno ao passado e às tradições, questionada pelo clima de instabilidade política e pelos novos valores ativados pela Revolução Francesa. É uma fase em que se fomenta o gosto romântico pelo passado e pelas suas raízes culturais, na medida em que, através do reencontro com a tradição, se pode reafirmar o espírito nacional e a sua estabilidade, e assimilar uma identidade cultural partilhada.

Na lógica dos novos valores operam-se uma série de transformações que acabam por incentivar e propiciar o surgimento de organizações de carácter coletivo. Foi com a consolidação do Liberalismo que se outorgaram novos direitos aos cidadãos, nomeadamente o direito de reunião e o de associação, o que contribuiu para a proliferação do movimento associativo.

É a partir deste período que surgem as primeiras associações cívicas, umas mais progressistas, outras mais conservadoras. A ideia de partilha coletiva, de entreajuda e da necessidade de dar espaço à festa e ao convívio é acolhida por todos os grupos sociais com grande entusiasmo. Com o fim da guerra civil, cresce a necessidade de uma reconstrução social e identitária. Desta forma, fundam-se uma série de coletividades, entre elas as associações de cultura e recreio, nas quais se desenvolvem atividades de valorização sociocultural e onde, para além dos bailes, das festas e dos jogos de mesa, se promove o ensino escolar de forma a reduzir os índices de analfabetismo, o ensino da música, de ofícios, ou do desporto. A par destas associações de recreio surgem também as primeiras cooperativas, as associações sindicais, as associações de socorros mútuos, de poupanças ou de créditos, as associações de bombeiros, entre outras.

No que se refere ao movimento associativo, para além de se realçar a influência dos ideais da Revolução Francesa e dos novos valores liberais é importante fazer uma breve referência ao papel desempenhado pela Maçonaria que se

impõe durante este período e que, através do "espírito da liberdade e da fraternidade", do "espírito do progresso e da solidariedade" (Ramos, 1991:43) vai introduzindo os seus princípios nos meios associativos, tornando-se particularmente importante a sua influência como "*instância coadjuvante da própria sociabilidade política na fase protopartidária*" (Catroga, 1993:204). Foi desde a instalação da primeira loja maçónica em 1727 até ao fim da guerra civil que a Maçonaria foi consolidando os seus princípios, até que, com a vitória liberal, os clubes e as lojas maçónicas começaram a funcionar como centros polarizadores das ideologias políticas e do novo sistema representativo, passando a influir na vida da sociedade e nas suas novas formas de sociabilidade.

SUSANA BILOU RUSSO

Como consequência da revolução liberal propagam-se também os propósitos mutualistas. Enquanto as Confrarias prestavam auxílio numa lógica de caridade, "*o Mutualismo perfilhou, a partir da Revolução Liberal de 1820, a palavra solidariedade como paradigma de coesão em todos os seus actos*" (Carvalho, 1998:7). A necessidade de defesa do direito ao trabalho, da assistência na doença, do direito à associação, às liberdades individuais, ao convívio e a outras ações de solidariedade impulsionaram o surgimento do Mutualismo e do Cooperativismo que foram, a pouco e pouco, introduzindo uma nova conceção de vida pública.

Este conjunto de transformações que ocorreram na sociedade, propiciaram o desenvolvimento de organizações coletivas que fomentaram o associativismo, que se foi estruturando tornando-se um espaço de transmissão e aprendizagem dos valores cívicos, da experiência do coletivo, da solidariedade, das liberdades individuais e passando a reconhecer a importância do ócio e dos tempos livres. No contexto em que surgiram as primeiras associações havia a necessidade, tal como refere António Ramos, "*de uma redefinição da identidade individual perante o colectivo e de satisfação de novas necessidades*" (Ramos, 1991:14).

Desta forma, podemos dizer que o movimento associativo está intimamente relacionado com as mudanças políticas, sociais e económicas; José Malheiro, chega mesmo a afirmar que: "*as dez mil Colectividades, espalhadas por todo o país, constituem um riquíssimo e original património histórico-sócio-cultural, nascido com o Liberalismo, mas só reconhecido, constitucionalmente, de forma expressa, em 1976*" (Malheiro, 1996:15-16). De facto, nos períodos mais marcantes de viragem política, é notório um aumento do número de associações. Tal como podemos constatar, o primeiro período em que se assistiu ao surgimento de coletividades, associações ou clubes foi em meados do século XIX após a guerra civil e a instauração da monarquia constitucional; o segundo momento foi com a implantação da República em 1910 e o terceiro com o fim da ditadura e a instauração do regime democrático após o 25 de Abril de 1974. Ao observarmos estes três períodos, rapidamente nos apercebemos que todos eles proporcionaram mudanças significativas na sociedade, que possibilitaram o desenvolvimento de novos valores e de novos ideais os quais, por sua vez, permitiram aos indivíduos o direito de viver o coletivo e o direito ao associativismo, passando as associações a ser um dos meios através dos quais as sociedades encontraram formas de organização social que garantiram "*a sobrevivência humana perante os conflitos sociais* [e] *a conquista das condições de liberdade para a realização individual e colectiva*" (Malheiro, 1996:11).

Outras das características do associativismo prende-se com a sua "transversalidade social", na medida em que é praticado e desenvolvido tanto pelos grupos de elite como pelos grupos mais desfavorecidos, podendo, por sua vez, fazer parte tanto da vida das populações urbanas como da vida das populações rurais. Esta ambivalência faz das associações, nomeadamente as de carácter cultural e de recreio, um dos meios, através dos quais os indivíduos selecionam o seu espaço de sociabilidade, reafirmam a identidade dos seus grupos, transmi-

tem os seus valores e fazem circular as práticas e formas de comportamento que se tornam referências internas para o próprio grupo e para o exterior.

Como qualquer outro processo, o associativismo foi atravessando várias fases e foi sendo delineado em função dos grupos sociais que o foram protagonizando. Enquanto que o principal objetivo das primeiras associações, que surgiram em meados do século XIX, era o de se tornarem espaços de lazer e de encontro para a elite, onde se realizavam tertúlias ou saraus musicais que anteriormente eram apenas organizados nos espaços domésticos, numa fase posterior, as associações alargaram o seu ângulo social passando a existir coletivos que estavam associados a diferentes grupos sociais e que seguiam distintos objetivos, dedicando-se a atividades concretas e desenvolvendo áreas mais específicas, como a música, o teatro, o desporto, a formação, etc. Esta evolução deveu-se, em parte, ao empenho das classes trabalhadoras e dos grupos sociais mais desfavorecidos que, não tendo a prática da sociabilidade, tornaram as associações os locais de eleição para o encontro, o convívio, a partilha, a aprendizagem, sendo uma forma de resistência onde se estabeleciam redes de relações familiares, sociais e até políticas. A associação passa então a ter um papel decisivo "*como base estruturadora de uma nova sociedade, da almejada civilização a que o progresso material e moral conduziria*" (Bernardo, 2001:14-15).

Durante o primeiro período do movimento associativo estamos na presença de um associativismo voluntário de cariz laico que se fundamenta entre uma elite intelectual que anseia pelo progresso e que valoriza a aprendizagem e a educação e fomenta a cultura nas suas mais variadas formas. Estas primeiras associações, ou clubes, não passam de locais de encontro onde a alta sociedade exibe os seus padrões e se demarca dos demais grupos sociais. Aqui não há reivindicações políticas, ou sociais, estas associações são criadas para reafirmar as diferenças sociais e ao mesmo tempo para acompanhar os valores liberais que lançam desafios à nova classe emergente. Com o final do século XIX e à medida que se propagam os ideais republicanos, a consciência das liberdades, dos direitos dos cidadãos e da vida em sociedade passa cada vez mais a ser refletida e assimilada pelos vários grupos sociais, o que permite uma reformulação ao nível do movimento associativo que deixa apenas de ser visto como um espaço de encontro e de lazer passando a ser entendido como uma organização através da qual se podem defender objetivos comuns e se promovem atividades específicas.

Na sequência do que foi anteriormente referido, podemos constatar que, após o decorrer de períodos conturbados e de mudança político-social, o associativismo ganha maior força e desenvolvimento. Quando determinados grupos sociais têm necessidade de se reagrupar, de reafirmar as suas intenções, os seus direitos, os seus ideais e de encontrar a sua identidade, é natural que os movimentos coletivos ganhem um novo fôlego.

Atualmente, no mundo global em que vivemos, com uma maior utilização das tecnologias de informação e comunicação, com novas dinâmicas de sociabilidade que criaram diferentes rotinas nas vidas das pessoas, os desafios ao associativismo ganham novas perspetivas e funcionalidades. Contudo, o seu potencial, enquanto função transformadora e de inclusão e coesão social permanece, porque na sua essência, o associativismo, transporta o sentido do coletivo, da solidariedade, da cooperação, transcrevendo as palavras de Raul Iturra: "*As colectividades (...), têm uma grande virtualidade: não apenas ensinar e desenvolver actividades que treinam o corpo para uma vida sã, bem como criam uma união de camaradagem que não era possível desenvolver em outras actividades. Nas colectividades, as pessoas trocam saberes, habilidades, entretenimento e, o mais importante, comportamentos de amizade e camaradagem*" (Iturra, 2009:54).

BIBLIOGRAFIA

BERNARDO, Maria Ana (2001), *Sociabilidade e Distinção em Évora no século XIX. O Círculo Eborense*. Lisboa: Edições Cosmos.

CAPUCHA, Luís e NUNES, Nuno (2020), "Associativismo Popular, crise ou diversificação?", in *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures 2019*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 13-28.

CARVALHO, Domingos (1998), *Mutualismo. A força do associativismo democrático*. Lisboa: Casa do Alentejo, Cadernos CA – 3.

CATROGA, Fernando (1993), "As Maçonarias liberais e a política", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. O Liberalismo (1807 – 1890)*. Vol. 5, Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), Lisboa: Círculo de Leitores, 204 – 211.

FONSECA, Helder Adegar (1996), "Protagonismo, Prestígio Social e Coesão", in *O Alentejo no século XIX. Economia e Atitudes Económicas*. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 185 – 221.

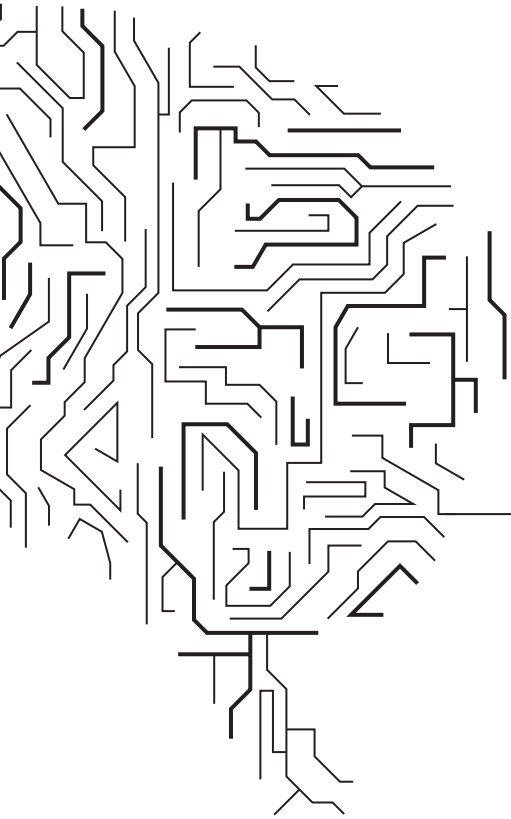
ITURRA, Raul (2009), "Colectividades" in *Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*. Lisboa: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, 53-56.

MALHEIRO, José (1996), *Associativismo Popular. Originalidade do Povo Português*. Almada: Câmara Municipal de Almada.

RAMOS, António Alberto C. P. (1991), *As Colectividades de Almada (1890-1910). O Associativismo do tipo cultural e recreativo – Tentativa de abordagem ao seu estudo*. Almada: Junta de Freguesia de Almada com o apoio da Câmara Municipal de Almada.

RUSSO, Susana (2007), *As Bandas Filarmónicas enquanto Património: Um estudo de caso no Concelho de Évora*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Grupo Desportivo Chinquilho Sempre Fixe – Barreiro, um exemplo de combate à solidão



AUGUSTO FLOR

ANTROPÓLOGO E INVESTIGADOR;
DOCENTE (CONVIDADO) EM PÓS GRADUAÇÃO
EM ECONOMIA SOCIAL NO ISCSP E LUSÓFONA;
DIRIGENTE ASSOCIATIVO;
EX-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO CPCCRD;
MEMBRO DO CES - CONSELHO ECONÓMICO
E SOCIAL E DO CNES - CONSELHO NACIONAL
PARA A ECONOMIA SOCIAL

MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR

Um Poder Local imprescindível com visão e com futuro!

Instalações da sede nacional na Rua da Palma – Lisboa

¬ Movimento Associativo Popular

Um Poder Local imprescindível com visão e com futuro!

Quando falamos de Poder Local, podemos imaginar várias formas de poder: político, económico, comunicação social, religioso, ensino, associativo, entre outros. A ordem dos factores é arbitrária, resultante do peso relativo que cada um ocupa no contexto local, seja na perspectiva territorial, seja social. Poder Local será sempre, por definição, "a capacidade de intervir e influenciar a vida colectiva".

A Análise Associativa, ao dar oportunidade para aqui se fazer um balanço do MAP – Movimento Associativo Popular neste fim de ciclo, está a reconhecer o importante papel do Poder Local Associativo, demonstrando sensibilidade e inteligência que devem ser reconhecidas e aplaudidas.

¬ Origens e evolução

O MAP, que teve a sua origem nos anos de 1820..., com a Revolução Liberal e a partir daí nunca mais deixou de crescer e se afirmar na sociedade portuguesa,

conheceu regimes e sistemas políticos, guerras, mudanças económicas, sociais e culturais profundas.

Ao longo dos 48 anos de ditadura afirmou-se como uma força social de resistência e de práticas democráticas internas, contrastando com o que era imposto à sociedade em geral. Muitos dos seus Dirigentes contribuíram para o esclarecimento e a consciencialização dos associados e das comunidades em que se inseriam pelo que foi natural a sua integração nas Comissões Democráticas Administrativas (Câmaras e Juntas) nos dias seguintes ao 25 de Abril de 1974.

Muitos desses Dirigentes contribuíram para a constituição de Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e Sindicatos enquanto pessoas experientes e de reconhecido mérito, tendo sido eleitos e assumido cargos nas primeiras eleições autárquicas democráticas em 1976. Ainda hojese sente essa relação entre Autarcas e Dirigentes e associativos por todo o país.

O associativismo, em geral, e os seus dirigentes, em particular, deram um inquestionável contributo para a democracia antes e depois de Abril, no acesso à cultura, ao recreio e ao desporto, pelo que são reconhecidas como escolas de democracia e de valores humanistas em que se deve ter em conta o ser humano no seu todo como defendia Bento de Jesus Caraça.

A investigação e estudo sobre este importante "fenómeno" social tem algum atraso que está agora a ser recuperado e passou a constituir objecto de estudo da academia. Para tal tem contribuído de forma decisiva a sua estrutura nacional, fundada em 31 de Maio de 1924, hoje (re)conhecida por Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD).

Como se poderá ler em alguns documentos da CPCCRD, esta afirma ser a "*...única e legítima representante de todo o MAP...*", uma vez que é a única entidade com representação institucional com todas as áreas associativas de cultura, recreio e desporto e porque ao apresentar propostas aos poderes instituídos, fá-lo em nome de filiadas e não filiadas de forma a que todas, sem excepção, sejam abrangidas pelas políticas públicas de acordo com os preceitos e as responsabilidades constitucionais do Estado.

A actividade da CPCCRD centra-se em princípios e valores humanistas e democráticos com uma estrutura descentralizada e um funcionamento transversal onde cada filiada tem o poder de decidir ao nível local, distrital, regional e nacional, não havendo delegação de competências.

O seu funcionamento é feito através de contactos entre Dirigentes e trabalhadores (as), por uma fortíssima informação regular através de vários suportes e meios. As publicações (Manuais técnicos, Revistas, Notas Informativas ou Livros), as redes sociais e os contactos digitais complementam a circulação de informação.

¬ **As sociedades, as organizações e as pessoas têm ciclos de vida.**

O momento que vivemos parece ser oportuno porque a maior entidade que representa o MAP, a CPCCRD, encerrou um ciclo da sua vida e deu início a um novo ciclo com novos desafios e muita confiança. Com quase 100 anos de vida e actividade contínua, a CPCCRD, em 2022 realizou o Congresso Extraordinário para revisão estatutária (26 Março– Almada) e o Congresso Eleitoral (16 de Julho – Lisboa). Neste último Congresso, que abordaremos mais adiante, foi feito o balanço a um ciclo de 19 anos e perspectivou-se o futuro de curto, médio e longo prazo.

Não nos parece possível descrever o que foram estes 19 anos a que chamamos ciclo. Centraremos a nossa análise nas principais questões que, de alguma forma, foram determinantes para as várias frentes e momentos em que a CPCCRD se envolveu.

¬ **Cumprir as recomendações do Congresso 2001 (Loures)**

No ano 2003, (mandato 2002/2005), cumprindo as recomendações do Congresso Nacional de 2001 (Loures) e motivados pela constituição de estruturas descentralizadas, (Federações Distritais e Associações Concelhias) foram tomadas medidas internas e realizaram-se as Assembleias gerais para alteração, registo e publicação dos Estatutos que transformariam a Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio em Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Este importante passo, acelerou a constituição de estruturas descentralizadas, aumentando exponencialmente o número de filiadas em todo o território.

Nesse mesmo ano, por lutae pressão institucional e outras formas de intervenção, a Assembleia da República (AR) aprova a *lei 34/2003 de 22 de Agosto* onde, entre outros aspectos, é consagrado o dia 31 de Maio como Dia Nacional das Colectividades e confere o Estatuto de Parceiro Social.

¬ O primeiro passo nas parcerias

Por iniciativa da CPCCRD, ainda em 2003, foi estabelecido um protocolo entre a CPCCRD e a Universidade Lusófona, sendo criado o Observatório do Associativismo Popular (OBAP) que abriu as portas da academia (universidade) ao associativismo, reconhecendo a importância social e científica do mesmo e o seu enorme potencial como objecto de estudo e empregabilidade. Desta parceria surgiram dois projectos: Estudo sociológico do associativismo confederado que resultou numa publicação em 2009 e na monitorização de um projecto para a saúde no seguimento de uma recomendação da OMS: "*Pela sua saúde, Mexa-se!*" que dinamizou caminhadas em dezenas de concelhos do país envolvendo regularmente mais de dois milhares de praticantes durante vários anos, sendo percursor desta actividade física em Portugal.

Em 2004, já com a Confederação formalmente instituída e estabilizada, com luta e determinação é aprovado na Assembleia da República a *lei 20/2004 de 5 de Junho- Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário* que traz, pela primeira vez, o reconhecimento dos Dirigentes enquanto elementos fundamentais à vida do associativismo. Contudo, dada a natureza precária das relações laborais em Portugal serem essencialmente prejudiciais aos trabalhadores por conta de outrem que são cerca de 90% dos Dirigentes Associativos, esta lei raramente foi aplicada e carece de revisão já apresentada e proposta na AR em 31 de Maio de 2017.

Ainda em 2004, inicia-se o "*Projecto 2001 Associações-Internet Associativa*" que instalou centenas de postos públicos por todo o país, permitindo a crianças, jovens e adultos o acesso à informática, contribuindo decisivamente para o combate à infoexclusão.

¬ Recuperação e dinamização dos Jogos Tradicionais

Partindo da experiência do Dia Nacional das Colectividades em 2002 com a realização de um grande certame de Jogos Tradicionais no Parque das Nações a

partir do qual se estabeleceu uma estratégia nacional, em 2004, foi lançado definitivamente o Projecto "*Jogos Tradicionais -100% Futuro!*" que contou com uma Exposição no Museu Nacional do Desporto, Conferências, exibições e demonstrações por todo o país e de duas publicações(livros) sendo um delesessencialmente técnico e outro de Jogos Tradicionais Adaptados. Este projecto que consolidou todos os objectivos e cumpriu em pleno a estratégia definida, veio a culminar em 2014 com a constituição formal da Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais.

Entretanto, a CPCCRD foi-se afirmando e consolidando nos espaços associativos de cultura, recreio e desporto, movimentos sociais em defesa de causas e serviços públicos, área académica com intervenção regular e permuta de apoios e serviços através de protocolos, mas também no seio da Economia Cooperativa eSocial, que carecia de reconhecimento que só veio a ser ultrapassada (em parte) com a lei de Bases da Economia Socialtal como estabelece a CRP – Constituição da República Portuguesa.

Foi neste quadro que a CPCCRD foi Cofundadora da Confederação Portuguesa do Voluntariado (2007), entidade que veio ocupar o espaço que se encontrava esgotado e disfuncional do CNPV – Conselho Nacional Promoção do Voluntariado que já não correspondia aos objectivos e representação do voluntariado em Portugal.

Integrou e assumiu responsabilidades na CDP – Confederação do Desporto de Portugal, onde representa o associativismo desportivo de base a par das restantes Federações Desportivas de todas as modalidades praticadas em Portugal.

Associou-se na Federação Europeia de Desporto para Todos onde representa os Jogos Tradicionais portugueses.

- **Espaço Museu/Centro de Documentação/Biblioteca**

A instalação do *Espaço Museu 31 de Maio* em 2008 na sede nacional, foi um passo importante uma vez que permitiu a identificação e conhecimento do vasto espólio que a Confederação possuía. Foram identificados e registados em suporte físico e digital mais de 4.000 objectos dos quais cerca de 300 foram expostos e legendados permanentemente.

Simultaneamente, foram identificadas e tratadas mais de 4.000 pastas de filiadas que continham um acervo documental que foi considerado de interesse

Inauguração do Espaço Museu 31 de Maio

nacional pela DGLAB/Torre do Tombo, sendo o maior espólio do associativismo em Portugal o que veio a demonstrar a necessidade de se constituir um Centro Nacional de Documentação Associativa.

As comemorações do Dia Nacional das Colectividades (31 de Maio), dedicadas a uma temática anual, no ano 2009, assumiram uma particular importância com uma Exposição que teve por título "*1.000 provas de vida do Associativismo Popular!*" que teve lugar no Mercado de Santa Clara com o apoio da Junta de Freguesia de São Vicente e Câmara Municipal de Lisboa. Foram nove dias de actividades associativas (teatro, música, folclore, recreio, deporto, etc.) de onde se destaca o CongressoInternacional "*Associativismo somos todos nós!*" e que contou com a participação de vários elementos do Conselho das Comunidades Portuguesas e assim foi aberta a vertente das relações internacionais da CPCCRD.

A declaração da UNESCO do Fado como Património Imaterial da Humanidade (2011) não passou despercebido ao MAP e à Confederação que organizou 10 sessões de Fado em Colectividades e Associações de Norte a Sul do país onde actuaram dezenas de fadistas amadores indicados pelas Filiadas e teve como principal "embaixador" o Fadista Rodrigo e alguns fadistas profissionais convidados por este.

No seguimento da decisão de Conselho Europeu de instituir o Ano Europeu do Voluntariado (2011), a CPCCRD foi convidada a integrar a Comissão Nacional

das Comemorações a nível nacional, tendo contribuído com a realização de dezenas de sessões em colectividades, associações e clubes por todo o país e que resultaram no reconhecimento que os Dirigentes Associativos Voluntários (estimados em cerca de 400.000) deveriam ser enquadrados nos dados nacionais do INE e da União Europeia.Este reconhecimento foi essencial para se ter a percepção da importância quantitativa e qualitativa do Associativismo e dos seus Dirigentes junto dos poderes instituídos e das restantes famílias da Economia Social.

As relações de proximidade da CPCCRD com outras estruturas Confederativas da Economia Social, a participação em fóruns, conferências e congressos temáticos, onde as intervenções da CPCCRD identificavam os problemas e apresentavam propostas para o MAP e para a Economia Social em geral, conjuntamente com os abaixo-assinados e pedidos de audiência aos Partidos com assento parlamentar e a membros dos vários governos, e a greve de fome de dois Dirigentes nacionais junto à Assembleia da República durante vários dias, terão contribuído para inclusão da Confederação no Conselho Nacional de Economia Social (2012), ficando assim cumprido, por fim, o principio estabelecido na lei 34/2003. Foram 9 anos de luta que valeram a pena!

Este reconhecimento, veio a confirmar-se no ano 2012 com a inclusão no CND - Conselho Nacional do Desporto, onde foi possível representar uma realidade que não estava presente no CND até então. O Desporto de iniciação, formação, ocupação de tempos livres e desenvolvimento social e cultural (valores e princípios), ou seja, o Desporto para todos, que se pratica nas colectividades, associações e clubes onde "nasceram" muitos dos nossos grandes atletas. A integração da CPCCRD no CND foi muito bem acolhida pelas personalidades, parceiros federativos, académicos, comunicação social e até governantes. Pena é que muitas das propostas que a CPCCRD apresentou não tenham sido materializadas por falta de vontade política de sucessivos governos.

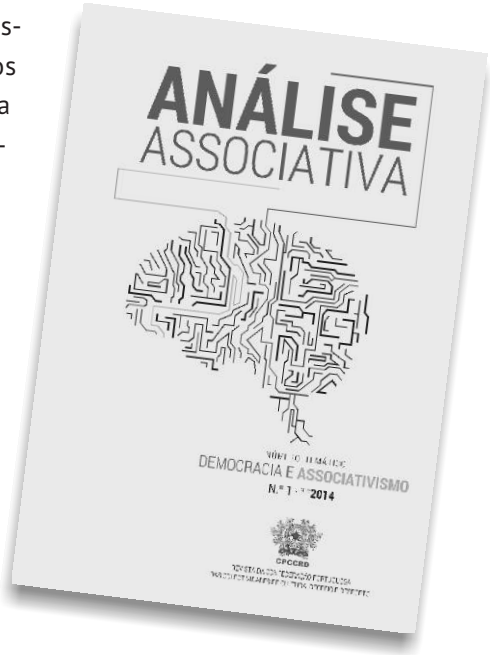
No cumprimento tardio do estabelecido na Constituição da República Portuguesa, a Assembleia da República aprova por unanimidade (com o parecer da CPCCRD) a *lei 30/2013 de 8 Maio, Lei de Bases da Economia Social*, onde fica claro e assumido o enquadramento do associativismo de cultura, recreio e desporto.

Ainda em 2013, em colaboração com a CASES, o INE divulgou os resultados do projecto-piloto da Conta Satélite da Economia Social de 2010. Nesta versão e nas que se seguiram (2013 e 2017), ficou claro que o associativismo popular de

cultura, recreio e desporto em Portugal representa mais de 50% das entidades privadas sem fins lucrativos.

¬ **Análise Associativa – Uma nova perspectiva**

Em 2014 é publicado o nº 1 da Análise Associativa com o objectivo claro de desenvolver uma estratégia de aprofundamento da reflexão do MAP e do seu papel na sociedade. Conhecia-se todo o desenvolvimento e contributo empírico, com base na transmissão das experiências adquiridas ao longo dos anos e de gerações de Dirigentes, a que se deve a estabilidade e longevidade do MAP, mas sentia-se a necessidade de envolver ainda mais a academia (universidades) e dar a conhecer a importância do MAP para a ciência e desta para o MAP.



Neste particular, foi de enormeimportânciao apoio do Montepio que desde a primeira hora abraçou este projecto. Juntaram-se vários Dirigentes e outros tantos académicos que,passo a passo, foram construindo um projecto que vai fazer 10 anos.

Entretanto foram publicados livros e feitas experiências com a participação activa de Dirigentes Associativos que se licenciaram no quadro desta ligação da academia com a CPCCRD e o MAP. A sensação é extraordinária e a percepção é que ainda se está no início desta luzente caminhada.

¬ **Congresso Nacional de Colectividades, Associações e Clubes**

Em plena crise económica, financeira e de valores (2011/2015) com a intervenção da UE, as dificuldades acrescidas do MAP suscitaram a necessidade de se realizar um Congresso Nacional extraordinário (não electivo) para avaliação e tomada de posição sobre a situação.

Assim, no início de 2015, inicia-se a preparação do *Congresso Nacional de Colectividades, Associações e Clubes* para o qual são convidadas as Federações e

Apresentação do Conselho Nacional do Associativismo Popular – Casa do Alentejo

Confederações Associativas congéneres. Foi uma importante e acertada decisão da CPCCRD porque reuniu e tornou coeso o associativismo cultural, recreativo e desportivo que, pela primeira vez na sua história, ia partilhar conhecimentos, reflexões e tomadas de posição conjuntas.

Ao longo de 10 meses e depois de dezenas de reuniões por todo o país, onde participaram centenas de Dirigentes Associativos, identificaram-se 78 áreas problema abrangendo todo o tipo de actividades e apontaram-se 6 grandes linhas estratégicas de resposta. A 7 de Novembro de 2015 realizou-se em Lisboa a Sessão de Encerramento que aprovou um documento estratégico, histórico e com validade para algumas décadas. Nesta sessão foi apresentado pela primeira vez o Hino da Confederação "Ideal Associativo", constituindo um marco do Congresso.

No seguimento das recomendações do Congresso, a CPCCRD, foi cofundadora e dinamizadora do Conselho Nacional do Associativismo Popular – CNAP (2016) que no imediato passou a funcionar com regularidade e pronta para assumir essa função junto dos Grupos Parlamentares da AR e do Governo com quem reuniu e apresentou propostas devidamente fundamentadas. Desde essa altura o CNAP apresenta propostas conjuntas a todos os Governos e Grupos Parlamentares para os Orçamentos de Estado de cada ano. Se um dado Governo decidir constituir um CNAP, esta poderá ser a base da sua composição.

Depois de mais de 14 anos de luta, contactos institucionais a todos os níveis com parceiros e com todos os poderes instituídos (autarcas, deputados, governantes), comunicação social, campanhas de mobilização de Dirigentes e Associativistas, fomos incluídos no CES - Conselho Económico e Social (2017), facto a que todas estas iniciativas da CPCCRD não devem ter sido alheias. A inclusão da CPCCRD em todos os Grupos de Trabalho e todas as Comissões Especializadas do CES, onde sempre apesentámos propostas, são a prova da importância do nosso movimento e da nossa Confederação no contexto económico e social. Contudo, a experiência confirma que a representação institucional não é suficiente para que os problemas sejam resolvidos pelos poderes públicos.

- **1º Congresso Nacional de Economia Social**

Neste ano (2017) fomos ainda coorganizadores do 1º Congresso Nacional de Economia Social, participando na Comissão Organizadora com propostas e teses e realizando iniciativas próprias para além de participação nas iniciativas centrais.

No seguimento do Congresso e por recomendação deste, foi constituída a CPES - Confederação Portuguesa de Economia Social em que a CPCCRD teve um papel importante dada a sua experiência em Estatutos e organização interna das instituições privadas sem fins lucrativos. A CPCCRD assume, desde a sua fundação, a Presidência do Conselho Fiscal da CPES.

- **Capacitação das entidades da Economia Social**

Entretanto, desde 2015, desenvolve-se um projecto de grande importância para a Confederação no âmbito do POISE com a designação de Capacitação das Entidades da Economia Social com assento no CNES.

Por um lado, este programa permitiu que a CPCCRD fosse tratada em igualdade de oportunidades e condições com as restantes entidades da Economia Social o que foi um passo muito importante, se tivermos em conta que o modelo social implantado em Portugal é, essencialmente, de assistência às situações agudas e de remediação dado o atraso e desequilíbrio nas condições sócio económicas e da injusta distribuição da riqueza produzida, enquanto o Associativismo é de prevenção através da cultura, recreio e desporto, considerando estes essenciais para o desenvolvimento global e integral dos indivíduos e da sociedade.

Representantes das "8 Famílias" na Sessão de encerramento do 1º Congresso de Economia Social

Representantes das 8 entidades no acto da escritura pública da CPES

Por outro lado, veio permitir a capacitação de centenas de Dirigentes Associativos, reestruturação de funcionamentos que estavam cristalizados, uso de novas tecnologias e meios de contacto, desmaterialização de procedimentos e maior eficiência com menos custos.

Sendo um processo dinâmico e gradual e de grande importância para a CPCCRD e o MAP,tem, contudo, graus de exigência e constrangimentos que foram agravados com a Pandemia que importa ter em conta no futuro.

Esta síntese não ficaria completa se não fosse reconhecido o importante papel do Poder Local Autárquico que, embora de forma diferenciada no tempo, no território, nos meios e na perceção ideológica do tipo de relações que devem existir entre estes dois poderes. Por razões históricas e sociológicas estes dois poderes têm muito em comum para cooperarem e convergirem na satisfaçãodas necessidades das populações que servem e representam.

Há ainda que destacar o esforço suplementar e derradeiro de Dirigentes, Trabalhadores (as) e Prestadores de serviços da Confederação em todo este ciclo e em particular nos anos 2020 e 2021 que, em plena Pandemia, foi prestado todo o apoio às Filiadas e não Filiadas com informação regular, contactos digitais e perspectivas motivadoras para fazer frente aos muitos problemas que vinham de trás, mas que se agravaram. Foi assim que resistiram e se mantiveram em funcionamento contrariando as previsões mais pessimistas que apontavam para o encerramento de milhares de Colectividades.

¬ Congressos que encerram um ciclo e começam outro

O Congresso realizado a 26 de Março 2022 na Academia Almadense (Almada), foi preparado com as Filiadas e Estruturas Descentralizadas de todo o país, ao longo de um ano, num processo de auscultação local e regional com Filiadas e Encontros Nacionais de Estruturas (Lisboa e Porto).

Nestes Encontros, foram debatidas as questões sociais do MAP, as propostas da Confederação e as soluções de reforço interno para melhor responder aos desafios, tanto mais que estávamos a tentar perceber os impactos da pandemia no MAP.

Este ciclo encerra-se com a revisão e publicação dos Estatutos que vem dar uma nova configuração à Confederação e prepará-la para mais 15 ou 20 anos. Destaca-se desta revisão estatutária o mandato de 3 para 4 anos, alargamento de 11 para 13 membros da Direcção, a constituição de um novo órgão (Conselho

Momento da actuação da Banda de Riba Úl

Jurisdicional) e uma maior corresponsabilização das Estruturas Descentralizadas acompanhada de mais direitos no Conselho Nacional.

Terminado o processo de revisão e publicação dos Estatutos, havia que dar o passo seguinte.O processo eleitoral já com os novos Estatutos, arrancou com auscultações individuais e colectivas, num processo amplamente participado, democrático e com grande inovação no que respeita à sua preparação prévia.

Quer a revisão estatutária, quer a preparação da Lista e Programa de Acção, tiveram a colaboração institucional dos restantes órgãos sociais e Estruturas Descentralizadas, tendo-se constituído Grupos de Trabalho conjuntos. As Filiadas foram sendo informadas e ouvidas em todo o processo. A proposta de Lista e o Programa de Acção foram tornados públicos às Filiadas antecipadamente.

No dia 16 de Julho de 2022, no Fórum Lisboa, os Delegados foram esclarecidos e participaram no debate quanto aos objectivos de curto prazo para o mandato 2022/2026 eàs linhas estratégicas para a década 20/30que se podem resumir no seguinte: Coesão social e territorial associativa; Convergência das entidades da Economia Social e outras parcerias; Recursos humanos capacitados, motivados e reconhecidos; Informação e comunicação com a sociedade; Capacitação, funcionamento e objectivos; Cultura, Recreio e Desporto - acção para a transformação social; Relações internacionais Associativismo somos todos nós e ainda Associativismo uma ideologia sustentada, dinâmica e com futuro.

Momento de encerramento do Congresso

No final, foi claro para todos os presentes que se tinha encerrado um ciclo de quase 20 anos (2003/2022) e se dava início a um novo ciclo onde se apresentam muitos desafios para os quais há que mobilizar toda a competência, experiência e disponibilidade porque os Dirigentes Associativos são agentes de transformação social e as Colectividades fazem falta a Portugal.

A presença e actuação da Banda Filarmónica de Santiago de Riba Úl (300 anos) e a intervenção do Presidente da República encerraram este Congresso e este ciclo.

No ano 2024 a Confederação completa 100 anos de vida e actividade ininterrupta. O Programa de Acção para o mandato (2022/2026) contempla este importante momento, deixando abertas todas as formas de comemoração. Pelo contributo que o Associativismo deu para a conquista, defesa e consolidação da democracia e porque metade da vida da Confederação foi exercida na Democracia conquistada, faz sentido que as comemorações integrem e reconheçam a importância dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Nota: O autor não aderiu ao actual AO

LEGISLAÇÃO E BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa – Artº. 46º; 78º; 79º; 82º...

Lei 34/2003 de 22 de Agosto - Reconhecimento e valorização do Movimento Associativo Popular

Lei 20/2004 de 5 de Junho – Estatuto do Dirigente Associativo Voluntario

Lei 30/2013 de 8 Maio - Lei de Bases da Economia Social

BIBLIOGRAFIA

1993 – Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto - FPCCR

2009 – Uma caracterização do Associativismo Confederado em Portugal – CPCCRD/Lusófona

2011 – Guia de Boas Práticas Associativas nas Associações e Colectividades - CPCCRD

2012 – Manual do Dirigente Associativo – CPCCRD/Maria João Santos/Sérgio Pratas

2013 – Liderança Comunitária – CPCCRD/ISPA

2014 – Análise Associativa nº1 – CPCCRD

2014 – A Brincar, Vamos Associar! – CPCCRD/Montepio

2015 – 100 Jogos Tradicionais, 100% Futuro! – CPCCRD

2015 – Análise Associativa nº2 – CPCCRD

2016 – Análise Associativa nº3 – CPCCRD

2016 – Congresso Nacional de Colectividades, Associações e Clubes - CPCCRD

2017 – Análise Associativa nº4 – CPCCRD

2017 – Um outro olhar sobre o Associativismo – CPCCRD/Sérgio Pratas

2018 – Análise Associativa nº5 – CPCCRD

2018 – Segurança Contra Incêndios em Edifícios Associativos – CPCCRD/ANPC

2019 – Análise Associativa nº6 – CPCCRD

2019 – Guia de Boas Práticas Associativas para os Arquivos – CPCCRD/DGLAB

2020 – Análise Associativa nº7 – CPCCRD

2021 – Análise Associativa nº8 – CPCCRD

2022 – Análise Associativa nº9 - CPCCRD

2017– Conta Satélite da Economia Social- INE /CASES

2017 – 1º Congresso Nacional de Economia Social - CASES

2018 – A Economia Social em Movimento – CASES/Álvaro Garrido/David Pereira

2020 – Associativismo Livre – CPCCRD/Joana Dias Pereira

2020 – A Economia Social numa Visão Plural – CIRIEC/ Montepio

2022 – Associações Democracia e Utopias Reais – CPCCRD/Sérgio Pratas

2022 – Programa de Acção para o mandato 2026

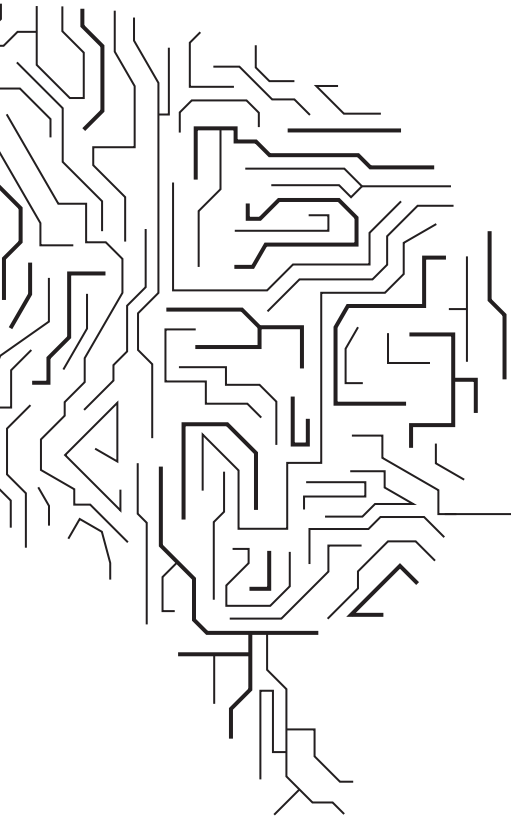
Delegação de Dirigentes Associativos que assistiram ao debate na Assembleia da República no dia 19 de Março de 2010

BIBLIOTECA COSMOS

RICARDO SANTOS

VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
DAS COLECTIVIDADES DO CONCELHO
DA FIGUEIRA DA FOZ (ACCFF)

A REVISTA SÓCIA:
Princípios e fundamentos para um projeto de comunicação associativa



RICARDO SANTOS

VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
DAS COLECTIVIDADES DO CONCELHO
DA FIGUEIRA DA FOZ (ACCFF)

A REVISTA SÓCIA:
Princípios e fundamentos para um projeto de comunicação associativa

¬ A REVISTA SÓCIA: Princípios e fundamentos para um projeto de comunicação associativa

Se a muitos a pandemia da COVID-19 reduziu infelizmente tempo de vida a uma grande maioria deu tempo para ter tempo. Ousemos afirmar que o tempo é atualmente a principal unidade de medida da riqueza social e humana. Vive-se em constante excesso de velocidade neste novo e perturbador mundo *onlife* de Floridi, pelo que as paragens, ainda que distópicas, merecem ser sempre que possível languidamente aproveitadas.

A primavera de 2020 deu a Portugal uma dessas paragens por decreto: um confinamento obrigatório decorrente do contexto pandémico. A oportunidade criada pelo tempo que nos foi oferecido em troca de saúde arvorou o pensamento:

> "A capacidade de nos deslumbrarmos com as coisas simples, com o restolho, com as pedras da calçada, com o movimento das copas, com o silêncio das portas que se fecham e abrem a todo o instante, é, porventura, o mistério dos dias felizes. Nas colectividades cultivamos, como em poucos lugares, a filosofia dessa (re)descoberta. De nós e dos outros. Sem a poesia destas palavras, mas com a rudeza dos dias, com calos e palavrões, com esperança e ansiedade, animados pela presença de todos aqueles que, mesmo sem essa consciência, partilham desse esforço coletivo de servir a comunidade."[1]

Com as portas das coletividades fechadas para impedir a entrada do vírus, forçadamente rendidas à narrativa do «fique em casa», como dar resposta à "ne-

[1] SANTOS, Ricardo, Editorial, Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 2

cessidade de alimentar e entreter «o bichinho» que se entranha em nós?"[2] Mais: como combater a tecnolatria, o individualismo e a atrofia do espírito denunciadas no século passado por Ernesto Sabato, escritor argentino, e Cioran, filoso romeno?[3] Como amparar a "relação gregária, base do movimento associativo e estratégia indispensável para a nossa sobrevivência?"[4]

A circunstância atípica exigia soluções inovadores. Afinal, o movimento associativo tinha a obrigação de não esquecer os seus sócios, colaboradores e amigos num momento particularmente difícil e incerto. Em resumo, havia tempo e um propósito. Na fímbria dos argumentos, burilava o despertar de um daqueles projetos antigos, sucessivamente adiados e maturados: uma revista diferenciadora e positiva, de design contemporâneo e apelativo, com histórias reais, pessoas autênticas e conteúdos genuínos provindos do ecossistema associativo.

A importância da comunicação – de saber comunicar – tende a ser cada vez mais recorrente nos fóruns de discussão interna e externa das coletividades. Miguel Pereira, à data vereador com o pelouro das coletividades na Câmara Municipal da Figueira da Foz, afirmava em entrevista que "o modelo de comunicação das coletividades tem de ser muito melhorado".[5] Impunham-se, pois, ferramentas e canais que não podiam (e continuam a não poder) ser ignorados. Saber comunicar é uma arte. Destarte, as associações não podem continuar indiferentes às mudanças de perceção da realidade se quiserem continuar a cumprir o propósito da transformação social. O outro prisma da questão evidencia a recorrente ausência de notícias sobre o movimento associativo popular nos media nacionais. Uma ausência que serve o poder central, potencia o alheamento sobre a realidade associativa e não faz jus ao trabalho militante, voluntário e abnegado de milhares de dirigentes e colaboradores. A analogia do Papa Francisco sobre o tema é esclarecedora: "os media só escrevem sobre os pecadores e os escândalos, mas isso é normal, porque uma árvore que cai faz mais barulho que uma floresta que cresce".

Assim, a partir da dimensão centrífuga da Associação das Colectividades do Concelho da Figueira da Foz (ACCFF), nasce um novo projeto de comunicação associativa: a SÓCIA. Uma revista com "nome de mulher, porque, citando Balzac, «a

---

[2] SANTOS, Ricardo, Editorial, Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 2

[3] TAVARES, António, «O Associativismo e a Agenda 2030 da ONU», Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 49

[4] Idem

[5] «Grande Entrevista» com Miguel Pereira, Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 89

mulher é o ser mais perfeito entre as criaturas; é uma criação transitória entre o homem e o anjo»"[6]. Ninguém tinha a petulância ou pretensão de fazer da publicação um ser tão perfeito quanto as mulheres, mas recrudescia a ousadia de a tratar com o mesmo enlevo e dedicação[7].

À data da definição conceptual do projeto, a COVID-19 era uma realidade omnipresente. O digital ganhava espaço e reinado. Os parcos recursos financeiros da ACCFF ajustavam-se à opção online que dispensava custos de impressão e distribuição. Mas, afinal, como seria o miolo desta SÓCIA?

> "Sabíamos que não queríamos um produto de fast-food. Queríamos fazer algo que perdurasse no tempo, que pudesse ser guardado na gaveta (ainda que digital) para consultar mais tarde, para se ir lendo devagarinho e sem pressa.
> Sabíamos que não queríamos uma revista que apenas compilasse a nossa atividade ou das nossas associadas. Queríamos mais. Queríamos conhecer as pessoas que fazem o associativismo: quem são, como são, o que fazem. Queríamos conhecer melhor as instituições: como nasceram, o que fazem, para onde vão. Intimamente, num desejo inconfesso, ansiávamos por despertar o interesse mesmo daqueles que não têm ligação ao mundo associativo."[8]

As primeiras páginas foram, assim, ocupadas por notícias breves da ação coletiva da ACCFF e das suas associadas. O primeiro destaque ganhou relevância circunstancial: Ricardina Lorigo, uma enfermeira na linha da frente do combate à COVID-19, criada no seio de uma coletividade de cultura e recreio, revelava o que levava do palco para os corredores do hospital. À data era tão pouca a informação sobre o vírus SARS-CoV-2, as suas causas e efeitos, que toda a informação dada pelos profissionais de saúde era sorvida com avidez. A entrevista (página 13 e seguintes), feita por videoconferência, num tom confessional, confirmava a influência positiva das ferramentas adquiridas no teatro amador em contexto profissional.

---

[6] SANTOS, Ricardo, Editorial, Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 2
[7] Idem
[8] Ibidem

Em termos culturais, deu-se a conhecer Rui Féteira, "o poeta acidentalmente ator" (página 27 e seguintes), e Sophia Gil e o seu projeto de educação social pela dança (página 31 e seguintes). No campo desportivo, convidou-se o míster José Fonseca para falar sobre o trajeto do Figueira Volei Clube, um jovem e promissor clube de voleibol figueirense. Cumpria-se, assim, um dos desideratos que presidiram à linha editorial da revista: dar a conhecer, de forma próxima e enamorada, a massa humana de que é feito o movimento associativo popular.

A rubrica «Controversos» surgiu porque não se pode "ter medo de falar das coisas. Mesmo quando não concordamos com elas"[9]. Fizeram-se questões controversas sobre o meio associativo e escreveram-se respostas ainda mais polémicas.

Depois abriu-se um dossier absolutamente nevrálgico: 40 visões para a década (página 39 e seguintes). Estava-se em 2020, no meio de uma crise pandémica, e havia questões que pediam reflexão crítica e demorada.

> "Como estaremos em 2030? Como lá chegaremos? Que oportunidades e desafios se colocam à sociedade e ao movimento associativo em particular? 40 personalidades nacionais e locais, com e sem ligações às coletividades, revelam-nos a sua visão para a década. Exercícios de livre pensamento que ajudam a compreen-

[9] RAFAEL, António, «A Idade Adulta», Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 3

> der as dinâmicas do associativismo e revelam, de forma holística, uma sociedade ansiosa por se reencontrar com os valores maternos do humanismo e da fraternidade"[10].

A nota introdutória era elucidativa. Criaram-se dois capítulos que se desdobraram em vários temas de análise. O capítulo «Visões de Sociedade», que pedia uma reflexão mais transversal às dinâmicas sociais e associativas, revelou opinião sobre temáticas como «A década pós-Covid-19», «A importância do gregarismo», «As novas formas de lazer e de associativismo», «Oportunidades e desafios do movimento associativo», «As relações entre o Estado Central e o MAP», «As mulheres no movimento associativo» e «O associativismo no concelho da Figueira da Foz». Já no capítulo «Visões Temáticas», mais focado nas atividades nucleares das coletividades de cultura, recreio e deporto, as abordagens recaíram sobre temas como «Um andamento para o movimento filarmónico», «Um cenário para o teatro amador», «Uma visão sobre o folclore» ou «Uma visão sobre o desporto associativo».

Convidaram-se sociólogos, escritores, académicos, religiosos, políticos, desportistas, dirigentes federativos e locais. 40 personalidades cuja riqueza do testemunho resultou num extraordinário repositório de opinião escrita sobre associativismo. Visões plurais e livres amanhadas com a sabedoria da ciência e da experiência vivida. Reafirmando um pensamento:

> "Com esta nova vivência humana há que reconhecer que o que está mal não é o associativismo em si, ou as coletividades em particular, mas sim o paradigma social vigente. O associativismo não tem que se adaptar a ele, antes pelo contrário deve ser resistente e resiliente" [11].

Ou o seu contrário: "a hora do associativismo se reinventar chegou ou corre o risco de ficar eternamente confinado num modelo ultrapassado"[12]. A pluralidade de opinião é determinante para a construção de sociedades livres e prósperas. A

---

[10] «Visões para a década», Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 41

[11] LOPES, Fernando, 40 Visões para a Década, «Repor o paradigma, viver o associativismo», Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 45

[12] BATATA, Rodrigo, 40 Visões para a Década, «O associativismo irá precisar de ventilador?», Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 48

mesma fórmula aplicar-se-á ao movimento associativo popular. Em síntese, "um dossier para reler em 2030, porque o futuro começa agora" [13], lembrando o escritor e filósofo Drucker: "não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo".

A revista fechou com uma grande entrevista ao Vereador da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Miguel Pereira, que titulava o pelouro das coletividades e que é hoje recordado entre dirigentes locais como "um companheiro de armas", epíteto que ambicionava ter. Findo o seu mandato, é hoje um curioso caderno de encargos para atuais e futuros autarcas, a que importa voltar amiúde.

Composta e paginada com recursos caseiros, a revista foi lançada no Dia Nacional das Coletividades, a 31 de maio de 2020 e seguidamente distribuída por e-mail às associações filiadas e partilhada nas redes sociais da ACCFF. A reação foi surpreendentemente positiva – as coletividades faziam, mais uma vez e num cenário particularmente difícil, prova de vida. O verão de 2020 ficou marcado pelo alívio das medidas restritivas e pelo regresso gradual da atividade associativa. A reabertura progressiva das associações evidenciou, contudo, uma realidade: muitos dos sócios das coletividades locais, a começar pelos mais idosos, não tinham tido acesso à nova SÓCIA. A exigência de uma versão em papel tornava-se evidente. Reunidos apoios financeiros entre a autarquia e empresas locais, a revista física conheceu a luz do dia em novembro desse mesmo ano.

O encargo temporal, mental e financeiro desde logo colocaram a publicação no campo dos anuários. Com a normalização pós-COVID-19 e o regresso da «velocidade social», não foi, todavia, ainda possível reunir condições para um segundo número, com natural prejuízo para as expetativas criadas em torno da primeira edição.

Hoje, mais de 2 anos depois, chamados a uma análise crítica do processo e dos resultados do projeto, rapidamente se conclui que a SÓCIA é produto de um contexto muito particular – a pandemia da COVID-19. Foi um exercício de liberdade, um grito de resistência ou apenas um atrevimento. Se uma associação é um "substantivo singular com significado plural" [14], a revista «de todas as coletividades» é um desafio local com ambição nacional. Será, pois, de fulcral interesse o surgimento de mais projetos de comunicação associativa, seja pela replicação

---

[13] «Visões para a década», Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 41

[14] PAIXÃO, Bruno, 40 Visões para a Década, «O substantivo singular com significado plural», Revista SÓCIA, n.º 1, pág. 50

deste modelo ou pela conceção de novos e inovadores projetos comunicacionais. Diz o ditado popular que «quem vive no convento é que sabe o que lá vai dentro», pelo que caberá essencialmente aos dirigentes associativos o desenvolvimento das ferramentas de comunicação, substantivas e apelativas, que possam mostrar à sociedade o seu trabalho em prol do desenvolvimento local.

É incomensurável a relevância histórica, social, cultural e desportiva das coletividades. "Foram e são centros de construção de novos projectos de sociedade, tornando espúria qualquer tentativa de as reduzir a inócuos centros de convívio e recreio"[15]. Têm, por isso, o "direito de amarrar a história e de a fazer lembrar"[16], reafirmando o seu papel de agentes de transformação social. A SÓCIA ousou cumprir esse papel, dando um corpo de palavras escritas à alma do associativismo.

---

[15] JORDÃO, Frederica, «Berços de Sociedade», Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 19

[16] GONÇALVES, Nuno, 40 Visões para a Década, «Confiança», Revista SÓCIA, n.º 1, maio 2020, pág. 47

CONDIÇÕESPARA**SUBMISSÃO**

1 ¬ *"Tema em destaque" e "Estudos"*

Podem ser apresentados estudos para publicação em qualquer das seguintes secções: *"Tema em destaque"* e *"Estudos"*.
Próximo tema em destaque (*Análise Associativa* n.º 11): CPCCRD, 100 ANOS DE AFIRMAÇÃO EM PORTUGAL

2 ¬ Normas para os autores

1 · Os artigos deverão ser escritos em língua portuguesa.
2 · A contribuição deve ser original e inédita.
3 · O artigo deverá principiar por um sumário contendo as divisões e subdivisões.
4 · O texto deverá ser apresentado em formato *word*, fonte *Times New Roman*, letra 12, espaçamento 1,5.
5 · As notas de rodapé serão igualmente em fonte *Times New Roman*, letra 10, espaçamento simples.
6 · As figuras e tabelas deverão ser inseridas no texto e não no final do documento, como anexos.
7 · Os autores dos artigos conferem à *Análise Associativa* o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão cinco exemplares da Revista.

3 ¬ Contacto para submissão

geral@cpccrd.pt